



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Aristóteles de Almeida Silva

**O capitalismo tardio e sua crise: Estudo das interpretações de Ernest
Mandel e a de Jürgen Habermas.**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Sílvio César Camargo.

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM SOCIOLOGIA.**

CAMPINAS, 2012.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Si38c Silva, Aristóteles de Almeida, 1981-
O capitalismo tardio e sua crise : estudo das interpretações
de Ernest Mandel e a de Jürgen Habermas / Aristóteles de
Almeida Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012

Orientador: Silvio César Camargo
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Habermas, Jürgen, 1929-. Mandel, Ernest, 1923-.
3. Capital (Economia). 4. Capitalismo. 5. Crise Econômica. 6.
Legitimidade governamental. I. Camargo, Silvio César. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The late capitalism and its crisis : a study of
interpretations of Ernest Mandel and Jürgen Habermas.

Palavras-chave em inglês:

Capital (Economy)

Capitalism

Depressions

Legitimacy of governments

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Silvio César Camargo [Orientador]

Rúrion Soares de Melo

Jesus José Ranieri

Data da defesa: 26-04-2012

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Aristóteles de Almeida Silva

“O capitalismo tardio e sua crise: Estudo das interpretações de Ernest Mandel e a de Jürgen Habermas.”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Sílvio César Camargo

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 26/04/2012.

BANCA:


Prof. Dr. (Sílvio César Camargo)


Prof. Dr. (Jesus Ranieri)

Prof. Dr. (Rúriom Soares Melo)

SUPLENTE:

Prof. Dr. (Pedro Peixoto Ferreira)

Prof.^a Dr.^a. (Giuliana Franco Leal)

Abril de 2012.

*Para meus pais, Horácio e Maria,
minha querida Lajara, e meu estimado
avô, Joaquim Bento de Almeida (in
memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Ao terminar esse trabalho impossível não lembrar todo o esforço empreendido e as pessoas que me ajudaram. Gostaria de agradecer estas pessoas. Em primeiro lugar quero agradecer meus pais, Horácio e Maria, pelo apoio e amor incondicional, e por todos os esforços para que eu e meus irmãos pudéssemos ter um futuro melhor. Agradeço também minha querida irmã, Lucélia, e meu estimado irmão, Washington, pelos bons momentos compartilhados. Não poderia deixar de agradecer da mesma forma meus avós, tios/as, primos/as e sobrinhos/as.

À Lajara pelo grande amor, carinho e paciência.

Ao prof. Sílvio César Camargo por ter aceitado orientar essa pesquisa, pela paciência e por me apresentar a Teoria Crítica. Agradeço também pelo cuidado e rigor das leituras, porém se ainda sim o trabalho contiver alguma falha, deve ser atribuída exclusivamente a mim.

Ao Silas pela amizade fraternal, lá se vão 15 bons anos de amizade. Talvez ele não saiba, mas aquela conversa no Guarujá sobre um cursinho popular em Campinas fez toda a diferença, desencadeou uma boa sequência de fatos.

Ao Moacir também pela amizade de longa data, por nossas boas histórias.

À Márcia, pela amizade, pelo exemplo.

Aos companheiros/as do Projeto Herbert de Souza. Foi nesse movimento social que percebi a importância da ação política coletiva e, simultaneamente, as dificuldades para superarmos as profundas desigualdades que perpassam esse país. Espero que consigamos nos próximos anos reverter o quadro atual da educação pública no país e democratizar efetivamente o acesso à universidade pública e de qualidade. Companheiros, como vocês bem sabem, nossa tarefa será árdua.

Ao Cabé pela amizade e por nossas longas e boas conversas, mas que nestes últimos meses estiveram tão escassas. Sua dedicação à luta por uma educação emancipadora, para mim, sempre foi um exemplo.

Ao Jakson, Jonas, Bruno (Hortolândia), Baia, Benê, Juliana, Dida, Robson, Marcelo, Rafael, Mário, pela jornada compartilhada dentro da universidade.

Ao Rogério Bernardes, pelo ensino dos primeiros conceitos sociológicos.

Ao Estevon, Lucélia e Lajara pela leitura de versões preliminares desse trabalho.

Ao prof. Jesus Ranieri e prof. Rúrion Soares Melo que se dispuseram tão gentilmente comporem a banca examinadora e pela honra de contar com suas avaliações.

Ao prof. Josué Pereira e prof. Pedro Peixoto que participaram da banca de qualificação e me deram importantes contribuições.

Aos colegas do mestrado pelo intercâmbio de experiências e conhecimentos ao longo de dois anos.

Aos funcionários do IFCH, em especial a Christina, secretária do programa de pós-graduação em sociologia, que encaminhou de forma tão competente todas as questões burocráticas e garantiu o tempo e tranquilidade necessários para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo auxílio financeiro que possibilitou a realização dessa pesquisa.

Fôssemos infinitos

Tudo mudaria

Como somos finitos

Muito permanece.

Bertold Brecht

RESUMO

O objetivo desse trabalho é estudar a obra de Ernest Mandel *O capitalismo tardio* e Jürgen Habermas *Problemas de legitimação no capitalismo tardio*, onde analisam o capitalismo do pós-guerra e sua crise. As transformações do capitalismo desde o fim da Segunda Guerra Mundial desencadearam uma importante discussão sobre a explicação marxista do desenvolvimento capitalista, de sua crise e sobre as condições para superação desta formação social. A discussão evidencia que a confrontação com a obra de Marx é oportuna não só porque permite entender quanto o capitalismo se transformou desde Marx, mas também para discutir se ela ainda consegue oferecer uma explicação relevante para se compreender as modificações estruturais contemporâneas. Nesse sentido, os autores se relacionam de maneira distinta com o legado marxiano. A obra de Mandel se mostra como um esforço para explicar o período segundo o instrumental teórico marxiano, mantendo o papel central da teoria do valor-trabalho e a crise como manifestação das contradições imanentes do capital. Já a obra de Habermas aponta para uma mudança de forma e lógica da crise, conseqüentemente apontando para a ineficácia da teoria do valor-trabalho aplicada aos dias atuais, o legado de Marx só continuaria a ser útil caso fosse reconstruído. Por fim, discutiremos as conseqüências dessas distintas explicações para os projetos de emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: capitalismo tardio, crise do capital, crise de legitimação, Habermas, Mandel.

ABSTRACT

The purpose of this research is to study the work of Ernest Mandel's *Late Capitalism* and Jürgen Habermas *Legitimation crisis*, whose works examine the capitalism in postwar and its crisis. The transformations of capitalism since the end of Second World War caused an important discussion on the Marxist explanation of capitalist development and of its crisis, and the conditions to overcome this social formation. The discussion shows that the confrontation with Marx's work is timely not only because it allows us to understand how capitalism has turned since Marx, but also to discuss whether it still is able to offer a relevant explanation to understand the contemporary structural changes. In this sense, the authors relate differently with the Marxian legacy. Mandel's work appears as an effort to explain the period according to the concepts of Marxian theory, maintaining the central role of the labor theory of value and the crisis as a manifestation of the immanent contradictions of capital. Already the work of Habermas points to a change of form and logic of the crisis, thus pointing to the ineffectiveness of the labor theory of value applied to the present day, the legacy of Marx would still only be useful if it were rebuilt. Finally, we discuss the consequences of these different explanations for the projects of emancipation.

Key-words: late capitalism, crisis of capital, crisis of legitimation, Habermas, Mandel.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – Mandel e a crise do capital	11
1. <i>Introdução</i>	11
2. <i>O partido, os desafios para a revolução e a herança teórica de Mandel</i>	13
3. <i>O capitalismo tardio</i>	17
3.1. <i>As características do capitalismo tardio e sua crise</i>	34
3.2. <i>O Estado no capitalismo tardio</i>	41
3.3. <i>Mudanças na estrutura de classe</i>	45
3.4. <i>Crise, partido, consciência de classe e revolução</i>	51
Capítulo 2 – Habermas e a crise de legitimação	57
1. <i>Introdução</i>	57
2. <i>Antecedentes da discussão</i>	60
3. <i>Trabalho e interação</i>	64
4. <i>A discussão sobre as crises sob a égide da teoria bidimensional de Habermas</i>	82
4.1. <i>O conceito de princípio de organização</i>	88
4.2. <i>Estruturas normativas</i>	90
4.3. <i>Processo de aprendizagem</i>	93
5. <i>A formação social do capitalismo liberal e sua crise</i>	94
6. <i>O capitalismo tardio</i>	98
6.1. <i>Tendência à crise econômica</i>	102
6.2. <i>Tendência à crise política</i>	100
6.3. <i>Tendência à crise sociocultural</i>	109
Capítulo 3 – Crise e emancipação	111
Considerações Finais	135
Referências Bibliográficas	139

INTRODUÇÃO

A pesquisa se organiza em torno de um eixo temático específico, o capitalismo tardio¹, e visa discutir duas interpretações, no caso *O capitalismo tardio* de Ernest Mandel e *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* de Jürgen Habermas, sobre a dinâmica do capitalismo tardio, sua crise e as perspectivas de emancipação inscritas nesse período. Os dois autores reconheceram as transformações dentro do capitalismo, e, conseqüentemente, elaboraram uma explicação para elas, embora, como verá o leitor, com significativas diferenças. Essas diferenças não foram determinadas apenas pela área de especialização de cada autor e questões biográficas, o que não significa dizer que não tiveram relevância, mas por questões teóricas mais profundas. Mas, não se trata apenas de uma documentação de divergências em torno das transformações do capitalismo, da crise e da emancipação, mas também de captar as razões que tornam plausíveis as afirmações dos autores.

Optamos por seguir o caminho percorrido por dois autores em torno do tema do capitalismo tardio, Ernest Mandel (1923 – 1995), líder político e economista, e Jürgen Habermas (1929 –), teórico social, porque são significativos para elucidar a diferenciação na crítica ao capitalismo e nas possibilidades de emancipação inscritos no presente. As obras debatidas nesse trabalho foram escritas no fim do longo período de expansão econômica

¹ No Brasil o conceito de capitalismo tardio foi utilizado para tratar de um processo histórico totalmente distinto daquele tratado pelos autores estudados. O economista João M. C. de Mello, em sua tese de doutorado apresentada em 1975 e publicada em 1982, utilizou o termo para caracterizar a emergência do modo capitalista de produção no Brasil. Segundo Coutinho, "(...) *O capitalismo tardio* refere as origens da industrialização brasileira à diversificação da economia cafeeira e ao transbordamento do capital cafeeiro pelos vários segmentos da economia regional paulista. O fundamental no trabalho, no entanto, é a caracterização das etapas do desenvolvimento econômico brasileiro, que se baseia em dois elementos: por um lado, em uma revisão da noção de industrialização, entendida como um processo de implantação de "forças produtivas capitalistas"; por outro, em uma peculiar caracterização das 'forças produtivas especificamente capitalistas', que as associa à montagem de um setor interno de bens de produção. Para Mello, a trajetória do desenvolvimento econômico brasileiro seria a de constituição de 'forças produtivas especificamente capitalistas', no sentido aludido". COUTINHO, Maurício Chalfin. Incursões marxistas. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, 2001, vol. 15, nº 41, pp.38-9.

iniciado após o fim da Segunda Guerra Mundial. Portanto, foram lançadas² pouco antes da crise desencadeada em 1973, a primeira grande recessão do pós-guerra. Os autores compartilharam uma realidade histórica em comum, e as conclusões distintas nas obras dão o índice das transformações dentro do capitalismo e das novas dificuldades que envolvem a questão da emancipação.

Mandel segue a linha de argumentação do marxismo mais ortodoxo, e Habermas uma linha de argumentação ligada ao Instituto de Pesquisas Sociais, conhecido também como Escola de Frankfurt³. Sendo assim, para Mandel a crise, que continua existindo no capitalismo tardio, é a manifestação das contradições inerentes do capital, e, como tal, seria um momento ímpar para a transformação social, o momento de lembrar o caráter extingüível do capitalismo, seu *memento mori*. Já a abordagem de Habermas propõe uma reconstrução da teoria marxista a fim de torná-la adequada ao momento contemporâneo, visto que seu potencial explicativo, sem tal reconstrução, se encontra desprovido de eficiência para o contexto do capitalismo tardio. Ele aponta para uma transformação nas crises do capitalismo e isso impacta nas condições de emancipação.

Entre os anos de 1856 e 1857 Marx trabalhou febrilmente para aprontar um texto com suas concepções sobre o modo de produção capitalista, visto que se prenunciava uma grande crise, que de fato aconteceu em 1857. Entretanto, suas esperanças de que a crise de

² *O capitalismo tardio* de Mandel surge em 1972 e *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* de Habermas surge no início de 1973.

³ Para uma discussão do desenvolvimento histórico do Instituto de Pesquisas Sociais ver JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923 – 1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008; também SLATER, Phill. *Origem e significado da escola de Frankfurt: uma perspectiva marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

1857 se transformasse numa revolução europeia logo se frustraram⁴. Dessa iniciativa de Marx pode-se observar dois aspectos importantes. Primeiro, a importância das crises na consecução da revolução socialista; segundo que a teoria marxiana não pretende apenas apontar para as contradições societárias, ela tem também um interesse prático na transformação dessa própria realidade. Por meio da crítica da economia política Marx buscou uma interpretação científica da realidade tendo como objetivo a transformação da própria realidade. Este uso de crítica combina dois significados da palavra alemã *Kritik*. Um primeiro de origem kantiana, no qual a crítica é entendida como teste de legitimidade, onde as reivindicações de validade do conhecimento são tidas como legítimas ou não apenas pela força da razão. No outro, ligado aos jovens hegelianos, crítica significa negação, pois a razão ao intervir na realidade sócio-histórica, com a extensão da teoria em prática, adquire o sentido de reflexão negativa⁵.

Mas, a tentativa do método de Marx de interpretar e transformar a realidade simultaneamente coloca a teoria em dificuldades, visto que ela tem de acusar todas as outras de mistificação ideológica e afirmar somente para ela o *status* teórico. Para Marx, a forma de escapar das mistificações ideológicas era basear a teoria no interesse de um grupo social, o proletariado, cujos interesses não conduzem a um quadro ideológico distorcido. Assim a visão ideológica coincidiria com a visão realista⁶.

As teorias analisadas nesse trabalho estão separadas por diversos anos da obra Marx, mas mantêm uma preocupação semelhante à dele. Visam explicar as contradições da sociedade capitalista com o objetivo de transformar a própria realidade, e têm de lidar com

⁴ Cf. ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001, p.25.

⁵ Cf. SILVA, Josué. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008, p.39.

⁶ Cf. idem, p.39.

as contradições oriundas dessa pretensão. Aliás, a análise das duas obras é interessante para elucidar a riqueza de reflexões a partir da obra de Marx. Pois, longe de uma diferença apenas nos detalhes sobre essa preocupação elas apontam para significativas divergências acerca do uso do legado marxiano para interpretar o capitalismo tardio, a crise e o processo emancipatório.

Assim como Marx, Mandel considera como destinatário da sua teoria o proletariado, cuja ação não seria comandada por nenhum interesse particular, a não ser a própria defesa da vida. Por não deter a propriedade sobre os meios sociais de produção, ele não sofre do condicionamento da conduta pela propriedade, ele está livre dos efeitos alienantes da propriedade. Mas, exatamente, a falta de propriedade faz com que ele se sujeite às outras classes, que utilizam sua capacidade produtiva para atingir objetivos distintos aos do proletariado. A transição de uma práxis subordinada às necessidades básicas para uma mais avançada, que supere a situação alienante, seria um longo processo dialético. De uma situação inicial passiva, como resultado do desenvolvimento histórico (classe em si), passa para uma situação em que ela reapropria o sistema social como todo⁷. Nesse sentido as crises assumem importância decisiva, pois sua manifestação evidencia toda a irracionalidade da lógica capitalista e atua como forte estímulo para formação da classe para si, alterando dessa forma a correlação de forças entre as classes.

Já para Habermas o materialismo histórico legado por Marx é insuficiente para interpretar as complexas questões colocadas pela realidade modificada do capitalismo tardio. Nos seus trabalhos da década de 1970 já havia indícios de uma mudança no

⁷ Cf. idem, p.40.

destinatário da teoria crítica, em decorrência da mudança de paradigma realizada por Habermas.

No entender de Habermas, Marx interpreta a história como uma sequência discreta de modos de produção, cuja lógica de desenvolvimento permite que reconheçamos a direção da evolução social. Entretanto, a hipótese desta sequência acarreta o pressuposto de um macro-sujeito que se desenvolve de um modo unilinear e ascensional⁸.

Habermas vê a solução dessa aporia na passagem da filosofia da história para a teoria da evolução social. É em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio*, que aparece a primeira elaboração de Habermas sobre a teoria da evolução social. Com a teoria da evolução social Habermas visa reconstruir o materialismo histórico, colocando o projeto de esclarecimento [*Aufklärung*] em novos trilhos.

O resgate dessas duas obras ganha importância com a crise desencadeada em 2008. Elas têm um sofisticado debate sobre a utilização do legado marxiano para explicar os desdobramentos do capitalismo e as condições para a emancipação. Isto não significa propor uma transposição das discussões da década de 1970 sem qualquer mediação para as do início do século XXI. Os autores estudados bem entenderam isso, pois ao explicarem seu tempo histórico perceberam que não se tratava de transpor a discussão sobre as crises do início do século XX para as da década de 1970, mas sabiam que sem ela a tarefa se tornaria bem mais difícil. Portanto, se recorremos ao legado intelectual anterior é porque nos auxilia na tarefa de dimensionar os problemas centrais do capitalismo contemporâneo; a despeito de não realizarmos o debate sobre as transformações do capitalismo desde a década de 1970 e a crise iniciada a partir de 2008.

⁸ SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, 1989, p.133.

Portanto, se retomamos a crise da década de 1970 não é por devoção ao conhecimento erudito, ou por mera simpatia com autores, mas sim porque miramos problemas contemporâneos, que apesar de significativamente diferentes do passado guardam uma relação estreita com eles. Pode-se dizer que um dos autores pensa com as categorias clássicas do marxismo (Mandel), e o outro a partir de uma estrutura marxista modificada (Habermas). Isto se reflete na relação com que cada um estabelece com a crítica da economia política de ser capaz ou não de funcionar como explicador da morfologia capitalista contemporânea.

No capítulo 1 abordamos a obra de Mandel e começamos por sua explicação sobre as dificuldades que a teoria marxista teve até então para conectar teoria e história. Essas dificuldades, segundo ele, poderiam ser compreendidas como engendradas pelo dogmatismo stalinista, e por uma dificuldade teórica interna ao próprio marxismo. Ao recorrer à teoria das ondas longas oferece uma resposta para as transformações de longa duração no capitalismo, integrando tanto seus desdobramentos objetivos e subjetivos, buscando tecer uma unidade dialética entre eles. No capitalismo vigoraria ainda as “leis” descobertas por Marx, portanto a ocorrência das crises e a urgência da necessidade da revolução socialista não teriam desaparecido do horizonte.

No capítulo 2 discutimos a obra de Habermas. Ao analisar as transformações que tiveram início desde o último quartel do século XIX, que culminaram no pós-guerra na intervenção generalizada do Estado na economia e na alteração dos conflitos sociais dentro dessa sociedade, ele considera importante submeter à crítica a teoria de Marx, reconstruí-la para torná-la apta a explicar o capitalismo tardio, e a forma de manifestação de sua crise. A fonte do conflito continua a ser a apropriação privada da riqueza pública e a emancipação

continua sendo um imperativo. Porém, é preciso explorar as novas forças emancipatórias inscritas no presente. Expomos para subsidiar a discussão a relação de Habermas tanto com seu legado anterior, o Instituto de Pesquisas Sociais, bem como com Marx; mas, como se sabe, Habermas não se atém somente a esses dois campos de discussão, ele amplia enormemente o escopo da teoria crítica. Tudo isso irá redundar numa importante e profunda reformulação da teoria crítica. Com tal instrumental teórico aplicada ao capitalismo tardio e às crises Habermas inova ao propor uma mudança de forma e de lógica da crise⁹.

No capítulo 3 abordamos a relação entre as crises e emancipação. Nele foi explorado os projetos emancipatórios presentes nas obras estudadas, e o quanto eles influenciaram nas explicações dos autores.

Portanto, o que oferecemos ao leitor é a sistematização de um debate sobre o capitalismo, a crise e suas consequências da transformação desses dois para os projetos de emancipação (apesar de os autores não terem estabelecido um debate explícito sobre isso); de uma fenda dentro do campo que nunca deixou a emancipação fora do horizonte, mas que entende de forma cada vez mais distinta as condições e possibilidades desse evento. Mas antes da discussão acerca da concepção de cada autor sobre o capitalismo é preciso traçar, mesmo que brevemente, as características mais importantes do capitalismo tardio.

O período que vai do início da Primeira Guerra Mundial ao fim da Segunda Guerra Mundial foi de profundas transformações e instabilidade. Duas guerras mundiais, uma revolução socialista, crise de 1929, deixam claro a instabilidade dessa época, que foi denominado adequadamente como a Era da Catástrofe pelo historiador inglês Eric

⁹ Cf. MARRAMAO, Giacomo. *O político e as transformações. Crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p.41.

Hobsbawm¹⁰. O início da Primeira Guerra Mundial serve também para marcar o fim do capitalismo liberal. Ao que tudo indica foi Werner Sombart o primeiro a denominar o período, que se inicia com o fim do capitalismo liberal, como capitalismo tardio¹¹. Ao término da Segunda Guerra formou-se um consenso de que a instabilidade que gerou a Era das Catástrofes deveria ser evitada. Isso transformou significativamente o papel do Estado e as expectativas que pesavam sobre ele, a partir de então começou a intervir nas questões econômicas e sociais. Conforme observa o historiador Tony Judt, todos ao fim da Segunda Guerra Mundial concordavam num ponto: planejamento.

Os desastres ocorridos nas décadas do período entre as duas guerras mundiais – as oportunidades desperdiçadas depois de 1918, a grande depressão que se seguiu à quebra da Bolsa de Valores, em 1929, o sofrimento do desemprego, as desigualdades, injustiças e deficiências de um capitalismo *laissez-faire* que conduziu tantos indivíduos à tentação do autoritarismo, a indiferença descarada de uma elite arrogante e a incompetência de uma classe política incapaz –, tudo isso parecia interligado pelo fracasso total da tentativa de melhor organização da sociedade. Se a democracia haveria de funcionar, se a democracia haveria de recuperar o seu apelo, precisava ser *planejada*¹².

As décadas que se seguiram foram de profunda transformação, pode-se citar como importantes para nossa discussão, o pleno emprego, consumo em massa, *Welfare State* e a intervenção estatal na economia. No início da década de 1970 ainda era hegemônico o pensamento que afirmava que os terríveis e inevitáveis ciclos de prosperidade e depressão haviam sido sucedidos pela sucessão de brandas flutuações em decorrência da gestão

¹⁰ Cf. HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.16.

¹¹ Ver as páginas 19 e 20 desse trabalho.

¹² JUDT, Tony. *Pós-Guerra. Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.81.

macroeconômica¹³. O intenso crescimento econômico, junto com uma relativa distribuição da riqueza parecia indicar o caminho certo para se evitar as intensas oscilações que até poucas décadas o capitalismo experimentara. A crescente indeterminação da vida social precedente parecia ter dado lugar a um período de estabilidade e pleno desenvolvimento, anda que tal cenário de prosperidade obviamente não se estendia para o mundo todo, se encaixando essa descrição muito mais na realidade dos países capitalistas avançados, mas ainda sim com significativas diferenças internas entre eles. Mas, para os fins argumentativos desse trabalho, essas diferenças não serão tratadas. Todas essas transformações no âmbito econômico, político, cultural, social suscitaram uma miríade de questões, em especial dentro do campo marxista se era possível com as categorias tradicionais do marxismo explicar aquele conjunto de transformações. Essas transformações necessariamente haveriam de suscitar discussões em torno da natureza da crise, se havia se modificado ou não, e conseqüentemente o aspecto normativo da teoria. É nesse o contexto que as obras foram escritas.

¹³ Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*, op. cit., p.262.

CAPÍTULO I – Mandel e a crise do capital

1. Introdução

Ernest Mandel possui uma vasta obra, junto com uma intensa atividade intelectual manteve uma ativa vida política. Economista de formação foi também líder da IV Internacional, a qual aderiu muito jovem em 1940, fundada dois anos antes por Leon Trotsky (1879 – 1940). Sua vinculação com a teoria das ondas longas pode ser entendido como uma tentativa de explicar as fases históricas do capitalismo, busca por meio dela explicar tanto as causas da recuperação econômica do pós-guerra, e sua relativa estabilidade social e política, quanto a transição para a crise. Tal filiação também mostra um deslocamento nas discussões sobre a crise, substituindo as discussões clássicas sobre o colapso por discussões sobre o *ciclo*. Escreveu suas obras em um contexto em que parte da esquerda europeia alimentava fortes esperanças de uma revolução socialista, e talvez Mandel tenha sido um dos mais otimistas quanto a esta possibilidade. Em 1971 no seu livro sobre a teoria do partido de Lenin¹⁴ discute as “tarefas” a serem realizadas no momento de descenso da luta revolucionária: diagnosticar corretamente o momento social vigente, para que no momento em que a correlação de forças se modificar, a favor do movimento operário, o partido revolucionário não só esteja atento para a situação, mas possa dar início ao combate revolucionário. Como veremos adiante, sua obra *O Capitalismo Tardio* se insere nesse contexto, onde ele busca mostrar que a estabilidade conseguida pelo capitalismo no pós-guerra, ancorado num intenso crescimento econômico, tinha seus dias contados.

¹⁴ Cf. MANDEL, Ernest. *La teoría leninista de la organización*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1976.

Antes de iniciarmos o estudo da sua teoria examinaremos alguns dados biográficos do autor, para situá-lo frente ao marxismo de sua época. Mandel nasceu em 1923 na Bélgica e faleceu aos 72 anos em 20 de julho de 1995. Estudou primeiro na Universidade de Bruxelas e depois na École Pratique des Hautes Études de Paris. Durante a II Guerra Mundial militou na resistência e foi preso pelos nazistas sendo confinado em um campo de concentração, do qual conseguiu escapar. Como líder da IV Internacional defendeu apaixonadamente as ideias de Trotsky. Conforme observa o historiador Robin Blackburn, talvez tenha sido o indivíduo que, como educador, recrutou o maior número de jovens para o marxismo e política revolucionária, especialmente na Europa e na América¹⁵. Após a greve geral francesa de maio/junho de 1968 ele foi proibido de entrar no território francês por muitos anos, tal medida também foi adotada pelos governos dos EUA, Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Suíça e Austrália¹⁶. Seu livro *Introdução à economia marxista* (1964) vendeu mais de 100.000 exemplares. Sua primeira grande obra foi o *Tratado de Economia marxista* (publicado originalmente em francês *Traité d'économie marxiste*, 1962)¹⁷. Sua principal obra é o livro *O capitalismo tardio*¹⁸, que, como assinala o historiador inglês Perry Anderson, foi a primeira análise teórica do desenvolvimento global do modo de produção capitalista desde a Segunda Guerra concebida segundo a estrutura das categorias do marxismo clássico¹⁹.

¹⁵ Cf. BLACKBURN, Robin. The unexpected dialectic of structural reforms, op. cit., p.16.

¹⁶ Cf. COGGIOLA, Osvaldo. Introdução. In: MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995, p.12.

¹⁷ Cf. BLACKBURN, Robin. The unexpected dialectic of structural reforms, op. cit., p.16.

¹⁸ Surge em alemão pela primeira vez em 1972 com o título *Der Spätkapitalismus: Versuch einer Erklärung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag. Em português surge pela primeira vez em 1982 traduzido por Carlos Eduardo S. Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo com o título *O Capitalismo tardio*, cujo subtítulo, *tentativa de uma explicação*, foi suprimido. A primeira tradução para a língua inglesa surge em 1975.

¹⁹ Cf. ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.140.

2. O partido, os desafios para a revolução e a herança teórica de Mandel

A tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia em 1917 não resultou, como esperavam seus líderes, no evento desencadeador da revolução socialista europeia, ou, pelo menos, prelúdio da revolução alemã. Já em 1923 suas esperanças estavam esfaceladas com o fracasso da revolução alemã²⁰; a revolução tomava o rumo da construção do socialismo num só país. Trotsky que desenvolveu a ideia da revolução permanente, onde um dos pontos é que a revolução socialista começa no terreno nacional, contudo, não pode parar por aí²¹, tornou-se um dos críticos mais ferrenhos dos rumos da revolução russa. Deportado para o Cazaquistão em 1928, expulso da URSS em 1929, Trotsky viveu no exílio até sua morte em 1940, assassinado no México por um agente de Stalin. Sua última grande empreitada foi a criação da IV Internacional em 1938, instituição da qual Mandel tornou-se um dos líderes mais destacados a partir da década de 1950 (o destino da IV Internacional, com suas cisões e a série de controvérsias que seus membros se enveredaram, ultrapassam os limites desse trabalho²²).

Mas, apesar do fracasso da revolução europeia, logo após a Revolução de Outubro, radicais, socialistas e comunistas tendiam a ver o período que se iniciou com a crise de 1929 como a agonia final do sistema capitalista²³. Antes mesmo da Grande Crise, já com a Primeira Guerra Mundial Trotsky afirmava que a humanidade havia crescido, se desenvolvido e enriquecido mesmo com as crises parciais e gerais, mas a partir daquele período a lei do valor se recusava a prestar mais serviços. Mesmo com os triunfos do

²⁰ Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era dos Extremos*, op. cit., p.75.

²¹ Cf. TROTSKY, Leon. Introdução à revolução permanente. In: *Leon Trotsky: Política*. São Paulo: Ática, 1981, p.189.

²² Sobre as disputas teórico-políticas dentro da IV Internacional depois da 2ª Guerra Mundial ver BENSÁID, Daniel. *Trotskismos*. Lisboa: Edições Combate, 2007, pp.68 ss.

²³ Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era dos Extremos*, op. cit., p.139.

pensamento técnico, as *forças produtivas* já não aumentavam mais²⁴. As relações de produção capitalistas, sob a égide da lei do valor, se tornaram uma verdadeira jaula para o desenvolvimento das forças produtivas mostrando toda a irracionalidade desse sistema, expressa, por exemplo, nos incentivos governamentais para a redução das áreas plantadas como foi adotada pelo governo dos EUA após a crise de 1929. Mas, esta situação não era definitiva em absoluto; o não aproveitamento do momento revolucionário permitiria a retomada do crescimento capitalista, com um significativo custo para a classe trabalhadora.

Portanto, as condições objetivas para a revolução mundial socialista estavam presentes, porém a passagem para o socialismo não se daria de maneira automática, somente por meio da luta de classes. Entretanto, por existir um déficit de organização o proletariado abandonado a si próprio dificilmente conseguiria superar os limites corporativos e cumprir sua “missão histórica”, portanto se avaliava indispensável um partido revolucionário para viabilizar a organização política necessária para o proletariado cumprir seu “destino histórico”. Para que essa organização possa desempenhar um papel correto, no momento decisivo para a transformação, deve entender as condições objetivas e subjetivas para a revolução, e tecer as tarefas políticas para a luta política internacional²⁵.

A organização leninista do partido foi, no início do século XX, um dos principais pilares da força do movimento pela revolução mundial, uma novidade na forma comunista de organizar tão significativa a ponto de o historiador inglês Eric Hobsbawm equipará-la à invenção das ordens monásticas cristãs na Idade Média²⁶.

²⁴ Cf. TROTSKY, Leon. *El Pensamiento Vivo de Karl Marx*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1943, pp.35-6.

²⁵ Cf. COGGIOLA, Osvaldo. 1938 – 2008: setenta anos da fundação da IV Internacional. Em defesa de Leon Trotsky. In: *Projeto História*. São Paulo, nº36, 2008, p.180.

²⁶ Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era dos Extremos*. op. cit., pp.81-2.

Dava até mesmo a organizações pequenas uma eficácia desproporcional, porque o partido podia contar com extraordinária dedicação e auto-sacrifício de seus membros, disciplina e coesão maior que a de militares, e uma total concentração na execução de suas decisões a todo o custo²⁷.

Essas organizações se colocavam como responsáveis por desenvolver as *condições subjetivas* para a revolução. Visto que a consciência política de classe não se desenvolveria de maneira espontânea nem mecânica, a partir das condições objetivas da luta de classe, caberia ao partido levar essa consciência aos trabalhadores.

Caso as condições subjetivas não estejam suficientemente desenvolvidas a revolução proletária não poderá sair vitoriosa, e essa derrota criará as condições econômicas e sociais da consolidação temporal do capitalismo²⁸.

Retomando a fórmula de Marx da *Miséria da Filosofia*, a passagem da *classe em si* para a *classe para si* só aconteceria com a intervenção do partido revolucionário. O sucesso da revolução proletária depende, portanto, da junção das massas proletárias, da vanguarda dos trabalhadores e do partido revolucionário; onde tal combinação, em um momento de crise revolucionária, se realizou com sucesso as lutas revolucionárias saíram vencedoras. A existência de um partido revolucionário para o sucesso da revolução é assinalado por Trotsky ao observar que “o mais difícil para a classe operária é criar uma organização revolucionária que esteja à altura das suas tarefas históricas”²⁹, isto é, o partido. E caso as condições subjetivas não estejam amadurecidas a situação revolucionária, que não é eterna, se dissipa, abrindo caminho para o campo oposto. O capitalismo só pode continuar a se desenvolver se o proletariado não cumprir sua “missão histórica”, visto que uma derrotada

²⁷ Idem, p.83.

²⁸ Cf. MANDEL, Ernest. *La teoría leninista de la organización*, op. cit., p.11.

²⁹ TROTSKY, Leon. A arte da insurreição. In: *Leon Trotsky: Política*. São Paulo: Ática, 1981, p.115.

de grandes proporções cria as condições para a retomada relativamente estável de seu domínio, até a próxima crise... Para Mandel, a derrota do proletariado alemão na década de 1930, por exemplo, permitiu a ascensão do fascismo e o início da recuperação econômica após a Grande Depressão.

Só a conjunção das condições objetivas com as subjetivas é que pode desencadear um processo revolucionário. A preocupação com o diagnóstico das condições objetivas como referência para a atividade revolucionária não é nova dentro do marxismo. Por exemplo, Henryk Grossmann publica no final da década de 1920 sua principal obra, cuja grande preocupação era estudar as condições objetivas que desencadeariam as crises revolucionárias. Ele diz na carta enviada a Paul Mattick em 21 de junho de 1931:

Como marxista *dialético* sei obviamente que as duas faces do processo, os elementos objetivos e subjetivos têm uma influência *recíproca entre si*. Não se pode ‘esperar’ que as condições ‘objetivas’ deem os *primeiros passos*, e só então, deixar agir as condições ‘subjetivas’. Seria uma concepção mecânica insuficiente com a qual não estou de acordo. Mas com fins analíticos devo aplicar o procedimento abstrato que consiste em isolar cada um dos elementos. Lênin fala frequentemente da situação revolucionária que deve se dar objetivamente como premissa para a intervenção vitoriosa e ativa do proletariado. Minha teoria do colapso não procura excluir essa intervenção ativa, mas se propõe muito mais a demonstrar *em que condições pode surgir e surge de fato uma situação revolucionária desse tipo*, de forma objetiva³⁰.

O capitalismo a partir de 1914 entrou numa época de crise estrutural, portanto se tornou imprescindível a atividade revolucionária do partido para aproveitar as situações

³⁰ Citado em MARRAMAO, Giacomo. *O Político e as transformações*, op. cit., p.215 (grifo nosso).

revolucionárias que de tempos em tempos ocorrerão³¹. Na interpretação de Mandel do capitalismo tardio subjaz essa concepção política sobre a situação do capitalismo, ela permitiu tanto estruturar sua explicação, quanto também se tornou, como mostraremos no capítulo 3, em um impedimento para apreender e explicar certas mudanças na classe trabalhadora de significativa importância, mas que devido a sua filiação teórica não foi entendido como um ponto a ser investigado.

3. O capitalismo tardio

As transformações que ocorreram dentro do capitalismo desde a Segunda Guerra (quando não desde a Grande Depressão de 1929/32) foram tão significativas, que, para Mandel, somente os dogmáticos podem sustentar que não aconteceram mudanças na economia capitalista internacional desde então. O período denominado como capitalismo tardio é marcado pela expansão do processo de acumulação – possível porque houve uma elevação da taxa de lucro –, mas que tornou as contradições internas do modo de produção capitalista ainda mais agudas. Entretanto, em obras anteriores ao *O Capitalismo Tardio* Mandel denominava o período como *neocapitalismo*³². Ele rechaçava todas as explicações que defendiam que algumas das características básicas do capitalismo não existiam mais, pois o neocapitalismo possuía ainda todos os elementos fundamentais do capitalismo clássico³³. Mas não nega que desde o fim da Segunda Guerra Mundial o capitalismo entrou numa terceira fase de desenvolvimento. Diferente do capitalismo monopolista e do imperialismo, descritos por Lenin e Hilferding, bem como diferente do capitalismo clássico do *laissez-faire* do século XIX. Mandel até chega citar nesse período o termo alemão

³¹ Cf. MANDEL, Ernest. *La teoría leninista de la organización*, op. cit., p.41.

³² Como, por exemplo, em *Ensayos sobre el neocapitalismo*.

³³ Cf. MANDEL, Ernest. La situación de los obreros dentro del neocapitalismo. In: *Ensayos sobre el neocapitalismo*. Ciudad del México: Ediciones Era, 1971, p.69.

Spätkapitalismus, que apesar de ser um conceito interessante ele tinha a deficiência de passar uma ideia de sequência temporal, além da dificuldade de traduzi-lo para outros idiomas. As características do neocapitalismo eram: aceleração da inovação tecnológica, economia de guerra permanente e revolução colonial em expansão, fazendo com que o centro de gravidade dos superlucros se descolasse dos países coloniais para os países imperialistas³⁴. Entretanto, diante das ambiguidades em torno do termo neocapitalismo, que parecia caracterizar tanto uma continuidade como uma descontinuidade em relação ao período anterior, ele passou a denominar o período como capitalismo tardio, apesar da ressalva de ainda considerá-lo limitado, por ser apenas uma caracterização cronológica e não sintética³⁵.

A explicação proposta por Paul M. Sweezy (1910 – 2004) e Paul A. Baran (1910 – 1964) do período como *capitalismo monopolista*³⁶ foi rechaçada por Mandel, porque, segundo ele, essa teoria propugnava a ideia de que as contradições internas do capitalismo haviam diminuído³⁷. Para ele, essa interpretação dos autores se deve muito mais a uma ação ideológica do que a um erro teórico. Eles tinham como intuito defender a tese dos partidos comunistas oficiais de que a principal contradição contemporânea não era entre capital e trabalho, mas entre os partidários mundiais do capitalismo e do socialismo³⁸. Além disso, acrescentamos mais um motivo, Sweezy critica a explicação das crises pela lei da queda

³⁴ Cf. idem, pp.69-70.

³⁵ MANDEL, Ernest. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.5. Apesar de todas as ressalvas Mandel adota de forma definitiva o conceito de capitalismo tardio.

³⁶ Sobre as diversas variantes dentro dessa teoria ver o artigo de TEIXEIRA, Aloísio. Capitalismo monopolista de Estado: um ponto de vista crítico. In: *Revista de economia política*. São Paulo, vol. 3, nº 4, 1983.

³⁷ Essa crítica foi destinada não somente a Sweezy e Baran, outros modelos explicativos também foram contestados por padecerem do mesmo erro, a saber, considerarem que a intervenção estatal na economia poderia suspender ou eliminar as contradições internas do modo de produção capitalista. Entre as teorias citadas por Mandel que padecem deste erro estão a teoria da “economia mista” e a da “sociedade industrial”. MANDEL, Ernest. *O Capitalismo tardio*, op. cit., p.368.

³⁸ Cf. idem, p.360.

tendencial da taxa de lucro, as explica pela tese do subconsumo³⁹. Uma sistematização das diferenças da explicação de Sweezy e Baran sobre o pós-guerra e a explicação de Mandel não pode ser feita aqui detalhadamente. Basta dizer que, Sweezy e Baran consideram que a lei da queda tendencial da taxa de lucro pressupõe um sistema competitivo, contudo a passagem para o capitalismo monopolista houve uma mudança fundamental na estrutura da economia capitalista. Ou seja, a substituição da concorrência entre capitais industriais pelos monopólios. O efeito disso foi que a natureza das políticas de preço e custos das empresas gigantes permitiu uma forte tendência à elevação do excedente – os autores preferem o conceito de excedente ao invés do de mais-valia – tanto absolutamente quanto relativamente⁴⁰.

Com a substituição da lei da tendência decrescente da taxa de lucro pela lei do excedente crescente, e sendo os modos normais de utilização do excedente incapazes de absorver um excedente em crescimento, a questão de outros modos de utilização deste assumem importância crucial⁴¹.

Inevitavelmente a refutação da validade da lei da queda tendencial da taxa de lucro no capitalismo monopolista acarreta mudanças na interpretação das crises, do progresso técnico e da intervenção estatal na economia, que Mandel certamente não está de acordo, daí a necessidade de um novo conceito para enquadrar o período.

O termo capitalismo tardio foi elaborado por Werner Sombart⁴² (1863 – 1941), que classifica as fases do capitalismo como juventude, maturidade e velhice (*Frühkapitalismus*,

³⁹ Cf. SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp.133ss.

⁴⁰ Cf. SWEEZY, Paul M.; BARAN, Paul A. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.79.

⁴¹ Idem, p.119.

⁴² Existem poucas referências sobre a origem do termo; ao que pudemos investigar antes de Mandel o termo foi utilizado também pela economista polonesa Natalie Moszkowska no seu livro *Zur Dynamik des Spätkapitalismus* (1934). Apesar de Mandel não fazer qualquer referência a Sombart tudo indica que utiliza o

Hochkapitalismus, Spätkapitalismus)⁴³ – em alguns momentos Mandel denomina o período de terceira idade do capitalismo⁴⁴. Sombart explica que todo sistema econômico surge a partir da estrutura de outro sistema econômico (no caso do capitalismo, *Frühkapitalismus* – refere-se ao surgimento do capitalismo, onde ele convive com o feudalismo, o período vai do século XIII a metade do século XVIII); com o seu desenvolvimento existem períodos em que ele passa a exibir de forma relativamente pura suas próprias características (*Hochkapitalismus* – de metade do século XVIII até a deflagração da Primeira Guerra Mundial); e, por fim, o período de desaparecimento ou retração do sistema econômico (*Spätkapitalismus* – começa a partir da Primeira Guerra, e tem como característica mais importante mudanças na estrutura interna do capitalismo)⁴⁵.

Ao que tudo indica, Mandel concorda com a definição do capitalismo tardio como o período de queda ou decadência do sistema capitalista, mas não dá a mesma ênfase que Sombart ao mercado e ao papel do empresário na organização da economia capitalista. Está muito mais interessado em abordar o período como senilidade de um sistema econômico específico e o surgimento de um novo sistema econômico; eles coexistem, mas um em declínio, e o outro em fase embrionária. Certamente, tal ideia ganhou força com a realização da primeira revolução socialista em 1917, que abrangeu no início um sexto da superfície da Terra, e após a Segunda Guerra um terço da população mundial⁴⁶. Além disso, a intervenção estatal na economia era interpretada como sinal de decadência, pois o

termo segundo sua conceituação, por exemplo, em determinada passagem de *O Capitalismo Tardio* Mandel utiliza o termo capitalismo juvenil para tratar do período de formação do capitalismo, e capitalismo monopolista clássico para tratar do auge do capitalismo. Ver MANDEL, Ernest. *O Capitalismo tardio*, op. cit., p.281.

⁴³ Cf. PERROUX, François. *O capitalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p.30.

⁴⁴ Cf. MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. UNICAMP, 1990, p.61.

⁴⁵ Cf. SOMBART, Werner. Capitalism. In: *Encyclopaedia of the social sciences*. New York: The Macmillan Company, 1942, pp.206ss.

⁴⁶ Cf. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*, op. cit., p.16.

capitalismo entregue às suas próprias forças se tornava disfuncional⁴⁷. Consequentemente, tendo a velha ordem perdido seu caráter progressista prejudica a vitalidade da sociedade, e seus beneficiários são obrigados a recorrer a métodos extremos para proteger sua posição.

Mas o capitalismo tardio não está sob a égide de *leis* diferentes das descobertas por Marx em *O capital*, e por Lênin em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1917). Não é uma nova época do capitalismo, mas sim um desdobramento da época imperialista, de capitalismo monopolista⁴⁸. Contudo, a tradição marxista teve dificuldades em conectar a teoria com a história, muitas vezes caindo numa filosofia socioeconômica especulativa. O desafio que se coloca é explicar as transformações que o capitalismo experimentou desde a época de Marx com base nas leis de movimento do capital descobertas por ele, em especial explicar a intervenção estatal, as transformações na classe trabalhadora e se houve mudanças nas crises.

A solução para o impasse teórico, explica Mandel, não consiste somente em recorrer à difundida ideia de que Marx fez uma progressão do abstrato para o concreto. Isto é insuficiente, pois leva a uma perda da riqueza da totalidade. Para Marx, o ponto de partida era o concreto assim como o ponto de chegada também, só que agora como reprodução do concreto no plano do pensamento⁴⁹. A progressão do abstrato para o concreto pressupõe um

⁴⁷ Por exemplo, “Quanto maior a intervenção do Estado no sistema econômico capitalista, tanto mais claro torna-se o fato de que esse sistema sofre de uma doença incurável”. MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*, op. cit., p.341.

⁴⁸ Cf. Idem, p.5.

⁴⁹ Cf. Para mais detalhes cf. MARX, Karl. *O Método da economia política: introdução [a crítica da economia política] (1857)*. Campinas, Unicamp/IFCH, 1996 (Primeira Versão, nº71). “O concreto é concreto por ser uma concentração (Zusammenfassung: concentração, síntese) de muitas determinações, logo uma unidade do múltiplo. Eis a razão por que apareceu no pensamento (im Denken) como processo de concentração (síntese), como um resultado e não como um ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida efetivamente real (der wirkliche Ausgangspunkt) e assim, também, o ponto de partida da intuição e da representação (der Ausgangspunkt der Anschauung und der Vorstellung). No primeiro caminho, toda a representação se desvanece em determinação abstrata, ao passo que, no segundo, as determinações abstratas

trabalho anterior de análise, onde se busca obter do concreto suas relações determinantes. Portanto, considerar o método de Marx apenas como progresso do abstrato para o concreto destrói a unidade dos dois processos: o de análise e o de síntese. A validade da reprodução intelectual da totalidade só se torna convincente pela aplicação na prática⁵⁰.

As categorias, ou conceitos abstratos mais simples, não são resultados de uma compreensão pura, mas sim refletem o desenvolvimento histórico real. A dialética de Marx implica então na unidade de uma análise em dois níveis, dedutivo e indutivo, lógico e histórico⁵¹. A descoberta dos elos intermediários, ou mediações, é que permite a conexão entre essência e aparência, reintegrando-as numa unidade. “Quando essa reintegração deixa de ocorrer”, observa Mandel, “a teoria se vê reduzida à construção especulativa de ‘modelos’ abstratos desligados da realidade empírica, e a dialética regride do materialismo ao idealismo”⁵².

A reprodução intelectual deve, portanto, estar em permanente contato com o movimento da história. Essa integração, como observado mais acima, entre teoria e história, no campo marxista, foi problemática durante boa parte do século XX, e isto acarreta numa incapacidade para reunir teoria e prática. A questão pode ser definida nos seguintes termos: (a) de que maneira o desenvolvimento do capitalismo nos últimos cem anos pode ser explicado como o desenvolvimento manifesto das contradições internas desse modo de produção; quais são os elos que realizam a ligação entre os elementos concretos e os

conduzem à reprodução do concreto no plano (im Weg) do pensamento. (...) o método de se elevar do abstrato ao concreto é apenas a maneira de o pensamento apropriar-se do concreto e o reproduzir como concreto espiritual (als ein geistig Konkretes), mas, de maneira nenhuma se trata do processo de gênese (der Entstehungsprozess) do próprio concreto” p.8.

⁵⁰ Cf. MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*, op. cit., p.8.

⁵¹ Cf. idem, pp.7-8.

⁵² Idem, p.8.

abstratos? (b) de que modo a história real dos últimos cem anos pode ser investigada juntamente com o modo de produção capitalista⁵³; a relação do capitalismo em expansão com esferas pré-capitalistas, analisando isso em sua aparência e explicando em sua essência?

O capitalismo não se desenvolve no vazio, mas sim se relacionando com estruturas socioeconômicas específicas caracterizadas por uma significativa diferença. O capitalismo ao surgir combina diversos modos de produção, a unidade orgânica do *sistema mundial* não reduz a importância dessa combinação frente à primazia dos traços comuns ao sistema. O autor retoma aqui a ideia de Marx, levada a frente por Trotsky, do desenvolvimento *desigual e combinado*. O sistema mundial “é, em grau considerável precisamente uma *função* da validade universal da lei de desenvolvimento desigual e combinado”⁵⁴. Isto significa que o capitalismo, desde seu surgimento, interage com sociedades e economias não capitalistas, e que parte de sua tônica depende dessa interação, aliás, para entender os estágios específicos do capitalismo é fundamental compreender essas relações. Dito isso, a razão para a falha da conexão entre teoria e prática para compreender os diversos estágios do capitalismo, para Mandel, se assentam, basicamente, em dois motivos: (a) um de ordem histórica, ou seja, o bloqueio causado pelo stalinismo em boa parte das discussões, fazendo do marxismo justificava ideológica do sistema soviético; (b) de ordem interna ao próprio marxismo, manifesta em duas dificuldades: (i) quanto aos instrumentos analíticos da teoria econômica de Marx, e (ii) o método analítico dos mais importantes teóricos marxistas.

Mandel se concentra no segundo ponto, nas dificuldades internas do marxismo, e ao fazer isso não pode deixar de empreender um acerto de contas com o legado anterior.

⁵³ Cf. idem, p.14.

⁵⁴ Idem, p.14.

Portanto, tem de passar pelos principais teóricos da discussão que denominaremos como primeira grande rodada de discussões sobre a crise após Marx; autores que trataram do desenvolvimento do capitalismo e sua crise, como Rosa Luxemburg (1871 -1919), Rudolf Hilferding (1877 – 1941), Otto Bauer (1881 – 1938), Nikolai Bukharin (1888 – 1938), Henryk Grossmann (1881 – 1950), etc.

A chave para entender as dificuldades e aporias do pensamento desses teóricos é fornecida pelo estudo de Roman Rosdolsky (1898 – 1967) sobre os *Grundrisse* de Marx⁵⁵. Ele distingue entre o movimento do *capital em geral* e o dos *capitais individuais*⁵⁶. Mas qual o significado dessa distinção? O capital em geral exclui a concorrência entre os capitais e o sistema de crédito. “Na concorrência, temos a ‘ação do capital sobre o capital’, o que pressupõe a pluralidade de capitais; no crédito, ‘o capital aparece, diante dos diferentes capitais, como um elemento geral’”⁵⁷. O capital só pode se desenvolver sob a concorrência, ou seja, como muitos capitais; ele se autodetermina como ação e reação recíproca dos capitais entre si.

Ela [a concorrência, AAS] é, ao mesmo tempo, ‘a relação do capital consigo mesmo como outro capital, ou seja, o comportamento real do capital na condição de capital’. Só ‘através dela aparece como necessidade externa, para cada capital, aquilo que corresponde [...] ao conceito de capital’. Por isso, conceitualmente, a concorrência expressa ‘a *natureza interna do capital* [...] que se apresenta e se

⁵⁵ O livro póstumo de Rosdolsky, *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*, aparece na Alemanha em 1968. “Rosdolsky, que não era economista mas historiador, comprometeu-se com a reconstrução do pensamento econômico maduro de Marx, por meio de uma ampla análise dos *Grundrisse* e suas relações com *O Capital*, a fim de estabelecer as bases para o subseqüente desenvolvimento da economia marxista capaz de uma profunda análise do capitalismo do pós-guerra”. Quatro anos depois aparece, na Alemanha, *O Capitalismo Tardio* de Mandel integrando o corpo teórico desenvolvido por Rosdolsky, os avanços no marxismo e da economia ortodoxa. Ver ALBARRACÍN, Jesús; MONTES, Pedro. Late Capitalism: Mandel’s Interpretation of Contemporary Capitalism. In: ACHCAR, Gilbert (org.). *The legacy of Ernest Mandel*. London: Verso, pp.45-6.

⁵⁶ Cf. ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*, op. cit., pp.49ss.

⁵⁷ Idem, p.50.

realiza como ação recíproca dos diversos capitais entre si’, os quais ‘impõem a si próprios as determinações imanentes do capital’. A concorrência é o ‘motor essencial da economia burguesa’, embora não crie suas leis, apenas lhes dê uma forma concreta; não as explica, apenas as torna visíveis⁵⁸.

Para investigar a manifestação é necessário investigar antes o que se manifesta, por isso é necessário investigar o capital abstraindo a concorrência. Na concorrência tudo parece estar invertido, por exemplo, “o preço não parece ser determinado pelo trabalho, mas o trabalho pelo preço, etc.”⁵⁹. Por isso, a concorrência e seus correlatos são abstraídos, partindo do *capital como tal* ou o *capital em geral*. No edifício teórico de Marx, a concorrência, ou a existência dos múltiplos capitais, só aparece no terceiro livro de *O capital*.

Então, a origem das dificuldades encontradas pelos autores marxista do início do século para explicar o desenvolvimento do capitalismo, em boa parte, pode ser atribuído ao uso inadequado dos instrumentos teóricos fornecidos por Marx, conduzindo-os a conclusões problemáticas quanto às novas fases do capitalismo. Em resumo, “eles tentaram *investigar os problemas das leis de desenvolvimento do capitalismo, isto é, os problemas decorrentes da ruptura de equilíbrio, com instrumentos projetados para a análise do equilíbrio*”⁶⁰. Um instrumento desenvolvido por Marx – no segundo livro de *O Capital* – para mostrar como um sistema econômico sem qualquer controle social da produção, baseado na pura anarquia do mercado⁶¹, pode continuar a funcionar. Tal instrumento foi

⁵⁸ Idem, p.50.

⁵⁹ Idem, p.51.

⁶⁰ MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*, op. cit., p p.18.

⁶¹ Como esclarece Sweezy anarquia não é sinônimo de caos. Não significa ausência de ordem, mas sim a ausência de uma regulação consciente. A produção capitalista com o tempo, mesmo com seu caráter anárquico, se sujeita a leis definidas e objetivamente válidas de movimento. Ver SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*, op. cit., p.130.

desenvolvido sob a égide do capital em geral, e ao não se atentarem para o edifício metodológico de Marx exigiam dos esquemas aquilo que eles efetivamente não podiam provar⁶². Ao utilizarem os esquemas para interpretar as crises procuraram isolar uma única variável para explicá-la. Por exemplo, em Luxemburg seria a dificuldade na realização de mais-valia, em Hilferding a anarquia da produção. A busca por uma única variável necessariamente desembocava em explicações deficientes, pois, como afirma Mandel, as leis de longo prazo do capitalismo devem ser explicadas pela interconexão de seis variáveis: (a) a composição orgânica do capital em geral e nos setores mais importantes; (b) a distribuição do capital constante em fixo e constante (assim como no anterior e para os próximos, em geral e para os setores mais importantes); (c) o desenvolvimento da taxa de mais-valia; (d) o desenvolvimento da taxa de acumulação; (e) o tempo de rotação do capital; e (f) a relação entre os departamentos I e II⁶³.

Estes esclarecimentos agora nos ajudam a entender como Mandel encaminha uma explicação sobre as transformações que ocorreram no capitalismo a partir do pós-guerra, conectando a teoria marxista com a história, e aqui se encontra uma inovação teórica proposta por Mandel, a teoria das ondas longas. A teoria dos ciclos teve grande importância na transformação das políticas econômicas a partir da década de 1930, onde “a adoção de políticas monetárias expansionistas e de programas de obras políticas significou a

⁶² O economista russo Mikhail I. Tugan-Baranovski (1865 – 1919) foi o primeiro a utilizar os esquemas de reprodução de Marx. Ele rejeitou as duas explicações da crise que atribui a Marx, isto é, (a) crises causadas pela queda tendencial da taxa de lucro, e (b) crises originadas pelo subconsumo das massas; utilizou os esquemas de reprodução para estabelecer sua crítica a Marx e mostrar que as crises aconteciam em decorrência da desproporção dos investimentos entre os setores de bens de capital e de consumo. Ver SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*, op. cit., pp.131ss.

Rowthorn concorda que esta foi uma das finalidades a que se destinaram os esquemas de reprodução, mas o próprio Marx o utilizou com outras finalidades, como, por exemplo, para analisar aquilo que os keynesianos chamam hoje de “fluxo circular da renda”. Ver ROWTHORN, Bob. *Capitalismo Maduro*. In: *Capitalismo, Conflito e Inflação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.90.

⁶³ Cf. MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*, op. cit., pp.25-6.

emergência da gestão macroeconômica do capitalismo”⁶⁴. A discussão sobre os ciclos passou a ser realizada sob o prisma da teoria de John Maynard Keynes (1883 – 1946), para quem a economia capitalista é relativamente instável com momentos de prosperidade e depressão, porém com uma correta intervenção política nessa trajetória instável é possível moderá-la e garantir um nível de emprego maior⁶⁵. Mas, não é esta teoria dos ciclos que Mandel se apropria, é a do russo Nicolai Dmitrievich Kondratiev (1892 – 1938). Apesar de existirem estudos anteriores aos de Kondratiev sobre períodos de regularidade maior do que o ciclo industrial estudado por Marx foi ele quem difundiu a questão⁶⁶. A teoria das ondas longas não só influenciou o campo marxista, como outros teóricos de vertentes distintas se apropriaram dela, por exemplo, o economista Joseph Alois Schumpeter (1883 – 1950), e o historiador francês Fernand Braudel (1902 – 1985)⁶⁷. Marx havia estudado o ciclo industrial de 7 a 10 anos quando o capital fixo é renovado, e as crises periódicas que estão relacionadas a ele⁶⁸; mas a teoria das ondas longas julga que existam períodos de regularidade ainda maior do que o ciclo industrial (um período de aproximadamente 50 anos). Kondratiev ao estudar as estatísticas da produção industrial da Inglaterra, Estados Unidos e França julgou que esses ciclos longos eram determinados pelos mesmos mecanismos que determinavam as flutuações a curto prazo na dinâmica econômica. A primeira metade do período seria determinada por um caráter ascendente e a segunda metade por crises. As primeiras formulações de Kondratiev sobre a teoria dos ciclos longos

⁶⁴ RUGITSKY, Fernando Monteiro. *O movimento dos capitais. Contribuição à crítica das teorias do ciclo econômico*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, USP, 2009, p.58.

⁶⁵ Cf. idem, p.103.

⁶⁶ Cf. GARVY, Georg. Kondratieff's theory of long cycles. In: *The Review of Economic Statistics*. 1943, vol. 25, nº4, p.204.

⁶⁷ Cf. COGGIOLA, Osvaldo. *O capital contra a história. Gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2002, p.88; p.156.

⁶⁸ Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1985, pp.136-7.

apareceram num estudo sobre as condições econômicas antes e depois da Primeira Guerra, e sua hipótese rapidamente atraiu a atenção dos economistas na Rússia soviética, mas longe de existir um consenso favorável em torno de sua hipótese ela foi amplamente questionada⁶⁹.

Trotsky tomou brevemente parte dessa discussão criticando a teoria dos ciclos longos, como proposta por Kondratiev, como falsa generalização de uma análise formal⁷⁰. As longas fases da tendência de desenvolvimento do capitalismo que inapropriadamente Kondratiev chama de ciclos longos, como observa Trotsky, não podem ser determinadas pela dinâmica interna da economia, mas sim por fatores exógenos. Segundo ele, são as:

aquisições para o capitalismo de novos países e continentes, o descobrimento de novos recursos naturais e, na esteira destes, fatos maiores de ordem ‘superestrutural’ tais como guerras e revoluções, determinam o caráter e a substituição das épocas estagnadas ou declinantes do desenvolvimento capitalista⁷¹.

Deve-se levar em conta os fatores recorrentes e os não-recorrentes tanto para alguns países, bem como para o conjunto da economia mundial.

Contudo, a discussão em torno das ondas longas no campo marxista foi suprimida, em parte, devido a própria eliminação física de alguns dos interlocutores, como Kondratiev⁷² e Trotsky, pela repressão stalinista. E com o próprio sucesso econômico do capitalismo do pós-guerra a discussão foi deixada de lado, tida, muitas vezes, como

⁶⁹ Cf. GARVY, Georg. Kondratieff’s theory of long cycles, op. cit., pp.203-4.

⁷⁰ Cf. TROTSKY, Leon. *Una escuela de estrategia revolucionaria*. Buenos Aires: Ediciones del Siglo, 1973, p.155.

⁷¹ Idem, p.155.

⁷² Kondratiev já vinha sendo fortemente criticado dentro do Instituto de Moscou para Pesquisa Conjuntural (*Koniunktorny Institut*), logo após publicar um estudo em 1928 foi destituído da direção do Instituto. Em 1930 foi preso, acusado de ser o líder de um partido camponês de oposição, e em 1931 foi condenado a oito anos de prisão na Sibéria. Sua pena foi revista e condenado a morte em 1938. Uma enciclopédia oficial do período declarava sobre a teoria dos ciclos longos: “Esta teoria é incorreta e reacionária” citado por GARVY, Georg. Kondratieff’s theory of long cycles, op. cit., p.204.

irrelevante, sendo retomada no campo marxista somente na década de 1970, por iniciativa de Mandel, para caracterizar os primeiros sinais de que o fôlego do *boom* do pós-guerra chegava ao seu fim⁷³. Durante as ondas longas expansionistas há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucro. A acumulação de capital nesse período se acelera⁷⁴. As ondas longas se articulam com os ciclos clássicos sendo que “os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtos e superficiais as crises cíclicas de superprodução”⁷⁵. Já nas ondas longas descendentes torna-se mais difícil assegurar a valorização da massa total de capital acumulado, a queda na taxa de lucro é um claro marco divisório⁷⁶. Nas ondas longas descendentes “prevalece uma tendência à estagnação, os períodos de prosperidade serão menos febris e mais passageiros, enquanto os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e prolongados”⁷⁷.

Para Mandel, a história do desenvolvimento capitalista como um todo pode ser explicado a partir da teoria das ondas longas. Tal teoria, na verdade, seria uma teoria da acumulação de capital, ou, expresso de outra forma, uma teoria da taxa de lucro⁷⁸. Ele está interessado em desenvolver um aparato intelectual que permita explicar as constantes oscilações do capitalismo, com melhoras na taxa de lucro, sem negar o *declínio secular* apontado pelo limite histórico do modo de produção capitalista⁷⁹. Ou seja, mesmo que o capitalismo possa experimentar de tempos em tempos períodos de grande expansão da taxa

⁷³ Cf. MANDEL, Ernest. *Long Waves of Capitalist Development. A Marxist interpretation*. London: Verso, 1995, p.vii.

⁷⁴ Cf. MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*, op. cit., p.75.

⁷⁵ Idem, p.85.

⁷⁶ Cf. idem, p.75.

⁷⁷ Idem, p.85.

⁷⁸ Cf. MANDEL, Ernest. *Long Waves of Capitalist Development*, p.7.

⁷⁹ Cf. idem, p.9.

geral de lucros, desde a Primeira Guerra Mundial vive sob a sina de uma *crise estrutural*⁸⁰. Os conceitos de crise estrutural e declínio histórico do capitalismo foram elaborados para explicar o período que surge com eclosão da Primeira Guerra Mundial – e a realização da primeira revolução socialista no mundo em 1917 que provocou a primeira grande baixa na expansão mundial do capitalismo – onde as contradições do modo de produção capitalista tornam-se mais agudas, quer dizer, o funcionamento das suas próprias leis de movimento produz problemas de envergadura cada vez maior. Mas, de forma alguma a ideia de crise estrutural exclui que seja possível um rápido crescimento das forças produtivas, e que uma nova onda expansionista possa vir a acontecer⁸¹. O capitalismo pode vir a crescer, mas se torna cada vez mais difícil se depender apenas da mobilização de suas próprias forças, os artifícios utilizados para manter um dado padrão de crescimento tornam-se a longo prazo mais problemáticos do que aquilo que eles próprios tentaram evitar, como foi o caso da política monetária e fiscal dos Estados que levaram a um processo de inflação galopante e a um endividamento sem precedentes das famílias e do Estado.

A contradição entre relações de produção e forças produtivas não significa que só seria possível o desenvolvimento das forças produtivas com a derrubada do modo de produção capitalista; significa apenas que, “desde essa época [após a Primeira Guerra Mundial, AAS], as forças de produção ulteriormente desenvolvidas entrarão em contradição cada vez mais intensa com o modo de produção existente e favorecerão a sua derrubada⁸²”. O capitalismo tardio, a segunda fase do imperialismo, é marcado pelo crescimento das forças produtivas, onde há um aumento do parasitismo e desperdícios

⁸⁰ Cf. *idem*, p.49.

⁸¹ Cf. *idem*, pp.49ss.

⁸² MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. op. cit., p.152.

paralelos ou subjacentes a esse processo de crescimento⁸³. Isto porque as forças produtivas encontram seu limite nas estreitas relações de classe capitalistas, mesmo que haja sucesso na aplicação de inovações na indústria, esse avanço fracassa diante da resolução dos problemas sociais gerais, exatamente porque sofre restrições classistas.

Mas isto não significa que o capitalismo não possa entrar numa onda expansiva baseado no desenvolvimento das forças produtivas, como, de fato, aconteceu no pós-guerra. Essencialmente, Mandel se mantém fiel à análise clássica da *queda tendencial da taxa de lucro*⁸⁴ que depende quase exclusivamente da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital⁸⁵.

A queda tendencial da taxa de lucro⁸⁶, uma das mais controversas e conhecidas elaborações de Marx, deriva da tendência do capital, enquanto tal, de ocupar um espaço cada vez maior no processo de produção em detrimento do trabalho abstrato. À medida que a acumulação capitalista se desenvolve o capital dispendido em meios de produção (capital constante) tende a aumentar proporcionalmente mais rápido do que o dispêndio em força de trabalho (capital variável). Isso gera um aumento progressivo da composição técnica do capital. O capital ao buscar aumentar a extração de mais-valia, quer dizer, mais-valia relativa, conduz a um aumento generalizado do volume dos meios de produção em comparação com a força de trabalho utilizada. Mas se a base de valorização do capital é o

⁸³ Cf. idem, p.151.

⁸⁴ Esta lei provém de Thomas R. Malthus (1766 – 1834) e David Ricardo (1772 – 1823). Mas eles a fundamentaram com base na lei dos rendimentos degressivos do *solo*. Mandel explica que Marx foi o primeiro a deduzir essa lei das tendências de acumulação do capital, ligando-a diretamente à teoria do valor-trabalho. Ver MANDEL, Ernest. *Tratado de economía marxista*. Tomo I. Ciudad de México: Ediciones Era, 1977, p.133.

⁸⁵ Cf. ROWTHORN, Bob. *Capitalismo maduro*, op. cit., p.91.

⁸⁶ Para uma abordagem sobre as divergências em torno da lei tendencial da queda da taxa de lucro ver o artigo de MANTEGA, Guido. A lei da taxa de lucro: a tendência da queda ou a queda da tendência? In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo, n°16, 1976.

trabalho vivo (capital variável) o capital ao aumentar o volume dos meios de produção para maior extração de mais-valia reduz sua própria base de valorização.

A tendência à negação do trabalho vivo pelo morto, subjacente ao aumento da produtividade do trabalho e à produção de mais-valia relativa, por sua vez possíveis devido à posição do capital como ‘sujeito’ e subordinador formal e real do trabalho, resulta na substituição do trabalhador pela máquina e, com isso, na redução da fonte de valor e de mais-valia em geral⁸⁷.

Mas as mesmas causas que produzem essas tendências à queda também geram sua moderação. Não ao ponto de anular a lei geral⁸⁸, mas sim de fazer com que ela atue como tendência, ou seja, uma lei cuja execução é detida, retardada, anulada por meio de contra-atuantes⁸⁹. Feito esse esclarecimento sobre a queda tendencial da taxa de lucro voltemos ao capitalismo tardio.

O capitalismo tardio é a fase que se inicia com o fim da Segunda Guerra, ancorado na derrota histórica da classe trabalhadora internacional nas décadas de 1930 e 1940 (pelo fascismo, a guerra, a Guerra Fria e pelo macarthismo nos EUA), que permitiu a retomada da taxa média de lucro. Ou seja, uma nova onda longa ascendente começou em 1940 para os EUA e 1948 para a Europa, onde a tendência histórica do capitalismo foi contrabalanceada pela derrota do proletariado e a taxa média de lucro recuperada após a crise de 1929. Portanto, para Mandel, a retomada das ondas longas está baseada em fatores exógenos a economia; não se dá de maneira mecânica como descrito por Kondratiev, se bem que para seu declínio atuam fatores endógenos⁹⁰. Em suma,

⁸⁷ GRESPAN, Jorge. *O negativo do capital*, op. cit., p.142.

⁸⁸ Para esclarecimentos sobre o conceito de “lei” para Marx ver Idem, p.215.

⁸⁹ Cf. idem, p.216.

⁹⁰ Em um capítulo adicional do livro *Long Waves of Capitalist Development*, op. cit., p.116 escrito em 1994, um ano antes de sua morte, Mandel admite que fatores exógenos podem também influir na tendência à queda da taxa de lucro e não somente fatores endógenos.

embora a lógica interna das leis capitalistas de movimento possam explicar a *natureza cumulativa de cada onda longa, uma vez que ela é iniciada*, e embora possa também explicar a transição de uma onda longa expansionista para uma onda longa estagnada, não pode explicar a mudança da última para a primeira⁹¹.

Após o desencadeamento de uma onda longa, pela própria lógica interna das leis de movimento, adquirem importância as revoluções tecnológicas. É no período recessivo que surge a necessidade de uma intensificação nos investimentos de racionalização (investimentos que economizem em termos de custos salariais), mas são nos períodos de expansão que se intensificam as inovações radicais, ao ponto dessas inovações modificarem a técnica em geral, permitindo caracterizar o conjunto como uma *revolução tecnológica*. Deve-se estabelecer uma relação entre o processo de acumulação e a lógica das revoluções tecnológicas. Cada período tecnológico específico, radicalmente diferente do anterior, é baseado num tipo característico de sistema-máquina (machine system) que pressupõe formas específicas de organização do processo de trabalho. Na história do capitalismo Mandel identifica quatro tipos distintos de sistemas-máquinas onde cada um pressupõe uma forma específica de organização do processo de trabalho, e a passagem de um para outro foi marcada por uma séria resistência da classe trabalhadora⁹². Essa conexão entre a emergência de uma nova onda longa expansionista e a luta de classes fez com que o autor em questão estabelecesse uma dialética de fatores objetivos e subjetivos para o desenvolvimento histórico do capitalismo, onde os fatores subjetivos são caracterizados por uma *autonomia relativa*, pois dependem do nível de militância e tradição político-sindical

⁹¹ Idem, p.16. “although the internal logic of capitalist laws of motion can explain the *cumulative nature of each long wave, once it is initiated*, and although it can also explain the turn from the latter to the former”.

⁹² Cf. idem, pp.32-3.

da classe operária na fase anterior⁹³. Isso o levou a afirmar que existe um *ciclo longo de luta de classes* (isto é, um ciclo longo de aumento e declínio da militância da classe trabalhadora e radicalização) que é relativamente autônoma das ondas longas de acumulação de capital ascendente ou descendente, embora em certa medida esteja entrelaçada com ela⁹⁴.

Nesse sentido, as ondas longas são entendidas como uma realidade histórica, não apenas médias estatísticas, elas são uma totalidade histórica, uma correlação entre as tendências ideológicas predominantes e as tendências do desenvolvimento econômico que elas refletem por meio de um dado prisma⁹⁵. As ondas que existiram até hoje na história do capitalismo foram:

Duração	Características
1789 - 1848	Período da Revolução Industrial, das grandes revoluções burguesas, das Guerras Napoleônicas, e da constituição do mercado mundial para mercadorias industriais: período expansão entre 1789 - 1815 (25); período de descenso entre 1826 - 48.
1848 - 93	Período do capitalismo industrial de "livre concorrência"; expansão 1848 - 73; descenso: 1873 - 93
1893 - 1940 (8)	1893 - 1913 - Apogeu do imperialismo clássico e do capital financeiro (período de expansão).
	1913 - 1940 (8) - Início da época de declínio do capitalismo, época das guerras imperialistas, revoluções, e contrarrevoluções (período de descenso).
1940 (48) - ?	Surgimento do capitalismo tardio dado o atraso da revolução mundial graças à derrota da classe trabalhadora nas décadas de 1930 e 40, mas acompanhado por fenômenos de declínio e decomposição do sistema; expansão entre 1940 (48) - 67; descenso 1968 - ?

Tabela 1. Fonte: MANDEL, Ernest. *Long Waves of Capitalist Development*. op.cit., p.82.

3.1. As características do capitalismo tardio e sua crise

Como já assinalado mais acima, o conceito de capitalismo tardio foi construído para explicar as transformações do capitalismo no pós-guerra, entretanto essa onda longa é significativamente diferente das anteriores visto que agora o capital vive num estado de

⁹³ Cf. KATZ, Claudio. Ernest Mandel e a teoria das ondas longas. In: *Revista soc. bras. economia política*. Rio de Janeiro, 2000, n° 7, p.86.

⁹⁴ Cf. MANDEL, Ernest. *Long Waves of Capitalist Development*, pp.37-8.

⁹⁵ Cf. idem, p.76.

crise estrutural. Mas, junto com a crise estrutural o que mais caracteriza a onda longa em questão?

O capitalismo tardio foi precedido pela onda longa estagnacionista que começou em 1913 e se intensificou com a Grande Depressão de 1929/32, somente um aumento na taxa média de lucros permitiria uma nova aceleração da acumulação de capital, que de fato aconteceu durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Como não houve nenhuma modificação significativa no período nas técnicas de produção dos meios de subsistência da classe trabalhadora nem uma revolução tecnológica na produção de capital constante a elevação da taxa de lucro veio da elevação da taxa de mais-valia. Mesmo com o desemprego crescente não houve uma redução automática dos salários reais, como atestam os salários nos EUA entre 1929/37 e na França entre os anos de 1932/37⁹⁶, portanto, não existe uma correlação *automática* entre o nível de desemprego e os salários, pois a organização dos trabalhadores pode ser suficientemente forte para evitar, por um determinado tempo, uma redução abrupta no nível de salários. Mas, se o capital tiver êxito em minar os sindicatos e outras formas de organização da classe operária pode lançá-la na situação ideal para o capital, impondo uma concorrência generalizada de operário contra operário. Foi o que aconteceu com a ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha.

O esmagamento dos sindicatos e de todas as outras organizações operárias e a resultante atomização, intimidação e desmoralização condenaram toda uma geração de trabalhadores a uma perda de sua capacidade de autodefesa. Na ‘permanente luta entre o capital e o trabalho’, um dos competidores tinha suas mãos atadas e sua

⁹⁶ Cf. MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*, op. cit., p.110.

cabeça atordoada. A ‘relação de forças dos combatentes’ havia se inclinado decisivamente em favor do capital⁹⁷.

Mas há uma significativa diferença entre a retomada do processo de acumulação antes da guerra e os “milagres econômicos” da década de 1950 e 1960. Naquele não houve – no Japão e Alemanha – nenhum aumento significativo nos investimentos privados no setor civil, praticamente todo o aumento pode ser atribuído ao Estado e à indústria de armamentos⁹⁸. Só após a guerra houve uma expansão dos investimentos privados no setor civil, engendrada pela ascensão da taxa de mais-valia. Confrontando esses dois períodos Mandel observa que os gastos ampliados em armamentos não poderiam ter dado origem a um processo de acumulação de longo prazo porque o aumento contínuo dos gastos militares não conseguiria e nem poderia ultrapassar os limites da valorização do capital. Estes limites foram ultrapassados pelos investimentos privados no setor civil no pós-guerra, que por sua vez foram estimulados por um aumento na taxa de mais-valia – devido à reconstrução do exército industrial de reserva a partir da canalização de milhões de refugiados, proletarianização de camponeses, pequenos comerciantes e donas-de-casa, posteriormente, também o uso de trabalhadores estrangeiros da Europa meridional⁹⁹ e uma expansão constante dos mercados. A expansão do mercado, no contexto específico do pós-guerra, não se deu pela expansão geográfica, mas pela transformação tecnológica no Departamento

I. Em resumo,

uma expansão a longo prazo na taxa de mais-valia conjugada a um aumento simultâneo nos salários reais [em decorrência do aumento de produtividade, AAS]: tal foi a combinação específica que tornou possível o crescimento cumulativo a

⁹⁷ Idem, p.113.

⁹⁸ Cf. idem, p.116.

⁹⁹ Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*, op. cit., p.271.

longo prazo da economia dos Estados imperialistas no período 1945/65, em contraste com o período nazista e a Segunda Guerra Mundial¹⁰⁰.

Essa transformação além de fomentar uma onda de inovações tecnológicas engendrou um aumento de produtividade¹⁰¹ devido a maior eficiência das novas máquinas, o que permitiu também reduzir a quantidade de trabalhadores. Pode-se afirmar então que, após a Grande Depressão foi o rearmamento que tornou possível um novo impulso na acumulação de capital, reintroduzindo grandes volumes de capital excedente na produção de mais-valia. Somado a isso um aumento da taxa de mais-valia devido à derrota da classe trabalhadora pelo fascismo e pela guerra, primeiro na Alemanha, Japão, Itália, França e Espanha, depois nos EUA pelo compromisso antigrevista da burocracia sindical¹⁰².

Com as taxas de mais-valia e de lucro em crescimento foi desencadeada a terceira revolução tecnológica. Diferente do período anterior, que teve um crescimento da taxa de mais-valia, mas seguido por uma relativa estagnação da produtividade, agora a mais-valia se expandia junto com uma rápida expansão da produtividade. Logo, o período anterior teve uma expansão baseado na mais-valia absoluta, enquanto agora estava baseado na mais-valia relativa. Os capitais que se tornaram ociosos em razão das dificuldades no processo de acumulação no período de 1929/39 permitiram o financiamento da expansão¹⁰³.

Cada novo sistema-máquinas é baseado em diferentes fontes de energia. No início da onda longa expansionista de 1848 foi a produção mecânica de motores a vapor; na próxima onda longa expansionista, na década de 90 do século XIX, a produção mecânica de

¹⁰⁰ MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*, op. cit., p.119.

¹⁰¹ Mandel cita o caso dos EUA no período de 1947 a 1961 onde a produtividade do trabalho aumentou na indústria de transformação em 50%, e 42% nos outros ramos industriais, ver idem, p.124.

¹⁰² Cf. idem, p.125.

¹⁰³ Para uma crítica da explicação de Mandel sobre o financiamento da onda longa expansionista do Pós-Guerra ver ROWTHORN, Bob. *Capitalismo maduro*, op. cit., p.94.

motores elétricos e a combustão interna; e na onda longa expansionista em questão a produção por meio de máquinas de aparelhagem eletrônica e da utilização de energia atômica¹⁰⁴. Assim que é desencadeada uma revolução na tecnologia de produção de máquinas motrizes o sistema de máquinas é progressivamente transformado. Com a terceira revolução tecnológica há uma aceleração da inovação tecnológica – no capitalismo tardio as “rendas tecnológicas” se tornaram a principal fonte de superlucro – produzindo, assim, uma redução no tempo de rotação do capital fixo. A consequência é um aumento do capital fixo, exigindo um grau de investimento de capital nas plantas industriais muito superior às revoluções tecnológicas anteriores. Além disso, as empresas passam a dispender cada vez mais recursos em pesquisa e desenvolvimento nessa lógica de aceleração da inovação tecnológica. Essa quantidade maior de capital pressiona por um maior planejamento da dinâmica interna da indústria. Mas todo esse planejamento interno de nada valeria se não houvesse garantias de venda daquilo que foi produzido. Por isso,

a lógica da terceira revolução tecnológica leva as empresas do capitalismo tardio a planificar suas vendas, com o resultado familiar dos dispêndios colossais em pesquisa e análise de mercado, publicidade e manipulação dos consumidores, obsolescência planejada de mercadorias (...), e assim por diante¹⁰⁵.

A explicação de Mandel sobre as revoluções tecnológicas em *O capitalismo tardio* encerra certa dubiedade ao não deixar claro se se trata de descobertas já realizadas quando a revolução tem início ou de descobertas em andamento. Como observa Rowthorn se trata de uma questão fundamental, pois “se o processo de novas invenções é predominante, não

¹⁰⁴ Analisando de forma retrospectiva a importância atribuída por Mandel à automação – que no período dava seus primeiros passos – e a matriz energética atômica – que contemporaneamente se torna cada vez menos viável – colocam sérias dificuldades à suposição de que após a Segunda Guerra houve uma revolução tecnológica.

¹⁰⁵ MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*, op. cit., p.161.

existe verdadeira razão para se supor que a composição orgânica do capital aumentará, de modo que precisamos buscar algures uma explicação de por que a expansão se exaure aos poucos”¹⁰⁶. Em *Long Waves of Capitalist Development* é possível encontrar alguns esclarecimentos sobre isto. Ao tratar da inovação Mandel explica que o trabalho científico, ao subordinar-se às necessidades do capital, sofre um processo de proletarização. Por isso a pesquisa científica cumprirá papéis distintos conforme o tipo de onda longa vigente. Nos períodos de queda da taxa de lucro as pesquisas se concentram principalmente naquelas que ajudam a cortar os custos de produção, e *as inovações tecnológicas em larga escala, entremontes, são desencorajadas*. Mas quando a sociedade burguesa é tomada pela atmosfera de um crescimento dinâmico, baseado no aumento da taxa de lucro e de acumulação de capital, *as condições se tornam favoráveis para a inovação tecnológica*. Portanto, existe uma alternância dinâmica entre pesquisas de racionalização e inovações básicas nas ondas longas depressivas, e de inovações radicais nas ondas longas expansionistas. Mas, isto ainda parece não resolver o complexo problema em torno da polêmica sobre o aumento da composição orgânica do capital e conseqüentemente a redução da taxa de lucro.

Dito isso, Mandel estabelece mais um ponto na relação entre o processo de acumulação de capital e as revoluções tecnológicas, as mudanças no processo de trabalho; mas, segundo o autor, sem estabelecer uma correlação mecânica. Como observado mais acima, cada revolução tecnológica é baseada num tipo específico de sistema-máquina o que

¹⁰⁶ ROWTHORN, Bob. Capitalismo maduro, op. cit., p.93. Por trás dessa objeção está a discussão sobre qual seria o princípio explanatório fundamental para as crises, que em Mandel é a queda tendencial da taxa de lucro, mas existem outros, como, por exemplo, a queda da taxa de mais-valia em decorrência do aumento dos salários e o problema da realização (a impossibilidade de vender as mercadorias pelos seus valores integrais). Então, a objeção de Rowthorn acentua que o motivo para a crise pode não ser a queda tendencial da taxa de lucro.

acaba por redundar numa modificação no processo de trabalho. “Cada tecnologia específica, radicalmente diferente da anterior, é centrada em torno de um tipo específico de sistema-máquina, e isto, por sua vez, pressupõe uma forma específica de organização do processo de trabalho”¹⁰⁷. No modo de produção capitalista, até então, existiram quatro tipos de sistemas-máquinas, cada um com um tipo específico de organização do trabalho. A passagem de um para o outro não se dá sem resistência da classe trabalhadora, entre outros motivos pela deterioração das condições de trabalho. De acordo com Mandel, na origem de cada mudança estão as tentativas de quebrar os crescentes obstáculos aos esforços para aumentar a mais-valia no período precedente – quer dizer, na onda longa estagnacionista. A transformação no processo de trabalho aumenta a tensão social, visto que ela acarreta forte resistência da classe trabalhadora, frequentes interrupções na produção, aumento da luta de classes em todas as áreas, etc., por isso nas ondas longas expansionistas, onde as taxas de lucro estão aumentando ou se mantêm num patamar elevado, elas não são tão urgente para a burguesia. Mas, quando ela é sucedida por uma onda longa depressiva a um poderoso incentivo para o capital radicalizar na tentativa de aumentar a taxa de mais-valia. Nesse contexto a hesitação dos capitalistas em modificar o processo de trabalho se reduz. Um exemplo disso é o taylorismo, que teve sua introdução e experimentação inicial no fim da onda longa expansionista, mas somente a partir da onda longa depressiva que foi generalizado, ou seja, somente após a Primeira Guerra Mundial. Pode-se generalizar e afirmar que as novas maneiras de organizar o processo de trabalho surgem nos períodos recessivos, mas são nos períodos de expansão que se generalizam e vulgarizam. Mais ainda,

¹⁰⁷ MANDEL, Ernest. *Long Waves of Capitalist Development*, op. cit., p.33. “Each specific technology, radically different from the previous one, is centered around a specific type of machine system, and this, in turn, presupposes a specific form of organization of the labor process”

há crescente evidência de que cada uma das revoluções na organização do trabalho, tornada possível pelas sucessivas revoluções tecnológicas, surgiu de tentativas conscientes dos empregadores para solapar a resistência da classe trabalhadora a mais aumentos na taxa de exploração¹⁰⁸.

A revolução tecnológica do capitalismo tardio, por exemplo, está ligada à crescente sindicalização dos trabalhadores semi-manuais e a necessidade de se reduzir gradualmente o poder dos trabalhadores sobre o processo produtivo. Logo, a onda longa não pode ser desencadeada unicamente por fatores econômicos endógenos, mas por um conjunto de fatores que ultrapassam os limites da esfera econômica.

3.2. O Estado no capitalismo tardio

No capitalismo tardio a intervenção do Estado na economia sofre uma mudança qualitativa. A crise de 1929 levou a uma inevitável revisão do pensamento econômico, isso porque houve uma alteração nas prioridades da política econômica para fazer frente a crescente instabilidade nas relações sociais na década de 1930. Aliás, se entrelaçaram as modificações na política estatal com as do pensamento econômico, sendo que este deveria agora fornecer não apenas uma legitimação ideológica, mas instrumentalizar a intervenção estatal na economia¹⁰⁹. A obra mais significativa do período foi a *Teoria Geral do Emprego, o Interesse e o Dinheiro* (1936) de Keynes¹¹⁰, que:

¹⁰⁸ MANDEL, Ernest. *Long Waves of Capitalist Development*, op. cit., p.35. “there is growing evidence that each of these revolutions in labor organization, made possible through successive technological revolutions, grew out of conscious attempts by employers to break down the resistance of the working class to further increases in the rate of exploitation”.

¹⁰⁹ Para um aprofundamento sobre as modificações no pensamento econômico e sua ligação com a busca por soluções dos impasses econômicos no entreguerras ver o estudo de RUGITSKY, Fernando. *O movimento dos capitais*, op. cit.

¹¹⁰ A obra de Keynes publicada em 1936 é posterior, portanto, aos primeiros experimentos de intervenção do Estado na economia.

serviu à legitimação da reestruturação econômica capitalista dos anos 1930. Apesar de suas duras críticas ao *laissez-faire*, ele nunca se cansou de enfatizar que a política que propunha não significava uma transformação do capitalismo, mas seria a única forma de preservá-lo¹¹¹.

A instabilidade monetária a longo prazo foi considerada menos perniciosa do que as ameaças de curto e médio prazo do desemprego e da retração da produção. Ao abandonar a rigidez do padrão-ouro na criação de dinheiro estava aberto o caminho para intervenção estatal na economia com o objetivo de assegurar determinado nível de consumo e investimento para garantir maior estabilidade do que no período de livre concorrência ou o primeiro estágio do capitalismo monopolista¹¹². Taxas de lucro em ascensão, terceira revolução tecnológica, mais intervenção estatal na economia com o objetivo de manter determinado nível de atividade econômica geraram um dos períodos de maior prosperidade na história do capitalismo.

Para que isso fosse possível o Estado deveria superar as dificuldades no processo de valorização de capital (superacumulação e supercapitalização), deveria, portanto, administrar as crises. Isso pressupôs uma mudança no papel do Estado no capitalismo. O domínio da burguesia não se estabeleceu baseado em relações extra-econômicas de coerção e dependência, mas sim legitimado pelas relações de livre troca, dando aparência de liberdade e igualdade à dominação burguesa. Como as próprias relações de troca no mercado forneciam a legitimação para a dominação, o Estado pode se abster do uso da força contra a classe trabalhadora, por isso pode cumprir apenas funções mínimas de

¹¹¹ Idem, p.59.

¹¹² Cf. MANDEL, Ernest. *Tratado de economía marxista*. tomo II. Ciudad de México: Ediciones Era, 1977, p.147.

segurança¹¹³. Mas, um conjunto de fatores alterou a situação: a formação dos monopólios e a constante superacumulação dentro dos países imperialistas engendrou a necessidade de exportar os capitais para os domínios coloniais acarretando uma crescente necessidade de aumentar o aparato estatal para fazer valer o domínio das metrópoles sobre as colônias. Também o acesso dos partidos socialistas ao parlamento e seus esforços para reformar o capitalismo; mais a situação calamitosa produzida pela guerra e a crise modificaram de fato o papel do Estado.

O Estado teve de intervir tanto no processo de acumulação como no processo de legitimação da ordem capitalista. Para evitar tanto as crises do processo de acumulação como as crises das relações de produção capitalista o Estado deveria programar a economia. O aumento do papel e da autonomia do Estado:

são um corolário histórico das dificuldades crescentes de valorizar o capital e realizar a mais-valia de maneira regular. Refletem a falta de confiança cada vez maior do capital em sua capacidade de ampliar e consolidar sua dominação por meio de processos econômicos automáticos¹¹⁴.

Mas a capacidade do Estado de intervir na economia se mostra limitada, porque ainda é uma economia baseada na propriedade privada dos meios de produção, onde cada capitalista dispõe de livre prerrogativa na condução da empresa. Nessa circunstância o Estado tem uma capacidade limitada de planejar a economia como um todo, no máximo coordenar as perspectivas autônomas das empresas. Isto, porque aqueles que programam a economia não possuem o poder econômico, isto é, só podem sugerir, estimar os objetivos para aqueles que efetivamente detêm a propriedade dos meios de produção, que os acatam

¹¹³ Cf. MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*, op. cit., p.336.

¹¹⁴ Idem, p.340.

desde que percebam como efetivas contribuições para a maximização dos lucros. Logo, no capitalismo tardio a intervenção do Estado na economia é limitada, e quando ela se desvia das previsões ele pode intervir de forma restrita por meio da mudança governamental relativa à moeda, ao crédito, aos impostos, ao comércio exterior ou à atividade pública de investimentos¹¹⁵. Essa intervenção de maneira alguma, escreve Mandel, suprime as flutuações da economia, elas continuam a ser uma realidade do modo de produção capitalista e do seu desenvolvimento cíclico¹¹⁶. Um aspecto decisivo no sucesso do planejamento de médio e longo prazo são os custos salariais. A maneira mais fácil de conseguir isso é por meio de acordos que visem eliminar as oscilações dos salários. Mas, isto na verdade tem se mostrado como uma forma de controlar os salários dentro de patamares favoráveis para o capital. O que Mandel chama de política governamental de rendimentos seria, na verdade, segundo ele, um policiamento dos salários, uma maneira de restringir os salários e mais nada¹¹⁷.

Com a aceleração da circulação do capital fixo, obsolescência dos meios materiais de produção, necessidade de significativos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, acirramento da competição entre os monopólios, tudo isso demanda um planejamento maior e programação econômica. Mas, ainda que seja possível dentro das empresas uma racionalização maior dos seus processos elas têm de lidar com a irracionalidade do mercado, que apesar dos esforços do Estado continua orientado pela busca dos capitais individuais da maximização dos lucros. Em suma, mesmo com todo o aparato para

¹¹⁵ Cf. idem, p.166.

¹¹⁶ Cf. idem, p.167.

¹¹⁷ Cf. idem, p.168.

minimizar a incerteza do processo de acumulação de capital, ele continua a solapar suas próprias bases, e isso também no capitalismo tardio.

3.3. Mudanças na estrutura de classe

Isso tudo mudou de que forma a situação do proletariado? Mandel observa que historicamente houve no modo de produção capitalista uma tendência à expansão dos salários monetários, conseqüentemente uma ampliação do mercado interno. Isto colabora com a imperativa necessidade do capital para a realização das mercadorias, mas ao mesmo tempo gera algumas transformações dentro da classe trabalhadora. Como a proporção do salário destinada aos meios de subsistência diminui, dado os ganhos de produtividade, são agregadas novas necessidades históricas. Outro ponto é a modificação da família como unidade de consumo. Cada vez mais a reprodução da força de trabalho passa a ser feita por meio de mercadorias produzidas de maneira capitalista e pela prestação de serviços, como, por exemplo, ao invés do preparo doméstico de refeições começa ser comprado refeições prontas industrializadas¹¹⁸. Ligado a esse processo há uma pressão pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho.

As aquisições culturais da classe trabalhadora (livros, jornais, autoeducação, esportes, etc.) cada vez mais fazem parte do processo capitalista de produção e circulação perdendo as características, segundo Mandel, de atividade genuinamente voluntária que as tornavam autônomas em relação ao processo capitalista de produção¹¹⁹.

O setor de serviços, no caso a parte dele que está relacionado com os bens culturais, se desenvolve enormemente no capitalismo tardio, mas longe de significar uma expansão

¹¹⁸ Cf. idem, p.274.

¹¹⁹ Cf. idem, p.275.

da sociedade pós-industrial¹²⁰ está relacionado com as crescentes dificuldades de superacumulação, onde parte dos capitais ociosos se dirige para os setores de serviços. Portanto, as novas necessidades desenvolvidas pelo capital não estão relacionadas com a elevação do nível cultural das massas, mas sim a um problema estrutural do capitalismo cada vez mais grave.

Nessa configuração social específica, cada vez mais aumenta a crença na onipresença da tecnologia, sendo essa a característica básica da ideologia no capitalismo tardio, segundo Mandel. Essa ideologia proclama que pode eliminar os drásticos ciclos de crise e crescimento por uma suave oscilação da economia, uma capacidade de conseguir soluções “técnicas” para todos os problemas, além de integrar as classes sociais rebeldes para evitar explosões políticas. Para Mandel, essa ideologia da organização é um reflexo direto do capitalismo tardio, que não pode mais sobreviver sem a intervenção estatal. Há um processo de industrialização inclusive das atividades superestruturais, como é o caso da pop-arte, da televisão, etc.¹²¹.

Não só o mundo material do indivíduo se torna cercado pelas leis do mercado, mas sua subjetividade passa a ser restringida também por essas mesmas leis, com isso parece impossível romper com ela.

A ‘experiência cotidiana’ reforça e interioriza a ideologia neofatalista da natureza imutável da ordem social do capitalismo tardio. Tudo que resta é o sonho da fuga –

¹²⁰ Mandel também rebate a tese da sociedade pós-industrial, tendo como um dos principais proponentes o sociólogo estadunidense Daniel Bell; para ele, o mundo estaria às margens de uma reorganização econômica e social que relega o “industrialismo” à história passada. A primeira característica dessa sociedade é que a principal ocupação da força de trabalho já não é mais a manufatura, ou a produção de bens; a manufatura está sendo cada vez mais substituída pelas ocupações de serviços. Ver GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p.314.

¹²¹ Cf. MANDEL, Ernest. *O Capitalismo tardio*, op. cit., p.352.

por meio do sexo e das drogas, que por sua vez são imediatamente industrializados.

O destino do homem unidimensional parece inteiramente predeterminado¹²².

Porém, essa sociedade, escreve Mandel, não seria tão organizada assim, na verdade é uma combinação “híbrida” e “bastarda” de organização e desorganização. E de maneira alguma o *valor de troca* e a *concorrência* capitalista foram anulados. Pois, ainda a sociedade não se organiza para a produção de valores de uso destinados à satisfação das necessidades do homem. “A busca de lucro e a valorização do capital continuam sendo o motor de todo o processo econômico, com todas as contradições não resolvidas que elas geram de modo inexorável”¹²³.

Assim como as outras ideologias, observa Mandel, ela não é somente uma fraude, mas um reflexo específico e socialmente determinado da realidade que mistifica¹²⁴. A ideologia do racionalismo tecnológico mistifica a realidade social em quatro níveis – em dois desses níveis Mandel identifica algum membro da Escola de Frankfurt como principal proponente. No primeiro ela se apresenta como um exemplo típico de reificação. Não só os teóricos burgueses, mas alguns marxistas também apregoam a onipotência da tecnologia, porque a elevam a um mecanismo completamente independente das decisões humanas, que agiriam independente da estrutura e dominação de classe. Aqui a crítica é direcionada a Habermas¹²⁵, em especial a seu texto *Técnica e ciência como ideologia* (1968). Essa

¹²² Idem, pp.352-3.

¹²³ Idem, p.353.

¹²⁴ Cf. idem, p.353.

¹²⁵ Em outra parte de *O capitalismo tardio* Mandel direciona outras críticas a Habermas, apesar de não o mencioná-lo explicitamente: “Nenhuma separação arbitrária entre a esfera social ou sócio-política e a esfera econômica pode dar uma resposta satisfatória à questão da natureza global do capitalismo tardio” (p.369). A nota existente nessa passagem ajuda a corroborar nossa afirmação: “Essa separação é evidente nos teóricos que proclamam a capacidade que tem o capitalismo tardio de resolver suas dificuldades econômicas, mas que ao mesmo tempo reconhecem sua suscetibilidade a crises no âmbito social, geradas pela contradição insuperável entre os produtores de mais-valia e aqueles que lhes extorquem essa mais-valia” (Idem).

interpretação, que é a de Mandel sobre Habermas, observa que nela subjaz a ideia de que somente a técnica desenvolvida no capitalismo é capaz de compensar a inadequação do trabalho manual simples. Ele confronta Habermas com Barry Commoner (1917 –), que mostra o quanto as decisões tecnológicas podem ser perniciosas, pois estão orientadas por interesses privados. São os interesses de classe e as leis econômicas do modo de produção vigente que orientam as decisões tecnológicas básicas¹²⁶.

O segundo é que a ideologia da racionalidade técnica é incompleta, portanto incoerente. Não consegue explicar os motivos para a propagação da irracionalidade, do misticismo, da misantropia, que a acompanha. A estrutura hierárquica e petrificada da fábrica e do Estado produzem uma ideologia pragmática e apologética onde a idealização dos especialistas aparece entrelaçada com o ceticismo em relação à educação e cultura. Nesse contexto a ideologia autoconfiante da burguesia na perfeição humana, característica do período de ascensão da burguesia, dá lugar a uma ideologia que afirma a agressividade e uma incorrigível maldade do homem¹²⁷.

O terceiro nível é que ela mistifica a realidade do capitalismo tardio ao considerar que todas as contradições socioeconômicas fundamentais do modo de produção capitalista poderiam ser superadas. Isso não só não foi conseguido, como também é impossível. A suposta integração dos trabalhadores na sociedade capitalista tardia se depara com uma contradição fundamental, o trabalhador não pode ser integrado por meio de um trabalho

¹²⁶ Idem, pp.353-4. Mas essa interpretação de Mandel do texto *Técnica e ciência enquanto ideologia* parece não fazer justiça à letra de Habermas. Como observa Nobre, “o fato de ciência e técnica assumirem *também* o papel de uma ideologia pode ser lido em chave habermasiana como tentativa de pensar o aspecto *patológico* (não-emancipatório) do desenvolvimento das forças produtivas sem que com isso se renuncie ao papel emancipatório presente nesse desenvolvimento”. NOBRE, Marcos. Capítulo 1. In: *A dialética negativa de Theodor Adorno: a ontologia do estado falso*. São Paulo: Iluminuras, 1998, p.37-8. Mandel parece ter associado este último aspecto a uma teorização sobre a neutralização das decisões técnicas e desconsiderado o primeiro aspecto. Ver também o item 3 do capítulo 2 do presente trabalho.

¹²⁷ Cf. idem, p.354.

criativo, mas somente por meio do trabalho alienado impedindo que o trabalho seja um meio de auto-realização. Um exemplo de quão frágil foi essa “integração” é a rebelião em massa na França em maio de 1968. Mas, se diante do capitalismo tardio os trabalhadores hostis ao capitalismo se declaram impotentes para desafiar a ordem estabelecida, de maneira involuntária contribuem para a ideologia construída pela classe dominante para convencer a classe operária de que é impossível mudar a sociedade. Segundo Mandel, isto se explica muito mais pela decepção com as primeiras revoluções socialistas do que do sucesso do capitalismo tardio; junto com as estimativas errôneas, tendo, para ele, como ícone Theodor W. Adorno (1906 – 1969), sobre o declínio conjuntural e transitório da consciência de classe¹²⁸.

E por fim o último nível, mais importante, é a combinação contraditória de *racionalidade parcial* com *irracionalidade total* já apreendido no conceito de György Lukács (1888 – 1971) de racionalidade capitalista. Apesar da racionalização impulsionada pela universalização da produção de mercadorias, a existência da propriedade privada dos meios sociais de produção e a concorrência não permitem que se estabeleça corretamente a quantidade de trabalho socialmente necessário contido realmente nas mercadorias produzidas. As ações racionais tomadas no âmbito microeconômico conflitam inevitavelmente com os resultados macroeconômicos¹²⁹.

Todo *boom* de investimento leva à supercapacidade e à superprodução. Toda aceleração na acumulação de capital acaba por levar à desvalorização do capital.

Toda tentativa feita pelo empresário para aumentar ‘sua’ taxa de lucro, forçando

¹²⁸ Cf. idem, p.355.

¹²⁹ Cf. idem, p.357.

uma baixa nos custos de produção, leva, no final, a uma queda da taxa média de lucro¹³⁰.

Portanto, se no capitalismo toda racionalidade em última instância remete à economia de tempo vive-se num um paradoxo, pois cada vez mais se percebe no âmbito geral um aumento do desperdício de trabalho. No capitalismo tardio, onde impera a especialização técnica, impera o especialista, sinal da cegueira diante do contexto global¹³¹.

Mas, a ideologia da racionalidade técnica não é capaz de suprir nas necessidades de legitimação do capitalismo tardio. A combinação de anarquia de mercado e intervencionismo estatal tende a solapar as bases da ideologia burguesa, sem terem condições de substituí-las com a mesma eficácia. A igualdade formal em que os agentes econômicos aparecem no mercado tem sido cada vez mais esvaziada com a intervenção estatal na economia¹³².

E além de solapar a ideologia burguesa a intervenção estatal na economia impediria que a crise viesse a cumprir uma função positiva dentro do capitalismo, a saber, sua função “saneadora” eliminando os capitais mais fracos, que não conseguem produzir com o mesmo grau de eficiência que os concorrentes mais avançados.

Além do mais a intervenção do Estado na economia *não anula a vigência da lei do valor*, ela pode por certo tempo tentar atenuar e desviar suas contradições, porém a longo prazo elas prevalecerão. Portanto, as sociedades capitalistas se desenvolvem sob a égide das

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Idem.

¹³² Interessante notar que Habermas também observa esse movimento e deriva uma teoria significativamente adversa da de Mandel como veremos no próximo capítulo.

leis do movimento do modo de produção capitalista descobertas por Marx; *a lei do valor prevalece como um todo*¹³³.

3.4. Crise, partido, consciência de classe e revolução

A crise para Mandel do capitalismo tardio, ou a passagem da onda longa expansionista para a com tonalidade de estagnação, começou a partir de 1966/67 e se deu em torno da luta pela taxa de mais-valia¹³⁴. O primeiro choque do petróleo, no final de 1973, foi o evento desencadeador da crise geral 1974/75, mas não foi a causa essencial da crise¹³⁵. Com este evento uma realidade antes aparentemente extinta volta com toda a força, problemas sociais antes aparentemente resolvidos voltam a ser uma dura realidade, como o desemprego e a pobreza.

O capitalismo tardio não pode evitar um período de expansão econômica relativamente desacelerada, caso não consiga quebrar a resistência dos assalariados e, por esse meio, garantir um novo aumento em largas proporções na taxa de mais-valia. No entanto, isso é inimaginável sem uma estagnação, e mesmo se uma queda temporária nos salários reais. Assim, em meados da década de 1960, uma nova fase de aguçada luta de classes se manifestou em todos os países imperialistas¹³⁶.

As transformações no seio da classe trabalhadora, ou nos próprios conflitos dentro das sociedades capitalistas, foram pouco estudadas por Mandel, pois sua compreensão sobre a luta de classes se mostrou um impedimento para compreender a importância desses eventos. Partindo do corolário que a consciência de classe do proletariado não poderia se elevar para uma crítica contundente ao capitalismo só por vivenciar a situação de

¹³³ Cf. idem, p.370.

¹³⁴ Cf. idem, p.126.

¹³⁵ Cf. MANDEL, Ernest. *A crise do capital*, op. cit., p.37.

¹³⁶ MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*, op. cit., p.126.

dominação caberia ao partido desenvolver essa consciência entre os trabalhadores. Mas devido à stalinização dos partidos comunistas cada vez mais esses partidos se afastaram da política revolucionária para se aproximar dos ditames da diplomacia soviética. E também nesse contexto a política de colaboração foi corroborada por concessões a classe trabalhadora (rede de proteção social) baseado no crescimento econômico. Tudo isso levou a uma política dos partidos operários defasada em relação a uma unidade para a revolução mundial.

Com a própria crise do stalinismo os partidos comunistas passam a se afastar relativamente dos ditames do Kremlin e adotar uma política que permitisse sair do gueto político; este processo Mandel denomina como socialdemocratização dos partidos comunistas, ou eurocomunismo. Isto aguçaria ainda mais a deficiência de direção dentro da classe operária. Qual é a implicação disso sobre a possibilidade de revolução socialista? Para responder a tal questão façamos uma breve digressão. Karl Kautsky (1854 – 1938) ao abordar questão da tomada de poder pelo proletariado distingue duas estratégias: a estratégia de assalto (como a levada a frente pelos bolcheviques em 1917) e a estratégia de esgotamento. Ele optou pela segunda, pois a tentativa de tomar o poder de assalto poderia colocar em risco conquistas e progressos parciais acumulados ao longo de algumas décadas, portanto o proletariado deveria centrar forças em cercar o poder burguês, provocar a erosão da vontade de lutar, isto redundaria na queda da fortaleza sem muito dispêndio. Essa estratégia que é a do eurocomunismo, segundo Mandel animado pelo espírito bolchevique, mostrou-se historicamente falha, visto que além da burguesia possuir o poder material, com o controle sobre os meios de produção, mantém também controle sobre os meios ideológicos, o que lhe permite neutralizar essa estratégia de longo prazo. Sobre isto

Mandel escreve: “a ideia de um agrupamento gradual de todas as forças vivas da sociedade para organizar um assédio de longa duração, ou mesmo permanente, à ‘fortaleza capitalista’, é uma mera imaginação do espírito”¹³⁷. Portanto, somente nos momentos de fragilidade do capitalismo é possível dismantelar o poder da burguesia, e este momento chama-se *crise revolucionária*. O conceito de crise revolucionária foi desenvolvido por Lenin em um artigo de 1916 onde ele introduz a relação entre a teoria do colapso e questões de organização, portanto uma teoria do colapso muito mais relacionada com o aumento das tensões entre as classes do que com um destino inerente do capital (não é redundante lembrar que o momento histórico era o de vésperas da revolução russa).

Apesar da aparência, Lênin não se propõe (...) a desarquivar a velha *Zusammenbruchstheorie* [teoria do colapso], orgânica ao corpus doutrinário da primeira fase da II Internacional, mas, ao contrário resolver a díade colapso/revolução no conceito de *crise revolucionária*¹³⁸.

As reflexões de Lênin neste momento estão carregadas de profundo sentido político, têm como pano de fundo questões tático-organizativas. A carga política de seu discurso não vem da mera abertura para mudança revolucionária que o momento histórico possibilitava, mas de uma busca estratégica de mais de dez anos, marcada pela nova organicidade, entre a forma teórica e a forma organizativa da luta de classes em escala mundial.

A categoria leniniana de imperialismo é legível, em sua totalidade, nesta ótica: tem como *pressuposto* uma interpretação precisa das tendências sociais de desenvolvimento, pelas quais as relações de força entre proletário e burguesia se deslocariam rapidamente, *na nova fase*, em favor do primeiro. Sua ‘teoria’ do imperialismo (...) deriva e depende imediatamente desta valorização de conjunto

¹³⁷ MANDEL, Ernest. *Crítica do Eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978, p.165.

¹³⁸ MARRAMAO, Giacomo. *O Político e as transformações*, op. cit., p.79.

das relações de força a nível mundial, e vem, portanto, inserir-se num modelo tático-organizativo já preparado anteriormente: o modelo bolchevique¹³⁹.

Feito essa breve digressão sobre o conceito de crise revolucionária voltemos à crise da década de 1970. Com o fim da onda longa expansionista, corretamente detectada por Mandel em meados da década de 1960, a partir do fim da década de 1960, a queda na taxa de lucro a partir da década de 1970 o nível de investimento, produção e emprego começaram a declinar. A inevitável reação – greve de investimentos, fuga de capitais, inflação acelerada, etc. – dos capitalistas diante desse quadro acaba por exacerbar a luta de classes, provocando uma profunda crise social¹⁴⁰. Uma vez que haja percepção da massa que a relação de forças evoluiu a seu favor está desencadeada uma situação revolucionária, o que prova, segundo Mandel, a base utópica da estratégia do esgotamento. Na verdade, no momento em que os conflitos de classe se exacerbam tal estratégia se mostra como uma tentativa de evitar o confronto, escreve Mandel¹⁴¹. Mas, caso esse momento não se transforme numa revolução socialista necessariamente haverá um ajuste para recomposição da taxa de lucro em prejuízo para os trabalhadores, com desemprego e redução de salários.

Mas, não teria a composição da classe operária ou seu número se alterado nas sociedades de capitalismo avançado ao ponto de mudar a relação de forças ou mesmo a características do conflito nessas sociedades? Além disso, não estaria Mandel ligando dois períodos históricos e transferindo sem muitas mediações as reflexões sobre a crise de um período para o outro? Quanto ao primeiro ponto, Mandel se mostra contrário a qualquer reformulação da definição clássica de proletariado.

¹³⁹ Idem, p.79.

¹⁴⁰ Cf. MANDEL, Ernest. *Crítica ao eurocomunismo*, op. cit., p.166.

¹⁴¹ Cf. idem, p.168.

Toda a tentativa dos teóricos apologistas do eurocomunismo para reduzir o peso do proletariado ocidental ao duma força minoritária no seio da sociedade se funda numa grosseira revisão da definição do proletariado enquanto classe do trabalho assalariado, tal como foi dada pelo próprio Marx e por todos os clássicos do marxismo¹⁴².

O conceito de classe em si estaria associado ao conceito objetivo de classe na sociologia de Marx, sendo que este estrato social está determinado por sua posição objetiva no processo de produção independente da percepção que possam vir a ter dessa condição. É este conceito objetivo de classe que serve de substrato para a teoria leninista da organização, explica Mandel. Esta classificação está mais próxima de uma definição objetiva quanto a posição econômica no processo de produção, ou seja, detentora ou não dos meios de produção, mas não ameniza as dificuldades para a questão se é possível atribuir uma ação política inerente a uma classe.

Essa concepção que pressupõe a revolução socialista como desfecho das contradições internas do capitalismo e que demandaria a condução do processo pelo partido – onde o sujeito é, de certa forma, a vanguarda e não a classe –, é, ao nosso entender, o que bloqueou uma compreensão mais adequada das transformações do capitalismo tardio, principalmente sobre as transformações na subjetividade da classe trabalhadora, ou enquadrando a questão mais próximo da linguagem de Habermas é o que gerou um déficit no estudo das mudanças na integração social. Isto explica como a obra de Mandel sobre o capitalismo tardio pôde tão bem apreender algumas transformações objetivas dentro do

¹⁴² Idem, p.179.

capitalismo, mas ao mesmo tempo se mostrou problemática para explicar os rumos das transformações sociais que aconteceram no capitalismo desde o pós-guerra¹⁴³.

¹⁴³ Voltaremos a esta questão no capítulo 3.

CAPÍTULO II – Habermas e a crise de legitimação

1. Introdução

A obra de Jürgen Habermas é monumental e dentro do limite desse texto não é possível fazer justiça a toda sua obra. Como a principal abordagem de Habermas sobre as crises na década de 1970 foi desenvolvida principalmente na obra *Problemas de legitimação no capitalismo tardio*¹⁴⁴ este estudo se circunscreve particularmente a ela, mas faremos, a fim de melhor situar seu pensamento, uma breve reconstrução do percurso até chegar a *Problemas de Legitimação*, e recorreremos a obras posteriores na medida em que for necessário para melhor entender alguns pontos problemáticos dessa obra. Segundo o próprio autor, o interesse em abordar as tendências à crise nas sociedades de capitalismo tardio está em explorar as possibilidades de uma sociedade “*pós-moderna*”, ou seja, um princípio de organização novo na história. Sua elaboração pode ser tida como uma alternativa à explicação mais convencional dentro do marxismo sobre as crises. Ele reexamina o sentido das crises sociais a partir da unificação metodológica da teoria da ação e a teoria dos sistemas e da competência comunicativa – somente com a publicação de sua obra mais importante *A teoria da ação comunicativa* (1981) é que ele consegue uma elaboração definitiva com a construção de sua própria teoria.

¹⁴⁴ Surge em alemão em 1973 sob o título de *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag. A primeira tradução para o inglês surge em 1975 feita por Thomas McCarthy com o título *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press. Em espanhol surge também uma tradução em 1975 feita por José Luis Etcheverry sob o título *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*. Buenos Aires: Amorrortu, seguimos no entanto a edição de Cátedra (Madrid, 1999). Foram utilizadas nesse trabalho essas duas traduções. Para o português foi traduzida em 1980 por Vamireh Chacon sob o título *Crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Segundo Rockmore (1989, p.120), no início da década de 1970 Habermas tratou o problema das crises em dois lugares: no livro em questão, *Problemas de legitimação no capitalismo tardio*, e no capítulo 6 (Entre ciencia y filosofía: El marxismo como crítica) de *Teoría y praxis*. Madrid: Tecnos, [1963] 2004.

Antes de abordamos a teoria da crise de Habermas se faz necessário uma breve contextualização do autor. Habermas nasceu em 1929 na Alemanha (Düsseldorf) e doutorou-se em Bonn em 1954 com uma tese sobre Friedrich W. J. von Schelling (1775 – 1854). De 1955 a 1959 colaborou com Adorno nas pesquisas do Instituto de Pesquisas Sociais. Em 1971 assumiu a direção do Instituto Max-Planck (Instituto de Pesquisas das Condições de Vida no Mundo Técnico-Científico) em Starnberg, posto que ocupou até 1981. Em 1981 publica sua principal obra *A teoria da ação comunicativa*, onde dá um desenlace às pesquisas que vinha realizando há mais de uma década. Em 1983 se fixou na Universidade de Johan Wolfgang Goethe, de Frankfurt. Habermas é figura-chave da chamada segunda geração da Escola de Frankfurt. Diferentemente da primeira geração ele não vivenciou a ascensão e domínio do fascismo e nazismo na Europa e um período de exílio. Habermas nunca pertenceu a movimento ou partido em especial o que pode ter se convertido em algo positivo em muitos aspectos para sua elaboração teórica¹⁴⁵.

No prefácio do livro *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* Habermas chama atenção para o fato de que a aplicação da teoria das crises marxista na *realidade modificada* do capitalismo tardio tropeça em dificuldades¹⁴⁶. Principalmente para compreender o quanto as mudanças do capitalismo tardio modificaram a própria dinâmica da crise, e, conseqüentemente, as possibilidades e condições de solução, além do mais as possibilidades de emancipação inscritas neste evento.

¹⁴⁵ Cf. HELLER, Agnes. Habermas y el marxismo. In: *Crítica de la Ilustración. Las antinomias morales de la razón*. Barcelona: Ediciones Península, 1984, p.285.

¹⁴⁶ Cf. HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.17.

A discussão do início do século sobre o desenvolvimento do capitalismo esteve marcada pela ideia de colapso e da inevitabilidade da revolução socialista, sendo a crise o momento privilegiado desse desenlace. Habermas se mantém distante dessa interpretação e procura viabilizar um conceito adequado de crise condizente com o presente.

A tarefa de operacionalizar um conceito de crise útil para as ciências sociais foi feita a partir da crítica do próprio legado teórico de Habermas, e do esforço para mobilizar um conjunto de teorias a fim de viabilizar uma teoria adequada para capitalismo tardio. Mas, ele deixa claro que se trata muito mais de uma hipótese de investigação, que servirá de programa de estudos para os eventos empíricos, do que conclusões definitivas sobre a crise no capitalismo tardio.

Para construir esse conceito de crise não se propõe a realizar um estudo exegético sobre o conceito de crise em Marx, visto que a aplicação desse conceito a uma realidade diferente do tempo de Marx gera diversos problemas, tornando ineficaz o conceito. Entender a crise, portanto, pressupõe compreender as transformações pelas quais passou o capitalismo. Mas, não se trata apenas de compreender esses novos fatos e “atualizar” a teoria marxista da crise, Habermas defende uma reconstrução da teoria marxista para que ela se torne frutífera para o presente.

Para entender tanto as críticas de Habermas ao marxismo, bem como o desenvolvimento de sua teoria da crise, buscaremos apresentar o legado transmitido a Habermas e como ele se relaciona e encaminha a questão para apreender o período em questão.

2. Antecedentes da discussão

Em 1923 foi fundado, por um conjunto diverso de intelectuais, o Instituto para Pesquisa Social¹⁴⁷ em Frankfurt, Alemanha. O Instituto visava estudar de forma interdisciplinar a sociedade ocidental contemporânea¹⁴⁸, isto a partir das obras de Marx; portanto, desde o início ele teve como referência o marxismo e seu método. O marxismo no período, fora a URSS, era marginalizado nas universidades de todo o mundo. A princípio o objetivo era documentar as mudanças estruturais dentro da organização capitalista, na relação entre capital e trabalho assalariado e movimentos operários.

O interesse documentário de como a classe operária enfrentava as crises específicas do capitalismo do início do século XX transformou-se no interesse teórico do *porquê* de a classe operária não ter assumido o seu destino histórico de revolucionar a ordem estabelecida¹⁴⁹.

Quando em 1930 Max Horkheimer (1895-1973) assume a direção do Instituto o foco muda, passa a ser, então, um verdadeiro centro de pesquisas, “preocupado com uma análise crítica dos problemas do capitalismo moderno que privilegiava claramente a superestrutura”¹⁵⁰. Apesar de concordarem com a crítica da economia política não concordavam com as condições objetivas da revolução, propagadas principalmente pela II Internacional.

Um dos estudos significativos do período, já com Horkheimer a frente do Instituto, foi o *Estudos sobre a autoridade e Família* (1936), onde sob a coordenação de Horkheimer e Erich Fromm (1900 – 1980) desenvolveram uma pesquisa empírica que procurou obter

¹⁴⁷ Em alemão, *Institut für Sozialforschung*, que foi criado oficialmente em 3 de fevereiro de 1923.

¹⁴⁸ Cf. HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. “A utilização sistemática de todas as disciplinas de pesquisa da ciência social no desenvolvimento de uma teoria materialista da sociedade foi o principal objetivo da teoria crítica; com isso ela espera superar o purismo teórico do materialismo histórico e reservar um lugar para a possibilidade de uma proveitosa fusão entre a ciência social acadêmica e a teoria social” p.505.

¹⁴⁹ FREITAG, Barbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.15.

¹⁵⁰ Idem, p.11.

informações sobre a estrutura da personalidade da classe operária. Concluíram que a classe trabalhadora havia perdido “a consciência de sua missão histórica, submetendo-se a formas de dominação e exploração totalmente contrárias ao seu interesse emancipatório”¹⁵¹.

O esforço intelectual para compreender o seu tempo é uma das tarefas apontadas por Horkheimer como inerente à *teoria crítica*. O termo surge num texto publicado na revista do Instituto¹⁵² em 1937, *Teoria tradicional e teoria crítica*, onde ele busca caracterizar o princípio do comportamento crítico, ou seja, o conhecimento produzido sob condições sociais capitalistas e também à própria realidade que este comportamento pretende apreender com base no princípio da *orientação para a emancipação*. Portanto, se oporá a todo conhecimento que não se oriente por esses dois princípios. Entretanto, não se trata de apenas rejeitá-lo, mas de integrá-lo, visto que é parcial, sob nova forma, ao conjunto do conhecimento crítico¹⁵³.

A Teoria Crítica, dada a sua característica de trazer o diagnóstico do seu tempo e um conjunto de prognósticos possíveis, tem de ser permanentemente renovada e exercitada, não podendo ser fixada num conjunto de teses imutáveis.

O que significa dizer, igualmente, que tomar a obra de Marx como referência primeira da investigação não significa tomá-la como uma doutrina acabada, mas

¹⁵¹ Idem, pp. 13-4. Cf. também HONNETH, Axel. *Teoria Crítica*. op. cit., p.511. Assim como muitos dos seus contemporâneos Horkheimer considera que a integração da classe trabalhadora no sistema societário capitalista avançado era a mais notável tendência do período. “A perspectiva de Horkheimer estava tão unilateralmente concentrada nessa realização integrativa do capitalismo avançado que fez dela o ponto de referência de todo o trabalho de pesquisa do instituto durante os anos 30, suas investigações interdisciplinares estiveram inteiramente voltadas para a questão” (p.511).

¹⁵² A *Zeitschrift für Sozialforschung* (Revista para pesquisa social). Revista que começou a ser publicada em 1932 e continuou a ser editada até 1941

¹⁵³ Cf. NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.34.

como um conjunto de problemas e de perguntas que cabe atualizar a cada vez, segundo cada constelação histórica específica¹⁵⁴.

Entretanto, no entender de Honneth, o materialismo interdisciplinar que subjaz nessa perspectiva da teoria crítica acabou cedendo lugar para um funcionalismo fechado onde as sociedades foram entendidas como se reproduzindo independente da autocompreensão comunicativa dos seus membros, pois ancorariam as demandas econômicas diretamente na natureza das necessidades dos indivíduos com ajuda dos processos sistêmicos de direcionamento¹⁵⁵. No Instituto até o começo dos anos 40 a ideia de interdisciplinaridade teve boa recepção. Porém, já nos últimos artigos com os quais Horkheimer contribui para o *Zeitschrift für Socialforschung* [Revista de pesquisa social] já era possível perceber uma mudança não só nas premissas histórico-filosóficas da teoria crítica, mas também a posição das ciências especializadas dentro dessa teoria. Nesses artigos Horkheimer cedeu cada vez mais a uma filosofia pessimista da história cujas raízes remontam ao início da sua carreira intelectual, cujos escritos dos anos 30 aparecem como um interregno. Seu tema passou a ser, como na época da sua primeira leitura de Arthur Schopenhauer (1788 – 1860), o potencial destrutivo da razão humana¹⁵⁶.

A *Dialética do Esclarecimento* (1947), escrita por Adorno e Horkheimer no início dos anos 40, marca esta transformação. Ao problematizarem a modernidade eles criticam a racionalidade de forma radical e eliminam qualquer possibilidade de um programa objetivo quanto a possibilidade de emancipação dos indivíduos, ideia presente na concepção

¹⁵⁴ Idem, p.23.

¹⁵⁵ Cf. HONNETH, Axel. Teoria Crítica, op. cit., p.518.

¹⁵⁶ Cf. idem, p.519.

iluminista desde o século XVIII e a própria pretensão inicial da teoria crítica¹⁵⁷. Max Weber (1864 – 1920) já havia percebido os limites da racionalidade moderna, o seu caráter formal e instrumental, e a tendência a produzir efeitos que derrubam as aspirações emancipatórias da modernidade¹⁵⁸. “Weber percebe uma contradição profunda entre as exigências da racionalidade formal moderna – da qual a burocracia é a típica encarnação – e as da autonomia do sujeito que age”¹⁵⁹. Tal tese sobre a crise da modernidade foi retomada, portanto, de forma ampla por Adorno e Horkheimer no texto em questão. A herança marxista que se afirmou nos primeiros dias do Instituto, que proclamava uma nova integração da teoria e da investigação científica empírica, de 1920 a 1960 ficou cada vez mais distante. Em Adorno, por exemplo, a preocupação de desenvolver uma crítica da economia política era cada vez menor, culminando na sua dialética negativa. Isto estava ligado de certa maneira ao ceticismo crescente sobre as possibilidades históricas da revolução proletária como Marx imaginou¹⁶⁰. Mas, não é sem motivo que os autores teceram considerações tão pessimistas sobre seu tempo, os autores conheceram a ascensão do fascismo e nazismo em ascensão na Europa¹⁶¹, o stalinismo na URSS e a cultura de

¹⁵⁷ Cf. CAMARGO, Silvio César. *Modernidade e dominação. Theodor Adorno e a teoria social contemporânea*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006, p.15.

¹⁵⁸ Cf. LÖWY, Michel. Habermas e Weber. In: *Crítica Marxista*. Campinas, 1999, nº 9, p.79.

¹⁵⁹ Idem, p.79-80.

¹⁶⁰ BERNSTEIN, Richard J. Introducción. In: GIDDENS, Anthony [et al.]. *Habermas y la modernidad*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994, p.23.

¹⁶¹ Motivo que os obrigou a buscar exílio nos EUA, onde tomaram contato com a sociedade de massas. Eles só retornariam a Alemanha na década de 1950. Walter Benjamin (1892 – 1940), como se sabe, não teve tanta sorte ao fugir do nazismo. Com a ascensão do nazismo na Alemanha se exilou na França em 1935, após a invasão da França pelos nazistas ao tentar escapar junto com um grupo de refugiados pelos Pirineus foi detido pela polícia espanhola, que ameaçou entregá-los à Gestapo, Benjamin suicidou-se em 26 de setembro de 1940.

massas nos EUA. “Essas três formas de sociedade moderna levaram a confirmação de suas intuições teóricas mais pessimistas”¹⁶².

A teoria crítica, que havia se distinguido da teoria social “tradicional” por sua habilidade para especificar os potenciais reais de uma situação histórica e com isto fomentar os processos de emancipação e superar o domínio e a repressão, não poderia fugir da tarefa de oferecer uma explicação científica da dinâmica da sociedade contemporânea. Por isso, Habermas percebeu a necessidade de voltar ao espírito do que Marx tentou alcançar. Se quisesse ter sucesso na empreitada era preciso, então, afastar, de maneira honesta e despiadada, os erros do legado marxista, e mostrar que a análise de Marx sobre as sociedades capitalistas no século XIX já não eram mais adequadas para explicar as sociedades capitalistas do século XX¹⁶³. É para evitar os atoleiros teóricos do marxismo e da teoria crítica que Habermas propõe uma revisão conceitual dentro da teoria crítica. A partir do marco de uma teoria da linguagem e da ação comunicativa Habermas pôde distinguir entre tipos de racionalidade de ação que nem Marx, Weber, Adorno ou Horkheimer puderam separar claramente. É sobre isto que trataremos no próximo tópico.

3. Trabalho e interação

Marx ao ter estudado as condições de reprodução da espécie humana teria dado lugar primariamente à dimensão da reprodução das condições materiais; na sociedade capitalista, em particular, todos os fenômenos deveriam ser explicados a partir de sua base material (econômica). Isto aparece no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* (1859), onde ele faz alusão à metáfora da estrutura e superestrutura. A concepção

¹⁶² DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.77.

¹⁶³ Cf. BERNSTEIN, Richard J. *Introducción*, op. cit., pp.23-4.

de independência das leis da vida social em relação aos homens era usada por Marx para justificar o caráter científico de sua obra. Entretanto, a crítica concreta que Marx fez à economia política transcende claramente este estreito marco categorial; suas análises integram a estrutura de interação simbólica e papel da tradição cultural. A esta dimensão pertencem as configurações de consciência que Marx chama de ideologia, bem como, também, a crítica reflexiva da ideologia, a formação da consciência de classe e a constituição desta em prática revolucionária; a teoria de Marx é essencialmente uma teoria crítica¹⁶⁴.

É por sua vez uma análise da dinâmica da economia capitalista, sujeita a crises cíclicas e uma crítica da ideologia, uma teoria empírica e a consciência crítica da prática revolucionária. Somente se torna prática despertando a consciência de classe e induzindo com esse fim um processo de autocompreensão. Nesta leitura, que é essencialmente a de Habermas, se dá na obra de Marx uma tensão básica, nunca resolvida, entre o reducionismo e o cientificismo de sua autocompreensão teórica e o caráter dialético de sua investigação concreta¹⁶⁵.

Com a II Internacional o lado cientificista da teoria de Marx foi levado ao extremo e isto aplicado às crises teve consequências singulares, talvez a mais singular foi o estabelecimento da *necessidade* do fim do capitalismo dado as contradições inerentes e insuperáveis do capital. Mas desde a década de 1920 alguns intelectuais têm tomado pontos de vistas muito diferentes. O crescente processo de racionalização da vida moderna captado por Weber foi um desafio para a teoria marxista. Lukács se encarregou na década de 1920 de incorporar o processo de racionalização e burocratização na crítica da economia política. Ele reinterpretou nos termos da *reificação da consciência* e o derivou do fetichismo da

¹⁶⁴ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*. Madrid: Tecnos, 1998. pp.36-7.

¹⁶⁵ Idem, p.37.

mercadoria, presente no primeiro volume de *O capital* (1867). Dessa forma a racionalização podia ser considerada como uma consequência da universalização da forma mercadoria na sociedade capitalista. Esta leitura de Lukács era reconhecida pelos membros da primeira geração da Escola de Frankfurt, apesar de que com um deslocamento de ênfase. Os frankfurtianos haviam identificado que o desenvolvimento das forças produtivas não foi acompanhado pelo avanço de processos emancipatórios, pelo contrário, o desenvolvimento das forças produtivas poderia aguçar a dominação. Para eles era preciso integrar a crítica da economia com a teoria da revolução levando em conta as dimensões socioculturais passadas por alto pelo marxismo mecanicista. E com a progressiva racionalização, burocratização, crescente interdependência entre ciência e tecnologia e a reificação da consciência era necessário realizar um desenvolvimento ulterior da teoria marxista a fim de entender essas novas condições. Se para Marx a superação da filosofia como filosofia era condição para o estabelecimento da crítica como ciência, para Adorno e Horkheimer, na *Dialética do Esclarecimento*, era preciso superar o cientificismo como condição para o estabelecimento da teoria marxista como crítica. Para eles a emancipação humana só podia ser pensada como ruptura com a racionalidade formal e com o pensamento instrumental¹⁶⁶.

Herbert Marcuse (1898-1979) ao analisar o conceito de racionalidade em Weber tece, também, uma crítica que vincula a razão técnica à ordem capitalista-burguesa. A racionalidade capitalista, estudada por Weber, no capitalismo tardio se torna, com o próprio desenvolvimento da *ratio* da industrialização, irracionalidade. Apesar dos elementos prévios que determinam a razão ainda continuarem como substrato, ou seja, a necessidade

¹⁶⁶ MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., pp.38-9.

de sustento dos homens e a existência dos homens a serem sustentados dependerem das chances de ganho da empresa capitalista, a continuidade do processo de acumulação sempre mais intenso faz com que a contra-razão metódica se torne necessidade social¹⁶⁷. “Esse já não é o modo de vida da burguesia como classe que desenvolve as forças produtivas – é muito mais o estigma da destruição produtiva nos termos da administração total”¹⁶⁸. Marcuse pergunta e responde negativamente se este desenvolvimento foi previsto por Weber; entretanto, ela se encontraria implícita na sua formulação. Ao formular o conceito axiologicamente neutro de racionalidade capitalista fez com que ela permanecesse presa a sua origem, ou seja, o conceito de *ratio* permanecesse razão burguesa. Ao perceber a industrialização como destino do mundo moderno a questão decisiva em torno dela se torna, qual a forma mais racional do “domínio” sobre a industrialização, e por essa via, sobre a sociedade. Marcuse observa que no desenvolvimento interno do conceito de racionalidade formal acaba por se transformar em questão de dominação, a racionalidade formal em decorrência de sua própria racionalidade interna acaba por se subordinar a uma outra, a razão da dominação¹⁶⁹. Por equiparar razão técnica e razão capitalista-burguesa Weber fica impedido de:

perceber que não é a razão técnica, formal, ‘pura’, mas a razão da dominação que produz o ‘casulo da servidão’, e que a *realização plena* da razão técnica pode muito bem se converter em instrumento de *libertação* dos homens. Em outros termos: a análise do capitalismo de Max Weber não foi suficientemente neutra no que se

¹⁶⁷ Cf. MARCUSE, Herbert. Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. In: *Cultura e Sociedade*. vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.118.

¹⁶⁸ Idem, p.118.

¹⁶⁹ Cf. idem, p.124.

refere aos valores, na medida em que introduziu os valores específicos do capitalismo nas definições ‘puras’ da racionalidade formal¹⁷⁰.

Por fim, sugere Marcuse, talvez o conceito de razão técnica seja ele próprio ideologia. Não somente a aplicação da técnica, mas ela própria seria não somente dominação da natureza, ela pressuporia, assim como identificado por Adorno e Horkheimer na *Dialética do esclarecimento*¹⁷¹, dominação também do homem¹⁷².

Apesar de Habermas concordar com a crítica da razão instrumental, ele rejeita a saída apontada, de que exista um projeto distinto concebível para a ciência, e conseqüentemente uma nova técnica. Para ele as primeiras reflexões da Escola de Frankfurt estiveram marcadas por um rechaço romântico da ciência e da tecnologia enquanto tais¹⁷³. A proposta de Marcuse em que a natureza deixaria de ser tratada como um objetivo passível e manipulável tecnicamente e que se dirija a ela como parceiro numa possível interação, na verdade diz respeito a outra estrutura de ação: *a interação simbolicamente mediatizada*, oposta à ação racional com respeito a fins¹⁷⁴. “Mas isso significa que os dois projetos são projetos do trabalho e da linguagem, projetos da espécie humana *no seu todo* e não de uma época isolada, de uma classe determinada, de uma situação que pode ser ultrapassada”¹⁷⁵. A questão, no caso abafada pela discussão de Marcuse sobre o teor político da razão técnica, diz respeito a um tipo de racionalidade, incorporada nos sistemas de ação racional com respeito a fins, que se expande e torna-se a forma de vida, “totalidade

¹⁷⁰ Idem, p.132.

¹⁷¹ A seguinte passagem deixa clara a semelhança: “O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens”. ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.18.

¹⁷² Cf. MARCUSE, Herbert. Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber, op. cit., p.132.

¹⁷³ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.41.

¹⁷⁴ Cf. HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: HORKHEIMER, Max [et al.]. *Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.318.

¹⁷⁵ Idem, p.318.

histórica” do mundo da vida¹⁷⁶. Portanto, a universalização da razão técnica, tornando inacessível um conceito mais compreensivo de razão, gera uma pretensão de validade exclusiva para o pensamento científico e tecnológico, e a extensão da ação racional com respeito a fins para todas as esferas de decisão¹⁷⁷. “A resposta adequada radica então, não na ruptura radical com a razão técnica, senão em situar adequadamente esta dentro de uma teoria compreensiva da racionalidade”¹⁷⁸.

Em 1967 no texto *Trabalho e Interação: Observações sobre a filosofia do espírito de Hegel em Iena* ao retomar os escritos de juventude de Georg W. Friedrich Hegel (1770 – 1831) em Iena Habermas defende que Hegel elabora uma concepção peculiar sobre o processo de formação do “espírito” (*Geist*) que mais tarde será abandonada. Uma, idealista, onde o espírito se constituiria num processo dialético de exteriorização-alienação e posterior superação desta alienação; e a outra, comunicativa, onde o espírito se forma num processo interativo de reconhecimento intersubjetivo¹⁷⁹.

Ocupando-se deste último Habermas assinala que Hegel conceitua o Eu como identidade do universal e do particular em contraposição à unidade abstrata da consciência pura, que a si se refere, como definido por Immanuel Kant (1724 – 1804) na identidade da consciência em geral¹⁸⁰. Na concepção kantiana a ação moral é concebida a partir de sujeitos solitários e auto-suficientes, que devem agir como se fossem a única consciência existente, onde as leis morais, que sujeitam suas ações, devem concordar necessariamente

¹⁷⁶ Cf. idem, p.319.

¹⁷⁷ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.42.

¹⁷⁸ Idem, p.42.

¹⁷⁹ Cf. MAAR, Wolfgang Leo. O “primeiro” Habermas: “Trabalho e interação” na evolução emancipatória da humanidade. In: *Trans/Form/Ação*. São Paulo, 2000, n° 23, pp. 69-95, p.72.

¹⁸⁰ Cf. HABERMAS, Jürgen. Trabalho e Interação. In: *Técnica e Ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1997, p.20.

de antemão com todas as ações morais de todos os outros sujeitos possíveis; Habermas chama esta ação, *mutatis mutandis*, de *ação estratégica*. As ações estratégicas se distinguem das *ações comunicativas*. Na ação estratégica as escolhas, feitas a partir das alternativas disponíveis, são realizadas segundo uma forma fundamentalmente monológica, sem que haja a necessidade de um entendimento entre os envolvidos sobre esta opção¹⁸¹. Hegel entende a constituição do Eu não como uma reflexão do Eu solitário, mas sim a partir de processos de formação, ou seja, da unificação comunicativa dos opostos, o decisivo não é a reflexão como tal, “mas o meio em que se estabelece a identidade do universal com o particular”¹⁸².

A unidade do processo de formação do espírito se dá através de três tipos fundamentais de dialética, ou seja, relações entre a representação simbólica (linguagem), o trabalho e a interação¹⁸³, em contraposição a abstrata unidade kantiana de consciência moral, consciência teórica e consciência técnica¹⁸⁴. A elas se vinculam a tríplice identidade da consciência, que se referem respectivamente: à consciência que dá nomes; à consciência astuta; e à consciência reconhecida. Os dois primeiros tipos de dialética, representação simbólica e trabalho, estão fundados na relação entre sujeito e objeto e mediada por símbolos linguísticos e instrumentos de trabalho, que colocam o sujeito numa situação de exterioridade e apropriação. Já a última, luta pelo reconhecimento, resulta da interação, onde a autoconsciência se fixa na base de um reconhecimento recíproco¹⁸⁵. Este esquema de modelo de uma auto-formação heterogênea, mas interconectada não foi mais

¹⁸¹ Cf. idem, p.22.

¹⁸² Idem, p.23.

¹⁸³ Cf. idem, p.35.

¹⁸⁴ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.52.

¹⁸⁵ Cf. BANNWART Jr., Clodomiro José. *Estruturas normativas da teoria da evolução social de Habermas*. Campinas: Tese de Doutorado, Dep. de Filosofia, IFCH, UNICAMP, 2008, pp.63-4.

desenvolvido por Hegel sendo substituído pelo pressuposto da identidade absoluta do espírito e da natureza; a autorreflexão se converteu no modelo de movimento do espírito absoluto¹⁸⁶.

A preocupação de Habermas é mostrar que os conceitos de trabalho e interação não são redutíveis um ao outro. “Não é possível uma redução da interação ao trabalho ou uma derivação do trabalho a partir da interação”¹⁸⁷. Ele observa que Marx havia percebido isto (nos *Manuscritos Econômico-filosóficos* ou *Manuscritos de Paris*, de 1844), mesmo sem ter conhecido os escritos de Hegel no período em Iena. Elas aparecem em Marx, segundo Habermas, na forma da dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. Entretanto, ao tentar reconstruir o processo histórico-mundial de formação do gênero (na *Ideologia alemã*, 1845-6) Marx não teria explicitado a conexão entre trabalho e interação, mas, reduzido um ao outro sob o conceito de práxis social, portanto reduziu a ação comunicativa (interação) à instrumental (trabalho)¹⁸⁸. O intuito de Habermas ao realizar tal distinção é de mostrar que sob a rubrica de trabalho está o processo em que o homem se emancipa da natureza, o crescimento das forças produtivas em função do aumento do conhecimento tecnicamente aplicável; a rubrica interação trata das relações sociais entre os indivíduos capazes de comunicação. Estas relações podem ser denominadas de relações morais, concebida aqui não em termos individuais. Os problemas da eticidade, onde agora se encontram as questões relativas à emancipação, só podem ser entendidos então no contexto da comunicação entre os atores, e de uma intersubjetividade que se forma a partir de um reconhecimento recíproco, que sempre é ameaçado¹⁸⁹. A forma como Marx

¹⁸⁶ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.54.

¹⁸⁷ HABERMAS, Jürgen. *Trabalho e Interação*, op. cit., p.31.

¹⁸⁸ Cf. idem, p.42.

¹⁸⁹ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.55.

concebeu a emancipação é criticável exatamente porque deu demasiada importância à categoria trabalho que desalojou e deixou sem importância as estruturas comunicativas da interação.

Na visão de Habermas o que se projetava em Marx era uma dialética entre sujeito e objeto enquanto condição universal (praticamente ontológica) representada fundamentalmente pela categoria *trabalho*, mantinha-se subjacente à reprodução material da espécie. Portanto, a suposição da emancipação para Marx vinha atrelada ao desenvolvimento das forças produtivas, com ênfase no aumento e no controle que os homens poderiam exercer sobre a natureza, implicando um crescente processo de racionalização¹⁹⁰.

Como observa Heller, desde o princípio Habermas rechaça o paradigma marxiano da produção. E a razão para isto não pode ser atribuído somente à sua formação filosófica, mas também à experiência histórica. Apesar do desenvolvimento das forças produtivas isto não conduziu à emancipação¹⁹¹. “Nem o proletariado representa interesses emancipatórios, nem a tecnologia tem tido efeitos emancipatórios”¹⁹². Pelo contrário, o aumento da tecnologia tem conduzido à instrumentalização das relações humanas e se convertido numa ideologia legitimadora do sistema de dominação. Manter a reflexão baseado unicamente sobre o paradigma do trabalho e da produção tem consequências também para a reflexão sobre a emancipação. “A *emancipação relativamente à fome e à miséria* não converge necessariamente com a *libertação a respeito da servidão e da humilhação*, pois não existe uma conexão evolutiva automática entre trabalho e interação”¹⁹³.

¹⁹⁰ BANNWART Jr., Clodomiro José. *Estruturas normativas da teoria da evolução social de Habermas*, op. cit., p.66.

¹⁹¹ HELLER, Agnes. Habermas y el marxismo, op. cit., p. 302.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ HABERMAS, Jürgen. Trabalho e interação, op. cit., p.42.

Enfim, a separação que Habermas realiza entre *trabalho* e *interação* permite-lhe reconstruir o desenvolvimento da espécie humana como um processo histórico do desenvolvimento tecnológico, e, ao mesmo tempo, interdependente do desenvolvimento institucional e cultural¹⁹⁴. Não seria possível reconhecer a esfera da interação caso se partisse de uma teoria social voltada exclusivamente à reprodução material, caso a sociedade fosse entendida como base onde se erigiria a superestrutura, inclusive a estrutura da consciência e da comunicação linguística¹⁹⁵.

Habermas ao insistir na separação entre trabalho e interação busca esquivar-se da junção de progresso técnico e comportamento racional da vida. Ao fazer isto assinala que o progresso técnico não é portador da emancipação, e uma associação entre trabalho e interação pode redundar na consolidação da ideologia tecnocrática¹⁹⁶. Ao se conseguir avanços no desenvolvimento tecnológico o conhecimento científico buscou realizar uma possível identificação entre ciência e conhecimento. Tal ideia veiculada pelo positivismo veio a comprometer o projeto de emancipação da razão, visto que a ciência no seu conhecimento factual deixou compreender-se na perspectiva da teoria do conhecimento como um saber absoluto. O procedimento metodológico da ciência faz com que ela se afaste da reflexão crítica, passando a operar sob as bases do pensamento calculador¹⁹⁷.

O domínio da natureza externa, que a princípio constitui a expressão teórica da ciência moderna, engendrou-se como forma de conhecimento que visava contribuir

¹⁹⁴ Cf. BANNWART Jr., Clodomiro José. *Estruturas normativas da teoria da evolução social de Habermas*, op. cit., p.67.

¹⁹⁵ Cf. MELO, Rúrion Soares. *Sentidos da emancipação: para além da antinomia revolução versus reforma*. São Paulo: Tese de doutorado, Dep. de Filosofia, FFLCH, USP, 2009, p.82.

¹⁹⁶ Aspecto que será explorado por Habermas ao analisar a democracia nas sociedades contemporâneas, que buscam separar diversas questões do âmbito da discussão transformando-as em questões administrativas. Para que a democracia possa funcionar é preciso que os interessados fiquem distante dela.

¹⁹⁷ Cf. BANNWART Jr., Clodomiro José. *Estruturas normativas da teoria da evolução social de Habermas*, op. cit., p.70.

para a concretização de uma sociedade emancipada, delegado ao homem a posição de senhor da natureza e dono de seu rumo. O conhecimento científico e a apropriação técnica por meio do positivismo suprimiram a aspiração ao conhecimento teórico do mundo, em benefício, quase que exclusivo, de sua utilização técnica¹⁹⁸.

Isto já havia sido apreendido pelos primeiros frankfurtianos, como ressaltado anteriormente, ao problematizarem a modernidade e compreenderem que a chave para sua compreensão é a racionalidade, esta inevitavelmente ligada ao conceito de dominação. Realizam uma ligação indissociável entre racionalidade, dominação e capitalismo tardio¹⁹⁹.

A partir de Adorno, o conceito de dominação apresenta um novo tipo de postulação, tanto para o âmbito do pensamento marxista como da teoria social contemporânea. A formulação teórica deste conceito se desloca de uma abordagem fundada nos parâmetros da economia política, ao mesmo tempo em que não mais se restringe a uma perspectiva meramente filosófico-social²⁰⁰.

A dominação não é pensada mais somente nos processos de legitimação e de dominação de classe, além disso, ele enfatiza os conceitos de razão e razão instrumental como o *locus* metodológico e teórico social para se compreender a dominação na modernidade²⁰¹.

Adorno e Horkheimer utilizando-se da tese de racionalização weberiana e da reificação de Lukács, formulam assim a noção de razão instrumental como a noção apropriada para designar aquele processo da transformação do esclarecimento em mito, isto é, a racionalidade moderna, cuja exposição exemplar está no próprio *Aufklärung*, que tornou-se apenas “Verstand” – entendimento – e não mais “Vernunft”²⁰².

¹⁹⁸ Idem, p.71.

¹⁹⁹ Cf. CAMARGO, Silvio César. *Modernidade e dominação*, op. cit., p.14.

²⁰⁰ Idem, p.30.

²⁰¹ Cf. idem, p.30.

²⁰² Idem, p.34.

Portanto, a razão ao desviar-se de sua finalidade, a emancipação, faz com que não se espere mais do progresso tecnológico, alimentado pela razão calculadora, a realização plena do potencial progressivo da *Aufklärung*.

No texto *Técnica e Ciência como Ideologia* (1968) ao retomar a discussão de Marcuse (como descrito mais acima) sobre o conceito de racionalidade presente na obra de Weber, Habermas indica que os autores não perceberam a outra dimensão da racionalidade, a razão comunicativa. A difusão de um determinado tipo de racionalidade se mostra na verdade como a difusão da dominação política. O diagnóstico de época justifica a mudança em torno do conceito de ideologia, já que técnica e ciência deixam de ser meras forças produtivas e elas próprias passam a legitimar a dominação. “Marcuse está convencido de que, no processo que Max Weber chamou de ‘racionalização’, dissemina-se não a racionalidade como tal, mas, em seu nome, uma determinada forma inconfessada de dominação política”²⁰³. O agir racional com respeito a fins é, portanto, um tipo de agir que implica na dominação, seja da natureza ou da sociedade. O predomínio desse tipo de racionalidade se liga à institucionalização da dominação, aliás, um tipo de dominação que se torna irreconhecível politicamente, visto que o crescimento institucional das forças produtivas, ocasionado pelo progresso científico e técnico, se converte na base de legitimação do sistema social: “as relações de produção existentes apresentam a si mesmas como a forma organizativa tecnicamente necessária de uma sociedade racionalizada”²⁰⁴. A crescente dominação, que dispensa o aumento da repressão, seria legitimada pelo

²⁰³ HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência enquanto “ideologia”*, op. cit., p.313.

²⁰⁴ MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.40.

crescimento institucionalizado das forças produtivas em que o progresso técnico-científico não tem paralelo com períodos históricos anteriores²⁰⁵.

O desenvolvimento das forças produtivas, que antes fundamentava as críticas às legitimações, funciona agora ela própria como uma força de legitimação, e isto para Marcuse é uma novidade na história mundial. Isto leva Marcuse a sugerir que a ciência deveria se fundamentar em novos princípios para que se desvencilhe da faceta da dominação, de um *a priori* material não revelado presente na ciência e na técnica que foi determinado pelo interesse de classe e pela situação histórica²⁰⁶. Habermas assinala que Marcuse fala de uma revolução na ciência e na técnica onde seria possível à ciência e à técnica se filiarem a um projeto de dominação. “De maneira consequente, Marcuse tem em vista não somente uma outra construção de teorias, mas também uma metodologia da ciência que difere em seus princípios”²⁰⁷.

Como mostramos mais acima, Habermas rejeita tal conclusão indicando como saída a distinção entre trabalho e interação e de posse desse conceito ele diferencia no plano sociológico *quadro institucional* (ou mundo da vida sociocultural – interação) – as normas vigentes em determinada sociedade que guiam as interações verbalmente mediatizadas – de *subsistemas* do agir racional com respeito a fins (trabalho) – como, por exemplo, o econômico e o político onde estão institucionalizadas proposições sobre as ações racionais com respeito a fins –, onde a reflexão de Weber foi sobre os reflexos do progresso técnico-científico sobre o quadro institucional nas sociedades envolvidas na modernização..

²⁰⁵ Cf. HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”, op. cit., pp.314ss.

²⁰⁶ Cf. idem, p.316.

²⁰⁷ Idem, p.317.

A conexão entre trabalho e interação é mais abstrata e adequada do que a relação proposta por Marx entre forças produtivas e relações de produção. *Trabalho*, portanto, no novo quadro categorial proposto por Habermas, está relacionado com o controle sistemático sobre o mundo das coisas, onde se aciona os objetos tendo em vista os resultados. A ação racional com respeito a fins que é inerente a este âmbito se divide em dois tipos de ação: (a) *ação instrumental*, que organiza os meios adequados ou inadequados segundo o critério de controle sobre a realidade; e (b) *ação estratégica*, que permite a avaliação correta de alternativas de comportamentos a partir de regras de preferências e máximas universais²⁰⁸.

A ação instrumental supõe (...) a relação homem-natureza, ao passo que a ação estratégica supõe a relação homem-homem, não, é claro, no sentido de uma interação comunicativa, mas no sentido de uma atuação sobre o outro para dar prosseguimento ou ensejar uma determinada ação conjunta que satisfaça os fins previamente postos²⁰⁹.

Interação mediatizada simbolicamente está ligada ao agir comunicativo. A interação é regida por normas que valem obrigatoriamente, definidoras das expectativas de comportamento recíprocas que precisam ser reconhecidas por, pelos menos, dois sujeitos agentes. As normas sociais são fortalecidas por sanções²¹⁰.

Enquanto a vigência das regras técnicas e das estratégias depende da validade das proposições empiricamente verdadeiras ou analiticamente corretas, a vigência das normas sociais é fundamentada exclusivamente na intersubjetividade de um

²⁰⁸ Cf. HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”, op. cit., p.321.

²⁰⁹ REPA. Luiz, *A transformação da filosofia em Jürgen Habermas: os papéis de reconstrução, interpretação e crítica*. São Paulo: Tese de doutorado, Dep. de Filosofia, FFLCH, USP, 2004, pp.53-4.

²¹⁰ Cf. HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”, op. cit., p. 321. Sobre a semelhança e diferença dos conceitos de ação de Habermas e Weber consultar MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., pp.48-9.

entendimento acerca das intenções e é assegurada pelo reconhecimento universal das obrigações²¹¹.

Ao buscar explicação para o motivo da indistinção entre trabalho e interação Habermas remonta ao conceito de totalidade, que tem origem na filosofia dialética da história. Para ele ocorre uma espécie de migração das ideias místicas judaicas e protestantes até Marx passando por Schelling e Hegel; a ideia de uma ressurreição da natureza decaída²¹². O mito de um deus que se abandonou na natureza e volta a si pelas mãos dos homens, para Habermas, é interessante na medida em que ilustra a estrutura análoga da metafísica hegeliana: “o espírito se aliena no seu ser outro para paulatinamente, no processo histórico-universal do espírito objetivo, chegar ao limiar de sua auto-exposição como filosofia, religião e arte”²¹³. Ao fazer do saber absoluto a unidade da objetividade e da subjetividade Hegel faz com que a razão ocupe o lugar do destino e sabe que o essencial já está decidido de antemão²¹⁴. Mas, isto não é novo já que Marx havia apontado para os efeitos nocivos da filosofia hegeliana. “A novidade está em que Habermas vê, na ‘filosofia da práxis’, uma ‘variante’ da *filosofia do sujeito*, na qual se substitui a razão presente na reflexão do sujeito cognoscente pela razão presente na racionalidade com respeito a fins do sujeito que age”²¹⁵. Dessa complexa discussão o que nos interessa para esse trabalho é a consequência da crítica à noção de totalidade, que implica numa concepção distinta do que se entende por totalidade, e da relação com os seus momentos, de um *conceito funcionalista*

²¹¹ HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”, op. cit., p.321.

²¹² Idem, p.316.

²¹³ REPA, Luiz. *A transformação da filosofia em Jürgen Habermas*, op. cit., pp.35-6.

²¹⁴ Cf. NOBRE, Marcos. “Permanecemos contemporâneos dos jovens hegelianos”. Jürgen Habermas e a situação de consciência atual. In: *Revista Olhar*. São Carlos, nº 4, 2000, p.4.

²¹⁵ Idem, p.4 (grifo nosso).

*de sistemas sociais e da relação dos sistemas e seus elementos*²¹⁶. Nesse contexto Habermas faz sua conhecida distinção entre “sistema” e “mundo da vida”.

Habermas estabelece uma tipologia das ações para distinguir os sistemas sociais, conforme predomine nesses sistemas o agir racional com respeito a fins ou a interação²¹⁷. Nas sociedades tradicionais há uma supremacia do quadro institucional, que se fundamenta na legitimação inquestionada das interpretações míticas, religiosas ou metafísicas da realidade em sua totalidade. Os subsistemas do agir racional com respeito a fins são mantidos dentro dos limites da eficácia legitimadora das tradições culturais. Nelas os subsistemas que se desenvolvem a partir do trabalho social e do saber técnico aplicável acumulado nesse sistema nunca atingiram um alto grau de propagação, apesar dos avanços; onde a racionalidade se tornasse uma ameaça aberta à autoridade das tradições culturais que legitima a dominação ela era interrompida. Somente com o modo de produção capitalista é que foi institucionalizada a inovação, com a introdução de novas tecnologias e novas estratégias, isto dotou o sistema econômico de um mecanismo que engendrou o crescimento da produtividade do trabalho, embora o tornasse sujeito a crises. O capitalismo traz uma novidade em relação aos modos de produção anteriores, foi o primeiro a institucionalizar o crescimento econômico autorregulado. Sua novidade consiste no desenvolvimento das forças produtivas o que acarreta uma expansão dos subsistemas do agir racional com respeito a fins, o que coloca em xeque a prevalência das interpretações cosmológicas do mundo²¹⁸. A legitimação antes fornecida pelas imagens míticas, religiosas e metafísicas é colocada em xeque pela expansão do agir racional com respeito a fins e a

²¹⁶ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.165.

²¹⁷ Cf. BANNWART Jr., Clodomiro José. *Estruturas normativas da teoria da evolução social de Habermas*, op. cit., p.90; cf. também HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”, op. cit., p.323.

²¹⁸ Cf. HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”, op. cit., pp.324.

nova base de legitimação da dominação não provém mais da tradição cultural, mas sim da base do trabalho social; “a legitimação do quadro institucional pode ser imediatamente vinculada ao sistema do trabalho social”²¹⁹. A instituição mercado com sua promessa de justiça de equivalência nas relações de troca passa a fundamentar a legitimação²²⁰.

Este modo de produção é superior aos anteriores em dois pontos: (I) possui um mecanismo que assegura a longo prazo a propagação do subsistema do agir racional com respeito a fins; e (II) cria uma legitimação econômica da dominação, sendo que o sistema de dominação pode ser adaptado às novas exigências desse subsistema em progresso – processo apreendido por Weber como racionalização²²¹. “Agora era a estrutura de poder que se justificava em termos de relação legítima de produção”²²².

Entretanto, desde fins do século XIX duas tendências podem ser detectadas a partir das alterações sofridas pelos países de capitalismo avançado em relação ao período imediatamente anterior, período que teve sua lógica apreendida por Marx que reconheceu o quadro institucional da sociedade nas relações de produção e desmascarou a ideologia da troca de equivalentes. Estas tendências, segundo Habermas, são: (a) a necessidade de regulação permanente do processo econômico por meio da intervenção estatal, a fim de salvaguardar o sistema – a ideologia da troca justa fracassou na prática; (b) crescente interdependência entre pesquisa e técnica que fez da ciência a principal força produtiva²²³.

Portanto, Habermas põe-se a considerar estas mudanças que perturbam o conjunto de elementos que davam coerência ao quadro institucional e ao subsistema do agir racional

²¹⁹ Idem, p.325.

²²⁰ Cf. idem, p.325.

²²¹ Cf. idem, pp.325-6.

²²² MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.59.

²²³ Cf. HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”, op. cit., p.328.

com respeito a fins. Pelo fato da análise de Marx estar ligada ao período do capitalismo liberal estas transformações indicadas por Habermas tornam a teoria marxiana limitada para se entender o capitalismo em fase tardia.

Com essas novas condições o quadro institucional se repolitiza, ela já não mais coincide imediatamente com as relações de produção. O sistema de legitimação, onde o sistema econômico cumpria um papel central, se altera; “política não é mais *apenas* um fenômeno de superestrutura”²²⁴. Pensar sociedade e Estado a partir dos conceitos de base e estrutura, como feito pela teoria marxista, se mostra, por conseguinte, inapropriado.

Segundo Marx, a *crítica da economia política* só se constituía em teoria da sociedade burguesa enquanto era uma *crítica da ideologia*. Mas, se a ideologia da troca justa desmorona, o sistema da dominação também não pode mais ser criticado *imediatamente* a partir das relações de produção²²⁵.

A nova constelação de política e economia requer uma nova legitimação para contrapesar as disfunções da troca livre. Ela conjuga a ideologia burguesa do rendimento junto com a garantia do mínimo de bem-estar, uma política de distribuição de compensações sociais, para garantir a *lealdade das massas*²²⁶. Entretanto, para que o Estado tenha êxito na resolução de problemas do subsistema econômico é preciso afastar as questões práticas da formação democrática da vontade (este diagnóstico também é compartilhado por Marcuse), a intervenção estatal depende da *despolitização* da massa da população²²⁷.

²²⁴ Idem, p.328.

²²⁵ Idem, p.328.

²²⁶ Cf. O’CONNOR, James. *USA: A crise do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. A pesquisa de O’Connor sobre o capitalismo estadunidense do pós-guerra explora o duplo papel do Estado, a saber, no processo de acumulação e na legitimação, e as dificuldades advindas da tentativa de executar estas tarefas.

²²⁷ Cf. HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”, op. cit., p.330.

Em suma, as considerações de Habermas sobre o capitalismo em fase tardia o levam a elaborar um novo modelo de racionalidade, baseado na distinção entre racionalidade no nível dos subsistemas do agir racional com respeito a fins e a racionalidade presente no plano do quadro institucional, isto é, um agir comunicativo. Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas só pode tornar-se um potencial de liberação se não substituir a racionalidade presente no âmbito do quadro institucional²²⁸.

4. A discussão sobre as crises sob a égide da teoria bidimensional de Habermas

O empenho de Habermas para compreender a dinâmica do capitalismo tardio e de sua crise está conectado com suas obras anteriores, portanto, a devida compreensão de sua visão sobre a crise deve ter em conta o que foi exposto mais acima sobre a teoria dual da sociedade. Graças à elaboração desses conceitos Habermas pode reorientar a própria concepção do marxismo – sobre os atributos aos conceitos de forças produtivas e relações de produção – como também reintegrar a dimensão prático-moral, quase perdida frente ao deserto positivista.

Habermas descarta a *restauração* e também o *renascimento* de uma teoria, considera que o apropriado é uma *reconstrução*²²⁹, que significa neste contexto que uma teoria é:

desmontada e recomposta de modo novo, a fim de melhor atingir a meta que ela própria se fixou, esse é o modo normal (quero dizer: normal também para os

²²⁸ Cf. idem, pp.340-1.

²²⁹ Sobre o conceito de *reconstrução* em Habermas ver REPA. Luiz, *A transformação da filosofia em Jürgen Habermas*, op. cit., pp.166ss.

marxistas) de se comportar diante de uma teoria que, sob diversos aspectos, carece de revisão, mas cujo potencial de estímulo não chegou ainda a esgotar²³⁰.

Portanto, segundo Habermas, a evolução dos fatos mostrou que a teoria da crise marxista era compatível com um período histórico específico, a saber, o capitalismo liberal, e agora será preciso desenvolver uma teoria capaz de explicar os fatos presentes. Mas com isto Habermas não só reconstrói o materialismo histórico, por fim acaba mais tarde desenvolvendo uma nova teoria, a da ação comunicativa, que ganhará uma forma definitiva somente com os dois volumes de *Teoria da ação comunicativa* em 1981 (*Theorie des kommunikativen Handelns*).

A primeira questão a ser feita sobre as crises deve ser: o que é uma crise social? Tradicionalmente os marxistas têm concebido como uma quebra estrutural dos princípios de operação da sociedade, no capitalismo tal quebra é ocasionada pelo processo de acumulação do capital. Mas, deve-se diferenciar, de um lado, as crises parciais ou gerais, das que, por outro lado, conduzem a transformação na própria formação social. A primeira pode ser conceitualizada pela teoria do ciclo econômico-político, a segunda, a que interessa a Habermas, envolve alteração na própria identidade do sistema social²³¹.

Ao fazer uma digressão sobre a origem etimológica do termo crise Habermas mostra que ele remete à ideia de momento fatal para o indivíduo, um momento de mudança de direção (seja na medicina, ou na dramaturgia clássica). Quando se fala de crise tacitamente lhe é atribuído um sentido normativo: “a solução da crise prevê uma liberação do sujeito

²³⁰ HABERMAS, Jürgen. *Para reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.11.

²³¹ Cf. HELD, David; SIMON, Larry. Habermas' theory of crisis in late capitalism. In: *The Frankfurt School. Critical assessments*. London: Routledge, 1994, pp.241-2.

afetado”²³². Mas, este conceito, que remete ao indivíduo, ao ser aplicado à sociedade pontua questões diferentes. Marx foi o primeiro a desenvolver nas ciências sociais o conceito de crise sistêmica. Segundo Habermas, o conceito contemporâneo de crise nas ciências sociais está ligado à teoria dos sistemas, onde um sistema social admite menos possibilidades de resolução de problemas que lhe permita manter sua unidade. Assim, as crises são problemas pertinentes à *integração sistêmica*²³³. Porém, tal concepção se enverada em problemas ao tentar determinar os limites e características básicas de um sistema; os organismos vivos são facilmente separáveis dos seus entornos, possuem um limite espacial e temporal bem definidos, seu estado de equilíbrio oscila dentro de uma margem de tolerância determináveis empiricamente. Não se pode dizer o mesmo para os sistemas sociais. Eles podem experimentar no curso de sua história mudanças nos elementos bem como nos seus limites e valores-metas; isto faz com que sua própria identidade se torna pouco clara. Aquilo que é tido como mudança no padrão de normalidade pode ser, na verdade, parte do processo de aprendizagem; portanto, é preciso ter um meio de distinguir um processo de aprendizagem do sistema de processos de quebra e dissolução. Os sistemas não são indivíduos, mas, conforme a linguagem usual pré-científica, somente indivíduos entram em crise. Portanto, somente quando os membros experimentam as mudanças estruturais como críticas para o patrimônio sistêmico abalando a identidade é que se pode falar de crise.

As perturbações da integração sistêmica ameaçam o patrimônio sistêmico somente na medida em que está em jogo a *integração social*, em que a base de consenso das

²³² HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.20.

²³³ Cf. idem, p.21.

estruturas normativas fiquem tão danificadas que a sociedade se torne anômica. Os estados de crises se apresentam como desintegração das instituições sociais²³⁴.

Nesse caso as crises de identidade se encontram ligadas intimamente com os problemas de autocontrole. Os sujeitos atuantes dificilmente estão cientes dos problemas de autocontrole, são os problemas derivados que repercutem na consciência, ou seja, quando a integração social se encontra ameaçada²³⁵.

Mas como é possível certificar-se de que se trata de uma crise que gera efetivamente uma mudança estrutural e não apenas um processo de aprendizagem do sistema? Segundo Habermas, as crises devem sua objetividade à geração de problemas de autocontrole não resolvidos.. Portanto, para operacionalizar um conceito útil de crise para as ciências sociais é preciso captar a conexão entre os conceitos de integração social (mundo da vida) e a integração sistêmica (sistema)²³⁶. Tal distinção remete a tradições teóricas distintas com suas respectivas categorias e supostos básicos, no caso a teoria da ação (significação e intencionalidade, papéis e normas, crenças e valores, etc.), e a teoria funcionalista de sistemas (estrutura e função, sistema e processo, diferenciação e adaptação, etc.)²³⁷. Sob o conceito de *mundo da vida* são tematizadas as estruturas normativas de uma sociedade (valores e instituições); onde os acontecimentos e estados são analisados segundo suas funções de integração social e os componentes normativos do sistema são tidos como

²³⁴ Idem, p.23.

²³⁵ Cf. idem, p.24.

²³⁶ O primeiro a utilizar explicitamente esta diferenciação entre *integração social* e *integração sistêmica* foi David Lockwood num artigo de 1964. “Para Lockwood, a integração das sociedades modernas não ocorre apenas de forma sistêmica; elas são integradas também socialmente. Ele fala de integração social como relações de coordenação ou conflito entre atores, e de integração sistêmica como relações de coordenação ou conflito entre as partes do sistema social. Em sua definição, a separação analítica entre as duas formas de integração está associada a duas formas de coordenação: entre atores e partes do sistema social”. SILVA, Josué Pereira da. Trabalho e integração social. In: BOITO Jr., Armando (org.). *Marxismo e Ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003, p.271.

²³⁷ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.273.

limitantes. Com o conceito de *sistema* são tratados os mecanismos de autocontrole e a ampliação do campo de contingência. Aqui acontecimentos e estados são analisados em função de sua dependência das funções de integração sistêmica²³⁸. Segundo Habermas, as tentativas de conciliar essas teorias, até então, não tiveram êxito. Por isso, ele se propõe a elaborar uma teoria da crise que leve em conta ambos os níveis de análise. Para isto é necessário uma *teoria da sociedade* ancorada numa *teoria da evolução social*²³⁹, inspirada pela versão de Marx do materialismo histórico.

Habermas descreve a teoria da evolução social como uma reconstrução do materialismo histórico que está relacionada com uma teoria da comunicação. A recomposição do materialismo histórico é necessária diante de três pontos: (I) a tradição filosófica ligada a Marx muitas vezes descambou na má filosofia, sufocando problemáticas filosóficas diante de uma concepção cientificista da história; tal objetivismo esteve particularmente presente nas teses evolucionistas da II Internacional, e no *Diamat* (abreviação do alemão *dialektischer Materialismus* – materialismo dialético). Portanto, é preciso estar atento ao se retomar hoje as colocações histórico-materialistas fundamentais para não aderir a metodologia inspirada na física o que impediria o acesso à teorias como a de Sigmund Freud, Georg H. Mead, Jean Piaget e Noam Chomsky; o que impediria, conseqüentemente, o acesso à esfera do agir comunicativo. (II) A falta de clareza sobre os

²³⁸ Cf. HABERMAS, Jürgen. *Para reconstrução do materialismo histórico*, op. cit., pp.25-6.

²³⁹ É em *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío* que aparecem as primeiras considerações de Habermas a respeito da evolução social. BANNWART Jr., Clodomiro José. *Estruturas normativas da teoria da evolução social de Habermas*, op. cit., p.97. A diferença das obras da década de 1970 e 1980 diz respeito também à evolução social. “(...) nos escritos da década de 1970, ele [Habermas], teve o propósito de transladar para o âmbito da evolução social o que a psicologia do desenvolvimento confirmava no âmbito genético da evolução cognitiva e moral do indivíduo. O abandono dessa forma de homologia na década de 1980 fez com que ele distanciasse da psicologia genética e buscasse na sociologia outra forma de assegurar a homologia ontogenética”. Idem, , p.21. Para um breve sumário da carreira acadêmica de Habermas ver a entrevista concedida a *New Left Review*, publicada, no Brasil, na coletânea de entrevistas concedidas à revista cf. HABERMAS, Jürgen. Um perfil filosófico-político. In: SADER, Emir (org.). *Vozes do século: entrevista da New Left Review*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

fundamentos normativos da teoria marxiana. Marx não se ateve a isso porque objetivou ser uma teoria “crítica” da sociedade, na medida em que escapasse das falsas inferências naturalistas implicitamente valorativas. Para escapar disso Marx disse ter se apropriado de forma materialista da lógica dialética. Além do que, ele pode abrir mão da tarefa de abordar o conteúdo normativo da teoria, porque pôde apontar e criticar de modo imanente o conteúdo normativo das teorias burguesas dominantes, como a economia política e o moderno direito natural. Porém, a consciência burguesa se tornou cínica,

liberando-se inteiramente dos conteúdos normativos obrigatórios, como se pode ver nas ciências sociais, em particular no positivismo jurídico, na economia neoclássica e na teoria política recente. Porém, uma vez afastados os ideais burgueses, como aparece ainda mais abertamente em épocas de recessão, faltam normas e valores aos quais se possa apelar e que pressuponham um acordo, uma crítica que proceda pela via da imanência²⁴⁰.

(III) As dificuldades analíticas e empíricas que comportam os conceitos, supostos e modelos explicativos do materialismo histórico²⁴¹. Apesar de Marx ter identificado os processos de aprendizagem evolutivamente relevantes no âmbito do pensamento objetivante, do saber técnico e organizativo, do agir instrumental e estratégico, enfim as forças produtivas, há fortes indícios para justificar que no âmbito da convicção moral, do saber prático, da ação comunicativa, e da regulamentação consensual de conflitos exista também um aspecto relevante para o processo de aprendizagem, que se convertem em formas cada vez mais maduras de *integração social*, em novas relações de produção que é o que torna possível a adoção de novas forças produtivas²⁴².

²⁴⁰ HABERMAS, Jürgen. *Para reconstrução do materialismo histórico*, op. cit., pp.12-3.

²⁴¹ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.274.

²⁴² Cf. HABERMAS, Jürgen. *Para reconstrução do materialismo histórico*, op. cit., pp.13-4.

A importância da teoria da evolução social para a teoria crítica é de que ao não se restringir somente ao capitalismo, se atendo, por isso, a outras formações sociais, pode responder à questão posta mais acima de como identificar os limites de um sistema social. A teoria marxista do capitalismo é uma teoria das crises, uma teoria que identifica as contradições iminentes da organização capitalista da sociedade. Contudo, como já apontado na discussão sobre a teoria dos sistemas, se torna arbitrário apontar as contradições enquanto não se for capaz de especificar as estruturas essenciais para a subsistência desse sistema e distinguir de outros elementos que podem mudar sem que com isso o sistema perca a identidade²⁴³. Portanto, ao analisar a mudança social há de se ater a conexão entre a estrutura normativa e os problemas de autocontrole.

Basicamente a teoria da evolução social pode ser agrupada para fins expositivos em três módulos: (I) princípio de organização; (II) estruturas normativas do mundo da vida e (III) conceito de aprendizagem.

4.1. O conceito de princípio de organização

O conceito de princípio de organização deve ser elucidado com referência ao quadro institucional, que possui o primado sobre o conjunto do sistema social; que ao ser alterado corresponde à mudança estrutural da sociedade. Como foi tratado anteriormente, o quadro institucional se refere às normas vigentes em determinada sociedade que guiam as interações verbalmente mediatizadas. Portanto, a teoria da evolução social começa a partir da elucidação do quadro institucional dos sistemas sociais, logo a partir do mundo da

²⁴³ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., pp.274-5.

vida²⁴⁴. Marx definiu as diversas formações sociais segundo a disposição sobre os meios de produção, ou seja, como relações de produção. “Fixou o núcleo organizador do todo num plano em que se entrelaçam as estruturas normativas com o substrato material”²⁴⁵. Mas, segundo Habermas, não se deve identificar as relações de produção, se é que elas devem representar o princípio de organização das formações sociais, pura e simplesmente com as formas históricas da propriedade sobre os meios de produção. Os princípios de organização são regulações muito abstratas que regulam o campo de possibilidade de uma formação social. E falar de relações de produção pode levar a uma estreita interpretação economicista. *É o princípio de organização que irá definir qual sistema parcial da sociedade possuirá primado funcional presidindo, portanto, a evolução social*²⁴⁶.

O conceito de princípio de organização pode ser determinado numa dada formação social a partir de três pontos: (i) se e como a integração sistêmica e social podem ser diferenciadas; (ii) quando problemas de integração sistêmica podem conduzir a problemas de integração social; e (iii) quando problemas de controle e manutenção evoluem para problemas de identidade²⁴⁷. A fim de elucidar o conceito de princípio de organização Habermas aplica nas quatro formações sociais que identifica: (a) anteriores à alta cultura, (b) tradicional, (c) capitalista e (d) pós-capitalista. Por exemplo, nas *formações sociais anteriores à alta cultura* o princípio de organização é constituído pela idade e pelo sexo. O núcleo institucional é o sistema de parentesco. Não se diferencia entre integração sistêmica e integração social. A mudança que pode abalar o princípio de organização dessa formação social depende de fatores externos, como crescimento demográfico, guerras, problemas

²⁴⁴ Cf. BANNWART Jr., Clodomiro José. *Estruturas normativas da teoria da evolução social de Habermas*, op. cit., p.99.

²⁴⁵ HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.43.

²⁴⁶ Cf. idem, pp.43-4.

²⁴⁷ Cf. HELD, David; SIMON, Larry. Habermas' theory of crisis in late capitalism, op. cit., p.243.

ecológicos, etc. Já na *formação social tradicional* “o princípio de organização está assentado na estrutura de classes e o quadro institucional é assegurado pelo sistema político”²⁴⁸. Surge então um aparato burocrático de dominação, e se diferencia um centro de autocontrole; isto permite que a produção e a distribuição da riqueza já não sejam mais determinadas pelo sistema de parentesco, mas pela propriedade dos meios de produção. O núcleo institucional passa a ser o Estado, com as funções centrais de poder e de autocontrole. E em certos níveis de desenvolvimento de certas culturas surgem subsistemas que podem vir a servir, preponderantemente, ou à integração sistêmica ou à integração social²⁴⁹.

Na *formação social do capitalismo liberal* o princípio de organização é a relação entre *trabalho assalariado* e *capital* enraizado no sistema de direito privado²⁵⁰. Diferentemente da formação social tradicional onde o sistema econômico depende da legitimação do sistema sociocultural a institucionalização de uma esfera de trocas (mercado) gera uma despolitização das relações de classe e uma anonimização das relações de classe. Somente a partir da separação entre o sistema econômico do sistema político é que se torna possível o surgimento de um âmbito emancipado dos laços tradicionais e orientado para a ação utilitarista-estratégica daqueles que participam do mercado²⁵¹.

4.2. Estruturas normativas

A evolução social se dá em três dimensões: a das forças produtivas (apropriação da natureza exterior), aumento da autonomia sistêmica, e transformação das estruturas

²⁴⁸ BANNWART Jr., Clodomiro José. *Estruturas normativas da teoria da evolução social de Habermas*, op. cit., p.103.

²⁴⁹ Cf. HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.47.

²⁵⁰ Cf. idem, p.50.

²⁵¹ Cf. idem, p.51.

normativas (apropriação da natureza interior/socialização). Mas, dessas três dimensões são as estruturas normativas que têm destaque na evolução social. Na medida em que Habermas não justifica o desenvolvimento das sociedades por meio do desenvolvimento sócio-material, é o *progresso sócio-moral* que tem condições de justificar o desenvolvimento social²⁵². Sobre a relação das estruturas normativas com os processos de produção, Habermas observa que “as estruturas normativas não seguem simplesmente a linha de desenvolvimento do processo de produção, nem obedecem simplesmente ao modelo dos problemas sistêmicos, mas têm – ao contrário – uma *história interna*”²⁵³. A distinção, tratada mais acima, entre ação comunicativa, inerente ao âmbito das estruturas normativas, e ação racional com respeito a fins deve ser feita a fim de não se confundir numa só coisa os processos de racionalização que influem na evolução social. O processo de racionalização atinge os dois âmbitos da ação, entretanto não subsumindo um ao outro. A racionalização na esfera da ação comunicativa não diz respeito ao aspecto técnico dos meios escolhidos, nem sob o aspecto estratégico da escolha dos meios, mas sim ao aspecto *prático-moral*, ou seja, a capacidade de entender e coordenar do sujeito da ação, e da justificação da norma que rege a ação.

Enquanto a racionalização do agir racional com respeito a fim depende a acumulação de saber verdadeiro (verdadeiro empírica ou analiticamente), o aspecto passível de racionalização do agir comunicativo não tem nada a ver com a verdade proposicional, mas tem muito em comum com a veracidade das exteriorizações intencionais e com a justeza das normas²⁵⁴.

²⁵² Cf. BANNWART Jr., Clodomiro José. *Estruturas normativas da teoria da evolução social de Habermas*, op. cit., p.35.

²⁵³ HABERMAS, Jürgen. *Para reconstrução do materialismo histórico*, op. cit., p.31.

²⁵⁴ HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.34.

Portanto, o aumento da autonomia sistêmica (poder) não depende apenas dos desenvolvimentos realizados em apenas uma esfera, mas sim nas duas dimensões: o desenvolvimento das forças produtivas (verdade) e a mudança das estruturas normativas (correção/adequação). Porque seguem modelos de desenvolvimento diferentes eles podem ser reconstruídos racionalmente no plano lógico de modo independente²⁵⁵.

O desenvolvimento das estruturas normativas consiste, assim como o saber profano e da tecnologia, em desenvolvimentos descontínuos, mas acumulativo a longo prazo. As pretensões de validade nesse âmbito se dão de forma discursiva. Da mesma maneira que a apropriação da natureza exterior é um processo orientado, a apropriação da natureza interior também é assim, pois possui um componente cognitivo. Começando com o mito, passando pela religião, até a filosofia e ideologia, as pretensões de validade corroboradas discursivamente aumentam cada vez mais²⁵⁶.

Os componentes das imagens de mundo (os sistemas morais e as interpretações correspondentes), que asseguram a identidade cumprem um efetivo papel na integração social, se tornam cada vez mais complexas e podem ser reconstruídas de forma parecida com o modelo ontogenético, a saber, a lógica de desenvolvimento da consciência moral²⁵⁷.

A importância das estruturas normativas para a explicação de Habermas é crucial, pois com a utilização de conceitos da teoria dos sistemas a maneira de garantir que não se reduza tudo aos imperativos do sistema social é desenvolver uma teoria que contemple também a ação social. Ambas as dimensões da vida social são, a princípio, uma abstração metodológica que permite separar esses dois âmbitos da vida social e estudar a lógica

²⁵⁵ Cf. idem, p.34.

²⁵⁶ Cf. idem, p.35.

²⁵⁷ Cf. Idem, p.36.

evolutiva de cada um deles. Mas o pensamento sociológico esteve marcado por uma oposição de teorias que ora concediam prioridade ao indivíduo (ação social que postulava o sistema como derivado da ação/interação sociais), ora a sociedade (onde a ação social aparece como produto do sistema). Para além dessas polarizações é necessário buscar uma teoria que consiga unificar essas perspectivas numa teoria com suficiente abrangência. Entre os grandes clássicos, Marx foi o que mais se aproximou de conseguir isto²⁵⁸. Os esforços de Habermas são nítidos para se superar o dualismo metodológico e desenvolver uma explicação que contemple de forma orgânica essas duas questões. Portanto, o desenvolvimento das estruturas normativas não se dá como reflexo do desenvolvimento das forças produtivas.

As sociedades são *também* sistemas, mas no modo de seu desenvolvimento não seguem somente a lógica da ampliação da autonomia sistêmica (poder); pelo contrário, a evolução social transcorre dentro dos limites de uma lógica do mundo da vida, cujas estruturas estão determinadas por uma intersubjetividade produzida linguisticamente, e se fundamentam em pretensões de validade suscetíveis de crítica²⁵⁹.

4.3. Processo de aprendizagem

A capacidade de autocontrole de uma sociedade varia conforme o nível de controle sobre a natureza exterior – com ajuda das forças produtivas – bem como sobre a natureza interior – com ajuda das estruturas normativas. Em ambas as dimensões, a evolução transcorre na forma de processos de aprendizagem orientados, que transcorrem segundo pretensões de validade corroboradas discursivamente: “o desenvolvimento das forças

²⁵⁸ Cf. COHN, Gabriel. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *Teorias da ação em Debate*. São Paulo: Cortez, 1993, p.63.

²⁵⁹ HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.40.

produtivas e a transformação das estruturas normativas seguem, em cada caso, um lógica de crescente compreensão teórica ou prática”²⁶⁰. Segundo Habermas, o mecanismo fundamental da evolução social é o automatismo de *não-poder-deixar-de-aprender*. No nível do desenvolvimento sociocultural o que se requer não é a explicação do processo de aprendizagem, mas sim a ausência deste. É possível diferenciar a aprendizagem sob dois pontos de vista: (a) não-reflexiva, onde as pretensões de validade, prática e teórica, não podem ser corroboradas discursivamente; e (b) reflexivas, onde as pretensões de validade, teóricas e práticas, podem ser validadas discursivamente²⁶¹.

5. A formação social do capitalismo liberal e sua crise

Como observado mais acima, no capitalismo liberal, como detectado por Marx, o princípio organizativo da sociedade é a relação entre *trabalho* e *capital*, ancorado no direito burguês. O núcleo institucional é o *mercado* e não o Estado, a troca econômica é o meio de controle dominante. O surgimento de uma esfera de intercâmbio onde particulares autônomos se confrontam sem intervenção do mercado, permite que a sociedade civil se diferencie a partir do sistema socioeconômico, o que implica numa *despolitização* das relações de classe e a *anonimização* do poder de classe. Nas sociedades tradicionais já havia uma diferenciação entre a integração sistêmica e a social, entretanto, foi somente a partir do capitalismo, com o *desprendimento* do sistema econômico do político, que surge na sociedade civil um âmbito emancipado dos laços tradicionais e entregue as orientações das ações estratégico-utilitaristas daqueles que participam do mercado²⁶². O princípio de organização ao permitir que o sistema econômico se desvincule do sistema político, das

²⁶⁰ Idem, p.40.

²⁶¹ Cf. idem, p.41.

²⁶² Cf. idem, p.51.

restrições impostas pelos sistemas parciais da integração social, permite que o sistema econômico contribua também na integração social ao mesmo tempo em que desempenha suas tarefas na integração sistêmica²⁶³.

A transferência das funções de integração social a um sistema parcial que as cumpre prioritariamente somente é possível pelo fato de que no capitalismo liberal as relações de classes se têm institucionalizado através do mercado de trabalho, despolitizando-se assim²⁶⁴.

O mercado aqui desempenha uma dupla função: (a) ele opera como um mecanismo de autocontrole no sistema de trabalho coordenado pelo meio dinheiro; e (b) institucionaliza uma relação de coação entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores assalariados. E como a coação social se institucionaliza a partir do contrato de trabalho privado no mercado, permitindo a extração de mais-valia, a dependência política é substituída. Portanto, além das funções cibernéticas o mercado adquire funções ideológicas. Marx ao realizar a crítica a partir da forma-mercadoria pode desvendar tanto o princípio de autocontrole da economia centrado no mercado de trabalho, assim como as relações de exploração e a ideologia básica da sociedade de classes burguesa²⁶⁵.

A teoria do valor serve, ao mesmo tempo, a análise das funções do sistema econômico e à crítica da ideologia de dominação de classe que pode desmascarar também ante a consciência burguesa tão pronto como se demonstra que no mercado de trabalho não se intercambiam equivalentes²⁶⁶.

O princípio de organização do capitalismo liberal engendra uma maior possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas e das estruturas normativas. Isto porque os

²⁶³ Cf. idem, p.53.

²⁶⁴ Idem, p.57.

²⁶⁵ Cf. idem, p.57-8.

²⁶⁶ Idem, p.58.

imperativos de autovalorização do capital colocam um mecanismo de reprodução que se associa a um mecanismo de inovação, pois ao se chegar a um limite físico na exploração do trabalhador se faz necessário o desenvolvimento das forças produtivas técnicas. Esta nova forma de dominação política não assume a forma pessoal. Este mesmo princípio também faz com que a oposição de classes se *desloque* para a dimensão de autocontrole, que se manifesta na forma de *crises econômicas*. No ciclo econômico a oposição de interesses fundada na relação entre trabalho assalariado e capital não aparece diretamente como enfretamento de classe, mas sim como ruptura do processo de acumulação, logo como uma forma de problemas de autocontrole. Os problemas estruturais insolúveis que esse princípio de organização engendra se manifestam na forma de queda da taxa de lucros (crise de acumulação do capital) e uma redução da capacidade de consumo e incentivos para investir (crise de realização do capital)²⁶⁷. “A partir da lógica desta crise econômica pode obter-se um conceito geral de crise sistêmica”²⁶⁸.

As crises, que no capitalismo liberal aparecem como crises econômicas, geram problemas para a integração sistêmica e ameaçam diretamente a integração social. Marx foi pioneiro em explorar o aspecto sistêmico da crise, logo a crise emanada do sistema econômico²⁶⁹. Ao ser sacolejado por crises periódicas o processo de acumulação acaba por revelar o segredo da contradição implícita nesse modo de produção. Ou seja, de que o crescimento econômico é constantemente abalado por crises periódicas, pois a estrutura de classes ao ser deslocada para o sistema de autocontrole econômico acaba por transformar as contradições de interesses de classe numa contradição de imperativos sistêmicos. Habermas

²⁶⁷ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.418.

²⁶⁸ HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.55.

²⁶⁹ “(...) Marx desenvolveu, pela primeira vez, um conceito científico-social de crises sistêmicas”. Idem, p.12.

esclarece como concebe o conceito de *contradição*. Ele observa que o uso desenfreado do termo tem significado contemporaneamente “antagonismo”, “oposição”, “conflito”. Para Hegel e Marx conflito significa a forma de manifestação de uma contradição lógica que está na sua base. “Os conflitos somente podem ser conceitualizados com referência a regras eficazes e operativas por virtude das quais surgem pretensões ou intenções incompatíveis dentro de um sistema de ação”²⁷⁰. As contradições existentes numa pretensão e numa proposição são diferentes; o sistema de regras válido para enunciações (opiniões, ações que encarnam intenções) é diferente do sistema de regras segundo o qual se formam proposições. Em suma, as estruturas profundas de uma sociedade não são estruturas lógicas. Mas, por outro lado, nas enunciações sempre se empregam proposições; “a lógica que poderia justificar que se falasse de ‘contradições sociais’ teria de ser, então, uma lógica do emprego de conteúdos proposicionais nos atos de fala e em ações”²⁷¹. Portanto, deveria estar relacionado à comunicação entre os sujeitos capazes de linguagem e ação, consequentemente deveria ser mais uma *pragmática universal* do que uma lógica.

Esclarecido esse ponto a *contradição fundamental* de uma formação social deve remeter a um princípio de organização que faça com que necessariamente, nesse sistema, indivíduos e grupos com pretensões e intenções distintas, a longo prazo, se enfrentem. É o caso das sociedades de classe, que enquanto as pretensões e intenções não vêm à consciência o conflito se mantém latente. A pragmática universal deve ser utilizada como base para análise dos processos de distorção da linguagem e de socializações anormais²⁷².

²⁷⁰ Idem, p.58.

²⁷¹ Idem, p.59.

²⁷² Cf. REPA, Luiz. *A transformação da filosofia de Jürgen Habermas*, op. cit., p.169.

A teoria dos sistemas também considera que a lógica de um sistema de regras pode gerar incompatibilidades. Ela processa essa questão da seguinte maneira, quando surgem mais problemas de que a capacidade de autocontrole tem de resolver, surgem contradições dedutíveis logicamente que obrigam a transformação das estruturas sistêmicas. Estas contradições dizem respeito à manutenção do patrimônio do sistema, por isso não dizem respeito, como as relações de comunicação entre sujeitos ou grupos capazes de ação, a contradições dialéticas.

6. O capitalismo tardio

Habermas estabelece o conceito de capitalismo tardio²⁷³ em contraposição ao de capitalismo liberal. Os problemas do capitalismo liberal conduziram a uma intervenção estatal na economia desde o início do século, mas que somente após a Segunda Guerra Mundial houve o consenso necessário para intervenção do Estado na economia.

Os problemas da intervenção estatal já eram discutidos pela primeira geração da Escola de Frankfurt, Gerhard Meyer, Kurt Mandelbaum (1904 – 1995) e Friedrich Pollock (1894 – 1970) inauguram em 1932 na Revista para Pesquisa Social a discussão sobre a intervenção cada vez maior do Estado na economia, tanto nas economias capitalistas quanto nas socialistas. Esta intervenção estava principalmente ligada à manipulação das crises e do planejamento econômico. Descartavam a interpretação da economia burguesa que considerava a intervenção como conjuntural, almejando com isto salvaguardar a dogmática da economia liberal, pelo menos nas aparências. A situação da URSS também era

²⁷³ Ele também se refere ao período como capitalismo organizado e capitalismo regulado pelo Estado.

observada com ceticismo pelos teóricos do Instituto (más colheitas, desemprego, fome, morte de milhares de russos, etc.)²⁷⁴.

Consideravam que a intervenção do Estado na economia, como regulador, se daria de forma cada vez mais generalizada devido ao imbricamento cada vez maior das economias nacionais no mercado mundial.

Cabia agora ao Estado uma crescente participação na gestão da economia nacional e na manutenção do equilíbrio internacional. A livre concorrência não poderia mais servir como princípio regulador da economia nacional, pois ela era válida numa fase em que as crises se limitavam à falência de um ou outro empresário, sem risco para a sobrevivência do modo de produção capitalista, mas não numa fase em que se trata de assegurar o sistema como tal, organizado em enormes cartéis que rapidamente transcendem os limites geográficos da nação, pondo em jogo o sistema econômico mundial²⁷⁵.

A nova forma do Estado, que substitui o Estado liberal, não suprime as relações sociais que ancoravam o anterior, mas é a forma contemporânea para salvaguardá-las.

Pollock recusando a perspectiva do colapso busca explicar como as transformações do capitalismo impediriam a ocorrência de futuras crises econômicas. Em 1941 ele formula o conceito de *capitalismo de Estado*; mesmo com a gravidade da crise de 1929 ainda sim o capitalismo não soçobrou como muitos teóricos haviam prognosticado, e mesmo diante dos diversos efeitos negativos da crise foi possível encontrar uma saída para ela. A obra de Pollock, então, se centra nessa capacidade de regeneração do capitalismo²⁷⁶. Para ele, a

²⁷⁴ Cf. FREITAG, Barbara. *Teoria crítica – ontem e hoje*, op. cit., pp.87ss.

²⁷⁵ Idem, pp.87-8.

²⁷⁶ Cf. RUGITSKY, Fernando. Friedrich Pollock. Limites e possibilidades. In: NOBRE, Marcos. (org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papyrus, 2008, pp.54ss. Segundo Honneth, a tese do *capitalismo de Estado* foi aceita – segundo sua distinção entre círculo interno e externo ao Instituto de Pesquisas Sociais – apenas pelo círculo interno. Neumann e Kirchheimer, pertencentes ao círculo externo, apresentaram uma

crise que explodiu em Wall Street em 1929 e que se propagou para todos os demais países capitalistas não foi o início do colapso final, mas sim o fim de uma era do capitalismo, a saber, o concorrencial²⁷⁷.

O conceito de capitalismo regulado pelo Estado é apropriado por Habermas onde destaca as seguintes características para o estágio avançado do processo de acumulação: (a) processo de concentração de empresas (surgimento das corporações nacionais e transnacionais); (b) organização do mercado de bens, de capitais e trabalho; (c) intervenção estatal na economia para intervir nas crescentes falhas de funcionamento do mercado²⁷⁸. Mas existe uma diferença significativa entre a visão de Habermas e a de Adorno e Horkheimer sobre a intervenção estatal na economia, Habermas apesar de admitir as formas de vida burocratizada e administrada nas sociedades de capitalismo tardio, como afirmam Adorno e Horkheimer, ele considera que isto envolve necessariamente contradições e crises²⁷⁹.

A questão básica que motiva toda a discussão sobre a crise no capitalismo tardio é se as transformações pelas quais passou o capitalismo foram tão significativas a ponto de mudar sua dinâmica e, por conseguinte, sua crise; isto em termos habermasianos pode ser

fundamentação empiricamente fundamentada contra a teoria do *capitalismo de Estado* de Pollock e Horkheimer. “As pesquisas sociológicas que haviam realizado – desde o exílio americano – sobre a situação da Alemanha (...), bem como sua experiência política prática do fim da República de Weimar, convenceram-nos do primado absoluto dos interesses capitalistas privados sobre a gerência estatal da economia. Neumann e Kirchheimer não podiam, pois, aceitar a tese de Pollock segundo a qual, no nacional-socialismo, a gestão estatal do mercado competia apenas a uma burocracia administrativa centralizada; ao contrário, sustentaram que o fascismo não anulava as leis funcionais do mercado capitalista como tais, mas simplesmente as colocara sob o controle adicional de medidas totalitárias compulsórias”. HONNETH, Axel. Teoria crítica, op. cit., p.526. Essa tese foi resumida numa única fórmula: economia totalitária monopolista. Ver também JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923 – 1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, pp.217ss; e SLATER, Phill. *Origem e significado da escola de Frankfurt*, op. cit., pp.41-2.

²⁷⁷ Cf. MARRAMAIO, Giacomo. *O político e as transformações*, op. cit., p.217.

²⁷⁸ Cf. HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.68.

²⁷⁹ Cf. MELO, Rúion Soares. *Sentidos da emancipação*, op. cit., p.135.

dito da seguinte maneira: o princípio de organização no capitalismo tardio se modificou e conseqüentemente a lógica da crise também? A resposta de Habermas para isto é positiva, pois o princípio de organização, trabalho assalariado e capital, ancorado no funcionamento do mercado como núcleo institucional, foi abalado. Antes a dominação era despolitizada, e os antagonismos de interesses se manifestam através do sistema econômico como crises periódicas. Contudo, o Estado ao intervir para mitigar os efeitos da crise e controlá-la no subsistema econômico acaba por *deslocá-la e transformá-la*. Pode-se considerar as estruturas do capitalismo tardio como formações reativas contra as crises endêmicas²⁸⁰. Isto não significa que a contradição entre produção socializada e apropriação privada tenha sido resolvida “A questão é se a tendência às crises, que em primeira instância são econômicas, pode ser tratada pelo subsistema administrativo, em caso afirmativo, se e como elas se manifestarão em outros subsistemas”²⁸¹.

Como explicado anteriormente, sob o livre mercado a integração sistêmica do sistema econômico também era responsável pela integração social. Ao se analisar a força de trabalho como mercadoria já estaria presente, de certa forma, uma distinção entre a dimensão instrumental e a reflexiva, pois o processo do trabalho poderia ser descrito segundo as ações concretas correspondentes, bem como as operações abstratas. O dispêndio da força de trabalho coincide, neste caso, com os imperativos da integração sistêmica e da integração social: “como ação concreta estaria ligado a contextos de cooperação; como ação meramente operacional e abstrata, estaria ligado ao contexto funcional da empresa

²⁸⁰ Cf. HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.75.

²⁸¹ HELD, David; SIMON, Larry. Habermas' theory of crisis in late capitalism, op. cit., p.243. “The issue is whether the crisis tendencies which are in the first instance economic can be successfully dealt with by the administrative sub-system, and if so, whether and how they will manifest themselves in other sub-systems”.

capitalista e do sistema econômico”²⁸². O mercado desempenhava uma dupla função nesta situação: (a) alocar o trabalho social, e (b) institucionalizar as relações de poder entre trabalho assalariado e capital. Portanto, a intervenção estatal na economia ameaça a tradicional ideologia burguesa do livre mercado. Com o reacoplamento do sistema econômico ao político novamente as relações de produção se repolitizam de certo modo, o que intensifica a necessidade por legitimação. No entanto, a forma política das relações de classe não se restaura como antes.

A fim de tentar compreender as tendências à crise no capitalismo presente Habermas identifica quatro tendências: (1) crise econômica; (2) crise de racionalidade; (3) crise de legitimação; e (4) crise motivacional. Seu argumento indica que a tendência de crise de um subsistema pode ser aliviada somente pela política e que, por sua vez, cria um novo tipo de crise. Cada crise tem origem num sistema específico (conforme tabela 2), e estão ligadas em um tipo de progressão lógica²⁸³. Esquematizaremos abaixo cada uma dessas tendências.

Tendências à crise do capitalismo		
<i>Lugar de origem</i>	<i>Crises Sistêmicas</i>	<i>Crises de identidade</i>
<i>Sistema econômico</i>	Crise econômica	-
<i>Sistema político</i>	Crise de racionalidade	Crise de legitimação
<i>Sistema sociocultural</i>	-	Crise de motivação

Tabela 2. Fonte: HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.87

6.1. Tendência à crise econômica

O sistema econômico demanda como *input* trabalho e capital; como *output* produz valores consumíveis distribuídos ao longo do tempo entre as classes sociais em montantes e

²⁸² MELO, Rúrión Soares. *Sentidos da emancipação*, op. cit., pp.82-3.

²⁸³ Cf. HELD, David; SIMON, Larry. Habermas’ theory of crisis in late capitalism, op. cit., p.246.

formas diferentes. É incomum para o capitalismo uma crise atribuída a insuficiência de *input*, no capitalismo liberal basicamente as crises foram de *output*²⁸⁴.

As teorias das crises econômicas, exploradas pelo marxismo ortodoxo, se mostram inadequadas por serem exatamente somente uma análise econômica da crise. A intervenção do Estado na economia mostrou que elas podem ser evitadas – isto não quer dizer que para Habermas que elas deixaram de existir – e deslocadas surgindo um novo tipo de crise. O Estado no capitalismo liberal cumpria a função geral de assegurar as condições gerais da produção, pois as bases sociais para a produção de mais-valia não podiam ser reproduzidos com meios capitalistas. Mas no capitalismo tardio o Estado não se limitou a assegurar as condições gerais da produção, ele passou a intervir na reprodução para criar condições de valorização para os capitais ociosos, diminuir os custos e efeitos externos da produção capitalista, compensar as desproporções que atrapalham o crescimento, regular o ciclo econômico por meio de política fiscal, social e conjuntural, etc.; mas como anteriormente é um *não-capitalista* que impõe de forma substitutiva a vontade capitalista genérica²⁸⁵.

No capitalismo tardio com a intervenção estatal guiando claramente o sistema para evitar crises, tendo como consequência o solapamento da forma não-política das relações de classe, a estrutura de classes deve ser afirmada na luta pela distribuição do incremento do produto social²⁸⁶. Por isso, o processo econômico não pode ser concebido de forma imanente, como movimento do sistema econômico autorregulado. A consequência disso sobre a teoria do valor é significativa, segundo Habermas, a lei do valor:

²⁸⁴ Cf. HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.87.

²⁸⁵ Cf. idem, p.96.

²⁸⁶ Cf. idem, p.98.

podia expressar o duplo caráter dos processos de intercâmbio (como processos de autocontrole e de exploração) somente sob a condição, que no capitalismo liberal se cumpria aproximadamente, de que a dominação de classe se exercesse por vias não políticas²⁸⁷.

Portanto, a continuidade da exploração através de processos econômicos passa a depender das constelações concretas de poder, que não são mais *predeterminadas* pelos mecanismos do mercado de trabalho que opere de maneira autônoma²⁸⁸.

As ações do Estado no capitalismo tardio fazem com que se estabeleçam formações reativas frente à mudança da estrutura de classes; ou seja, o aparecimento de outras constelações de poder que acabam por afetar o princípio de organização da sociedade (capital / trabalho), que estava baseado num mercado de trabalho não organizado. Habermas destaca três pontos importantes na modificação das relações de classe no capitalismo tardio: (a) uma forma distinta de produção de mais-valia. Diante dos limites de aumento da mais-valia absoluta e a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas para aumento da mais-valia relativa, o progresso técnico-científico se torna uma necessidade. Mas somente com a organização estatal dele, com a expansão sistemática do ensino especializado, a geração de informações, tecnologias, organização e qualificação, é que ele se converte num componente do processo produtivo enquanto tal²⁸⁹. (b) Uma estrutura de salários quase-política. No setor monopolista se produz uma coalisão entre empresários e sindicatos trabalhistas, no qual a mercadoria força de trabalho é tratada de maneira quase-política²⁹⁰. (c) Crescente necessidade de legitimação do sistema político. A

²⁸⁷ Idem, p.98.

²⁸⁸ Cf. idem, p.98.

²⁸⁹ Cf. idem, 103.

²⁹⁰ Cf. O'CONNOR, James. *USA: A crise do estado capitalista*, op. cit., pp.35ss.

intervenção na economia e o aumento de intervenções em assuntos sociais, que têm de ser manejados administrativamente, aumentam a necessidade de legitimação.

6.2. Tendência à crise política

Dentro do sistema político pode surgir dois tipos de crise, conforme se trate de problemas de *input* ou *output* desse sistema, ou mesmo de ambos ao mesmo tempo. O *input* do sistema político é a lealdade das massas de forma mais difusa possível; o *output* são decisões administrativas impostas com autoridade²⁹¹. A tendência à crise política pode se manifestar, portanto, de duas formas, segundo problemas nos *inputs* (crise de legitimidade) ou *outputs* (crise de racionalidade) do sistema político.

Sobre o funcionamento do Estado no capitalismo tardio Habermas rejeita as teorias que o concebem como um órgão executor, inconsciente das leis econômicas que seguiriam funcionando de maneira espontânea; nem a versão de que ele seria um agente dos capitalistas monopolistas unificados que atuaria segundo seus planos. Ao intervir na economia o Estado tem modificado o processo de valorização; apoiado num compromisso de classe o Estado adquire uma limitada capacidade de planejamento, que pode utilizar a fim de buscar legitimação evitando a ocorrência de crises. O Estado tem de lidar, de um lado, com a competição entre os interesses de conservação do capitalismo em seu conjunto com os interesses contraditórios dos agentes particulares do capital, e, por outro lado, com os interesses generalizáveis da população orientados para valores de uso (demanda por educação, saúde, moradia, transporte público, etc.)²⁹². O ciclo das crises a longo prazo com consequências sociais cada vez mais graves se transforma com a intervenção estatal em

²⁹¹ Cf. HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.88.

²⁹² Cf. idem, pp.110-1.

inflação crescente e constante crise das finanças públicas. A questão é de se o Estado pode manter esse deslocamento permanentemente ou apenas por um determinado período. As tarefas que o Estado têm de cumprir são financiadas a partir de impostos, portanto, ele se encontra frente a duas tarefas: (i) deve obter a massa de impostos requerida em detrimento dos lucros e salários, aplicando-a com racionalidade suficiente para evitar as perturbações do crescimento econômico; caso não obtenha sucesso nessa empreitada surgem os *déficits de racionalidade administrativa*. (ii) O Estado busca crescentemente legitimação para o sistema de arrecadação de impostos, o modelo de prioridade para sua aplicação e os próprios rendimentos administrativos. Quando falha nessa tarefa se diz que há um *déficit de legitimação*²⁹³.

As *crises de racionalidade* ocorrem quando o sistema administrativo não tem sucesso em reconciliar e executar os imperativos recebidos do sistema econômico²⁹⁴. “A crise de racionalidade é uma *crise sistêmica deslocada*; que, como a crise econômica, expressa a contradição entre a produção socializada para interesses não-generalizáveis e imperativos de autocontrole”²⁹⁵. Só se pode falar de crise de racionalidade em sentido estrito quando aparece em substituição à crise econômica. As crises de racionalidade praticamente se tornam inevitáveis visto que a economia é ainda regida por interesses privados colocando o Estado diante de exigências que não pode cumprir. Nesse contexto surgem imperativos contraditórios, porque “é preciso ampliar a capacidade de planificação

²⁹³ Cf. idem, p.112.

²⁹⁴ Cf. idem, p.88.

²⁹⁵ Idem, p.89 (grifo nosso).

do Estado em benefício do capitalismo em seu conjunto, mas, ao mesmo tempo, deve se pôr limites a essa ampliação que ameaçaria ao próprio capitalismo”²⁹⁶.

O conceito de crise de racionalidade é construído à semelhança do conceito de crise econômica, dado o deslocamento do sistema econômico ao administrativo. Habermas procurou demonstrar que ao se desgastar o encanto do fetiche da mercadoria, próprio do capitalismo liberal – onde todas as partes interessadas se tornam, mais ou menos, especialista na teoria do valor –, a espontaneidade do processo econômico pode ser reproduzida de forma indireta no plano do sistema político. Portanto, a crise econômica continua no plano da capacidade de intervenção, mas a atividade do Estado só encontra um limite conclusivo nas legitimações disponíveis²⁹⁷. Quando o Estado falha na tentativa de amortiguar as crises ele sofre um déficit de legitimação, todavia no exato momento em que mais precisa dela, fazendo com que seu campo de ação se restrinja ainda mais.

As crises de legitimidade são falhas nos *inputs* do sistema político, isto é, a lealdade das massas. Ela foi alcançada no pós-guerra com a construção de um aparato de proteção social, mas o Estado frente às demandas tanto do capital quanto dos trabalhadores se vê diante de uma crise fiscal e inevitavelmente tendo de intervir no processo de acumulação para que ele continue e também mitigar o conflito capital/trabalho. Ele, portanto, tem de desempenhar duas funções básicas: (a) acumulação; e (b) legitimação.

Cedo ou tarde a crise fiscal começa a ameaçar as condições tradicionais de ‘paz trabalhista’ nas indústrias monopolistas. A crise fiscal está na raiz de uma crise

²⁹⁶ Idem, p.113.

²⁹⁷ Cf. idem, p.122.

social: os antagonismos político e econômico dividem não só o capital como, também, a classe trabalhadora em si²⁹⁸.

O impacto dessa intervenção no conflito de classe é que ele encobre os grandes conflitos de classe, fragmentando-o em diversas direções. A organização de classe se vê abalada, sendo mantida de forma latente. Mas, os *problemas derivados* se tornam patentes, pois geram problemas de legitimação. Diante disso o sistema administrativo busca se tornar independente do sistema de legitimação²⁹⁹.

Mesmo quando o Estado tem sucesso em promover o aumento de produtividade e distribuição assegurando o crescimento econômico, ele não fica isento de perturbações, talvez de crises, porque esse crescimento segue cumprindo desígnios não dos interesses gerais da população, mas sim interesses privados da otimização dos lucros. A forma de conduzir esse crescimento ainda continua ancorada em uma estrutura de classe que de alguma forma se mantém latente, e isso é, em última instância, a causa do déficit de legitimação³⁰⁰.

O conflito de classes mantido latente a partir de uma política de recompensas baseadas em valores de uso se torna cada vez mais problemática, que, como vimos mais acima, tem de ser financiado por uma base fiscal estreita e cumprir tanto os desígnios da acumulação quanto da legitimação, e quando as demandas por recompensas aumentam mais rápido do que a massa de recursos disponíveis, ou, ainda, quando surgem expectativas que não podem ser satisfeitas com recompensas se tem uma crise de legitimação³⁰¹.

²⁹⁸ O'CONNOR, James. *USA: A crise do estado capitalista*, op. cit., p.55.

²⁹⁹ Cf. HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.123.

³⁰⁰ Cf. idem, p.129.

³⁰¹ Cf. idem, p.130.

6.3. Tendência à crise sociocultural

Os *inputs* do sistema sociocultural vêm dos sistemas político e econômico: seguridade social e pública, atos legislativos e administrativos, bens e serviços suscetíveis de compra, etc. O *output* desse sistema é a motivação, que produz para o sistema político na forma de legitimação. Por causa da característica desse sistema de não produzir seu próprio *input* não existe uma crise sociocultural causada pelo seu *input*. Nas palavras de Habermas uma crise de motivação surge quando “o sistema sociocultural se altera de tal modo que seu *output* se torna disfuncional para o Estado e para o sistema de trabalho social”³⁰².

Outro aspecto da intervenção estatal na economia, para compensar as disfunções do processo de acumulação, é que a legitimidade, antes conseguida via a vigência da troca de equivalentes no mercado, é abalada. Um dos sustentáculos da ideologia burguesa, o *privatismo civil* e o *privatismo familiar e profissional* – o primeiro significa que os cidadãos se interessam pelos rendimentos fiscais e seguridade social e participam pouco no processo de legitimação, corresponde ao *público* despolitizado; o *privatismo familiar e profissional* é complementar ao primeiro e corresponde ao interesse das famílias pelo consumo exacerbado, tempo livre, carreira profissional e competição por status – é duramente afetado. Enquanto é possível sustentar o crescimento econômico tal situação permanece latente, entretanto ao surgirem problemas no processo de acumulação existe um aumento na necessidade de legitimação, mas não se pode recorrer mais a valores pré-burgueses que o próprio desenvolvimento da sociedade capitalista solapou. A sociedade capitalista requer um conjunto de atitudes culturais sem as quais seria incapaz o governo de legitimar suas atitudes de direção. “Integração social pressupõe um significado

³⁰² Idem, p.132.

compartilhado; as atitudes culturais que asseguram a integração dentro do capitalismo estão sendo perdidas”³⁰³. Neste ponto Habermas retoma uma discussão comum ao pensamento político dos últimos 150 anos, onde tanto parte da esquerda quanto da direita concordam que o capitalismo não pode sustentar-se porque ele não possui uma moralidade própria.

A demanda por *Sittlichkeit* [eticidade] é suscetível de ser vista pela direita como necessidade por autoridade e a crise da sociedade burguesa é uma crise de autoridade moral causada pelo declínio de uma série de valores apoiadores discutidos por Habermas, enquanto para a esquerda a crise é vista como uma crise da comunidade ou integração social³⁰⁴.

Estas questões acabam, de certa forma, formatando a discussão sobre as soluções para a crise da década de 1970, “solução” que foi encontrada apoiada na retomada de valores liberais, propondo um desacoplamento da economia e da política visto que a última ao intervir na economia exacerbava os problemas de legitimação.

³⁰³ PLANT, Raymond. Jürgen Habermas and the Idea of legitimation crisis. In: *European Journal of Political Research*. Amsterdam, 1982, nº 10, p.344. “Social integration presupposes shared meaning; the cultural attitudes which secure an integration within capitalism are being lost”.

³⁰⁴ Idem, p.347. “The demand for *Sittlichkeit* is likely to be seen on the right as a need for authority and the crisis of bourgeois society is a crisis of a moral authority caused by the decline in the range of supportive values discussed by Habermas, while on the left the crisis is seen as a crisis of community or social integration”.

CAPÍTULO III – Crise e emancipação

Para Marx, a sociedade burguesa, que emergiu das ruínas da sociedade feudal, sem com isso ter abolido as contradições de classe³⁰⁵, deve ter sua anatomia procurada pela Economia Política³⁰⁶. Nesse caso, a Economia Política não entendida como uma ciência das relações entre as coisas, nem das relações dos homens com as coisas, mas das relações entre os homens no processo de produção³⁰⁷. No capitalismo a dominação não é exercida de maneira direta, mas por meio da coerção econômica, isto é, ela se realiza a partir da interação de agentes econômicos individuais, autônomos, com base na concordância entre eles. Cada classe social estaria associada a um determinado elemento de produção (meios de produção, força de trabalho, etc.), e o processo de produção começa quando essas classes estabelecem relações de produção. As relações entre aqueles que são possuidores de mercadoria devem ser estabelecidas de forma usual, a saber, na forma de compra e venda³⁰⁸. Mas, segundo essa explicação, como se pode sustentar a ideia de exploração numa sociedade onde todos os fenômenos econômicos são regulados por relações contratuais livres? A resposta é dada pela teoria do valor-trabalho. A partir dela Marx consegue explicar como os bens são trocados por seus valores dando às categorias da Economia Política um caráter natural, objetivo e autônomo, e, ao mesmo tempo, mostrar que por detrás dessa aparência estão relações sociais historicamente datadas. A teoria do valor se mostra como a forma adequada para se apreender um sistema contraditório, e,

³⁰⁵ Cf. MARX, Karl. Manifesto do partido comunista. In: AARÃO, Daniel (org.). *O Manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.8.

³⁰⁶ Cf. MARX, Karl. Para crítica da economia política. In: *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.129.

³⁰⁷ Cf. RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.15.

³⁰⁸ Cf. Idem, p.33.

simultaneamente, como forma de analisar e apresentar a contradição e seu modo de atuar, associando-se, assim, à crítica³⁰⁹.

De forma resumida, pode-se dizer que Marx explica a extração do excedente econômico da seguinte forma. Na sociedade capitalista, na qual produção e circulação de mercadorias estão desenvolvidas, o nexos entre os diversos trabalhos atomizados se dá a partir da troca dos produtos. Se as mercadorias são trocadas pelos seus equivalentes no mercado fica descartada a hipótese de que a extração do excedente econômico – chamado por Marx de mais-valia – possa vir da circulação de mercadorias, visto que na troca de mercadorias prevalece a troca de equivalentes. “Se mercadorias ou mercadorias e dinheiro de igual valor de troca, portanto equivalentes, são trocados, então evidentemente ninguém tira da circulação mais do que lança nela”³¹⁰. Portanto, se a mais-valia não pode vir do processo de circulação ela deve surgir da compra de alguma mercadoria cujo próprio valor de uso seja capaz de ser fonte de valor, “cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor”³¹¹, qualidade essa do trabalho. Não o trabalho do produtor que leva seus produtos para o mercado para que sejam trocados por equivalentes, mas sim da compra de trabalho alheio que surge a possibilidade de formação da mais-valia, logo a capacidade de trabalho ou a força de trabalho precisou ser transformada também numa mercadoria. Encontrar tal mercadoria no mercado pressupõe um longo processo histórico, que não pode ser discutido nesse trabalho. Basta dizer que, o

³⁰⁹ Cf. GRESPAN, Jorge. *O negativo do capital*, op. cit., p.29.

³¹⁰ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.134.

³¹¹ Idem, p.139.

advento do capitalismo não significou o fim do conflito de classes, mas uma transformação na forma em que o excedente econômico é extorquido do produtor direto³¹².

No capitalismo a produção passa a ter uma finalidade em si mesma, torna-se produção pela produção. Isto porque o excedente que é extraído na produção, a mais-valia, não é entesourada, ou gasta no consumo improdutivo, mas direcionado novamente para a produção, ampliando constantemente sua própria base. É através da mais-valia que o capitalista consegue valorizar seu dinheiro, tornando-o assim capital. O movimento de valorização se torna um processo que tenta se reproduzir *ad infinitum*. “Por isso o movimento do capital é insaciável”³¹³. De forma muito sumária, pode-se dizer que existem duas maneiras para aumentar o trabalho excedente, aumentando a mais-valia absoluta ou a mais-valia relativa³¹⁴. Esta última é a que tem prevalecido dentro do capitalismo, gerando um forte impulso para a expansão das forças produtivas. A busca incessante do capital pela valorização faz com que frequentemente perca sua referência, com uma produção cada vez maior e uma base de consumo em compressão³¹⁵. As crises podem ser entendidas como interrupções bruscas e inesperadas da reprodução do capital, o meio pelo qual busca reestabelecer momentaneamente o equilíbrio rompido no processo de acumulação. “É o ajuste a força de todas as contradições da economia”³¹⁶. No entanto, nosso interesse aqui em torno das crises não é enquadrá-la como um momento de recomposição do capital, de como ela pode suscitar uma onda de inovações, de falências e fusões de empresas, etc. O

³¹² Cf. *idem*, p.176-7.

³¹³ *Idem*, p.129.

³¹⁴ Existe também a possibilidade das duas serem combinadas.

³¹⁵ É necessário lembrar que os desdobramentos da teoria da crise marxista apontaram não só para crises de superprodução, mas também para crises de desproporção entre os departamentos produtivos, e crises de subconsumo. Para uma introdução à história dessa controvérsia ver SHAIKH, Anwar. Introdução à história das teorias de crise. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 1983, vol. 4, nº 1.

³¹⁶ ANTUNES, Jadir. *As determinações das crises do capital na concepção de Karl Marx*. Campinas: Dissertação de Mestrado, Dep. de Filosofia, IFCH, UNICAMP, 2002, p.176.

interesse pelas crises, nesse caso, se revela justamente diante da possibilidade de dissolução aventada pelo marxismo.

As diversas formas e resultados dos conflitos de classe na história explicam as diferentes possibilidades de substituição de uma sociedade por outra. No capitalismo, cujas classes fundamentais são o proletariado e a burguesia, surge pela primeira vez na história, segundo Marx, condições para superação dos antagonismo dentro do processo social de produção, isto é, de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos³¹⁷. Mas, não é sem conflito que tal transição seria possível, somente quando a classe operária deixar de ser apenas uma posição em relação aos meios de produção e se constituir numa fonte de ação política é que a classe poderá empreender uma ação de superação da dominação econômica e política.

Para a superação da sociedade de classes capitalista seria de fundamental importância uma ação política conjunta da classe operária para que o resultado da ação seja positivo³¹⁸. O próprio processo histórico de centralização dos trabalhadores nas cidades, e daí nas fábricas criaria o ambiente propício para formação da classe para si. Conforme observa Ingram, para Marx, os principais obstáculos para a formação da consciência de classe eram a ideologia, que envolve a manipulação da superestrutura cultural com o objetivo de legitimar a exploração de uma classe pela outra, e o fetichismo da mercadoria criador da ilusão de que a relação entre as pessoas são naturais e invariantes. Mas, apesar de Marx acreditar que as organizações sindicais poderiam criar sentimentos autênticos de solidariedade, ele percebia que a militância proletária isolada em enclaves não conseguiria

³¹⁷ MARX, Karl. Para crítica da economia política. In: *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.130.

³¹⁸ MARX, Karl. Manifesto do partido comunista, op. cit., p.26.

superar o fetichismo e os preconceitos paroquiais. Era preciso contrapor à consciência empírica uma interpretação científica do capitalismo. Por isso, *O capital*, ao descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna, destruía as ilusões burguesas de igualdade, liberdade e justiça bem como a reificação fetichista da sociedade³¹⁹.

Portanto, para Marx, não se tratava de contrapor imagens utópicas ideais com a má realidade de uma sociedade existente, como as ideias anarquistas e socialistas do seu tempo sobre uma futura sociedade liberada, pois ele já havia aprendido com Hegel a inutilidade disso. Entretanto, Marx compartilhava com os anarquistas e socialistas a crítica a Hegel de que o Estado moderno era a manifestação da razão. Ele estava muito mais consciente do que Hegel dos aspectos catastróficos e alienantes das sociedades capitalistas que surgiram na sua época. Para que a “negação prática” da sociedade moderna pudesse se dar de modo realista Marx tinha de mostrar como a sociedade emancipada já estava prefigurada na dinâmica, na crise, e na lógica de desenvolvimento das sociedades capitalistas. Como Engels disse mais tarde, era preciso transformar o socialismo utópico em ciência. A teoria da sociedade de Marx busca demonstrar como esta sociedade contém em si a semente da sua própria negação. O fim do capitalismo se concluirá com a constituição de uma sociedade comunista sem classes. Algumas tentativas foram empreendidas por parte dele para apresentar o comunismo não como mero ideal, senão que o resultado necessário da negação dialética da produção de mercadorias. Tanto as condições objetivas quanto as subjetivas estariam sendo formadas dentro da própria sociedade capitalista³²⁰. Mas dentro da tradição marxista a relação entre esses dois fatores foi fonte de grandes controvérsias e

³¹⁹ Cf. INGRAM, David. Fundamentos históricos da teoria da ação comunicativa. In: *Habermas e a dialética da razão*. Brasília: Ed. UNB, 1993, pp.24-5.

³²⁰ Cf. WELLMER, Albrecht. Razón, utopía, y la dialéctica de la ilustración. In: GIDDENS, Anthony [et al.]. *Habermas y la modernidad*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994, pp.65-7.

cisões, e envolve diversas questões teóricas, como a situação objetiva de uma classe e a consciência de classe, a relação entre teoria e prática, etc. Nas próximas páginas nos dedicaremos em abordar alguns aspectos dessa questão.

A crise econômica não significa o colapso abrupto e completo do capitalismo; nos momentos de crise o capital continua a se reproduzir, mesmo que o processo de acumulação se reduza em volume e se torne mais difícil. Nesse contexto a existência de parte significativa do proletariado sempre se torna mais difícil. Mas não há garantias de que, por exemplo, a crise por si própria faça com que o trabalhador perceba que ele está sendo pago com valor produzido por ele próprio³²¹. Que o desemprego venha a revelar a aparência envolta no contrato de trabalho.

A crise não é vista como manifestação necessária da desmedida da autovalorização do capital, determinada pelos impulsos opostos na esfera da produção, estabelecidos pela contradição básica na relação do capital com o trabalho assalariado. Não se concebe que a crise esteja associada a uma desigualdade de classes sociais fundada por esta relação contraditória. Como permanece a perspectiva invertida de que o mercado é a instância decisiva da combinação de fatores independentes, não só a necessidade da crise se oculta e parece ser mera possibilidade, como também não necessariamente se revela a desigualdade de classes que aparece invertida na igualdade de princípio entre os agentes de mercado³²².

Se o motivo para as crises econômicas provocarem tamanha convulsão social será compreendido segundo o que elas realmente são, irá depender do grau de organização do movimento operário no momento em que elas forem desencadeadas. Como as crises não

³²¹ Cf. GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*, op. cit., p.278.

³²² Idem, p.281-2.

são definitivas, como observa Koselleck “o fim do estado crítico se aproxima”, se com o aparecimento das condições objetivas não estiverem também maduras as condições subjetivas a abertura revolucionária será superada e o capital se reorganizará.

Crises econômicas não se desdobram, necessariamente, em crises revolucionárias. Os impasses econômicos são, por certo, uma dimensão vital da vida social e mantêm uma relação causal direta com os ciclos das lutas de classes. A mudança é sempre o resultado da ação das classes, com suas frações e grupos de interesses, representações e lideranças, engajados em lutas, mas também em acordos. Os confrontos abertos dão lugar a situações em que predominam os compromissos e até a cooperação, ou equilíbrios instáveis, seguidos de pelepas parciais ou combates abertos que resultam em outras negociações e pactos, e novamente em lutas³²³.

Portanto, pode haver um desalinhamento entre esses momentos históricos, os ponteiros da história poderiam estar descompassados, ou seja, as condições objetivas poderiam se desenvolver mais rapidamente do que as subjetivas³²⁴. O conceito de crise revolucionária está permeado por preocupações tático-organizativas, quando desenvolvido por Lênin visava apontar que a correlação de forças entre proletariado e burguesia se deslocava a favor do primeiro. Ao partido revolucionário, como portador da consciência de classe está reservado um papel fundamental nesse processo – visto que a consciência de classe não pode se desenvolver espontaneamente –, cabe a ele conduzir o desenvolvimento das condições subjetivas, acarretando o papel histórico de dirigir a revolução³²⁵. Esta concepção, que pode significar um avanço em relação a concepção fatalista de colapso da II Internacional, tem como pano de fundo uma determinada concepção acerca da consciência de classe que passa a ser agora o balizador da nova concepção do partido como catalizador

³²³ ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004, p.27.

³²⁴ Cf. Idem, p.40.

³²⁵ Cf. MANDEL, Ernest. *La teoría leninista de la organización*, op. cit., p.7.

dessa consciência³²⁶. Naturalmente que a linha revolucionária não foi a única tendência política desenvolvida dentro do marxismo. Outras tendências defendiam que a polarização de classes dentro do capitalismo prevista por Marx não se aplicava mais aos desenvolvimentos posteriores do capitalismo, abdicando, portanto, da práxis revolucionária e da auto-organização espontânea do proletariado, pois os ideais socialistas deveriam se realizar por meio de uma estratégia de reformas democráticas³²⁷ - essa interpretação ficou conhecida como reformismo.

As explicações teóricas que defendiam a vigência das leis de desenvolvimento do capitalismo descobertas por Marx, e também a atualidade da revolução socialista, assinalavam que o núcleo contraditório do capital continua a operar, por mais desenvolvidos que possam ser os atenuantes para amenizar as contradições do processo de acumulação, ele continua a atuar e a solapar, a longo prazo, o próprio processo de acumulação. Apesar de não haver aqui uma leitura catastrofista sobre o destino do capitalismo a ideia de crise final jamais deixou de existir, daí a base fundamental da atualidade da revolução.

Se a hipótese estratégica de crise mortal do capitalismo se mostrou equivocada com o crescimento do pós-guerra – contrariando completamente esse prognóstico ocorreu um acelerado crescimento econômico acompanhado por uma era de prosperidade sem precedentes – era preciso apontar então que se tratava, se se quisesse manter viva a ideia de

³²⁶ Lenin não manteve uma única concepção sobre o problema da passagem da consciência em si para a consciência para si. Em *Que Fazer?* (1902) a consciência de classe deveria ser levada ao proletariado pelo partido, que desempenharia a função de direção e conscientização das massas. Uma das críticas dirigidas a esta concepção é de que o proletariado acaba se tornando objeto, e não sujeito da história. Lenin em escritos posteriores modifica sua concepção sobre essa relação, mas, foi essa concepção que foi tomada como paradigmática por Mandel sobre a consciência de classes. Para uma análise das diferentes posições de Lenin sobre a relação vanguarda-massa ver o artigo de CARLO, Antonio. A concepção do partido revolucionário em Lenin. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo, 1976, nº 15.

³²⁷ Cf. SOARES, Rúrion Melo. *Sentidos da emancipação*, op. cit., p.97.

crise estrutural do capital, de um período conjuntural, e que as crises não haviam desaparecido do horizonte. Mandel se dedicou a capturar a partir da teoria das ondas longas o dinamismo do capitalismo. Sua elaboração sobre as ondas longas estabelece uma ligação entre crise e luta de classes, apontando para o fato de que pode haver uma saída para o capitalismo caso consiga infligir uma derrota de grandes proporções à classe trabalhadora criando dessa forma as condições para a retomada do processo de valorização do capital. A teoria pretende captar a relação entre a crise e o reordenamento político-institucional, e a tendência para a mudança na dinâmica de classe. O pêndulo poderia pender ou para a revolução ou para a reformulação do capitalismo, isto dependeria de um conjunto de fatores que determinaria as condições subjetivas. Mas, é interessante observar que a concepção de fase terminal do capitalismo em Lênin é uma análise política da relação de forças entre as classes a nível mundial. Mas, e agora que os países capitalistas avançados experimentaram um longo período de estabilidade social ancorado num intenso crescimento econômico? A resposta de Mandel é de que no capitalismo tardio ainda vigoram as leis de movimento descobertas por Marx, e a realidade das crises, portanto, tratava-se de uma estabilidade conjuntural que arrefeceu por algum tempo o conflito de classes.

Como herdeiro da tradição trotskista-leninista Mandel buscou superar as aporias pelas quais se enveredou essa tradição³²⁸, porém em momento algum considerou necessário a revisão do paradigma de transformação da sociedade. A manifestação da crise da década

³²⁸ Por exemplo, em 1947 Mandel considerava que o *boom* seria de curta duração, antes de um novo desenvolvimento revolucionário. Entretanto, essa interpretação não se mostrou realista, por isso em seguida a não ocorrência ele passa a analisar os fatores de uma onda longa expansionista; enquanto outros membros da IV Internacional – como a corrente lambertista – para continuarem fiéis à fórmula conjuntural do *Programa de Transição* defendiam “as forças produtivas pararam de crescer”. Ver BENSÂID, Daniel. *Trotskyismos*, op. cit., p.70.

de 1970, diferente da precedente em 1929³²⁹, não esteve permeada com a mesma intensidade pela ideia de revolução mundial³³⁰. O próprio papel do marxismo nesta crise havia se transformado, se no início do século XX se transformou numa força social, na década de 1970 já não tinha a mesma preponderância dentro dos movimentos de esquerda como teve no início do século XX. A linha revolucionária do movimento operário não poderia ficar alheia ao desgaste do movimento operário e às próprias contradições do reformismo³³¹. O mesmo empenho na análise das condições objetivas haveria também de ser dedicado às condições atuais para a emancipação. Mas, a teoria marxista neo-ortodoxa com o tradicional objetivismo descuidou-se das questões subjetivas da reprodução social. Segundo Mandel, as características do trabalho, ou seja, seu papel chave no processo produtivo, sua alienação básica e sua exploração econômica, geram as *raízes objetivas* do papel potencial do proletariado como força principal para a derrocada do capitalismo³³². Desta maneira, a emancipação continuava sendo ainda a ação de uma determinada classe, o proletariado, motivada pelas contradições objetivas do processo social de produção. A partir desta concepção a práxis política no processo revolucionário é concebida como epifenômeno das relações econômicas³³³. A concepção sobre a emancipação, subsumida ao esquema estrutura/superestrutura, se mostrou como uma barreira para que se penetrasse nas profundas transformações na classe trabalhadora no século XX. Muitas vezes a discussão sobre a não ocorrência da revolução socialista foi abordada como traição das direções das

³²⁹ Porém essa expectativa não foi correspondida como esperava a Internacional Comunista, na verdade “a Depressão reduziu o movimento comunista fora da União Soviética a um estado de fraqueza sem precedentes”. HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*, op. cit., p.108.

³³⁰ Hobsbawm comentando sobre a disposição do proletariado para a revolução em fins da década de 1960 e início da de 1970 diz: “após vinte anos de melhoria sem paralelos para os assalariados em economias de pleno emprego, revolução era a última coisa em que as massas proletárias pensavam”. Idem, p.293.

³³¹ Cf. MARRAMAO, Giacomo. *O político e as transformações*, op. cit., p.76.

³³² Cf. MANDEL, Ernest. *La situación de los obreros dentro del neocapitalismo*, op. cit., p.74.

³³³ Cf. MELO, Rúion Soares. *Sentidos da emancipação*, op. cit., p.28.

organizações operárias³³⁴, passando ao alto pelas transformações sociais ocorridas durante todo o século XX. Outras vezes, a não ocorrência da revolução foi compreendida como efeito derivado do intenso crescimento econômico desde o Pós-Guerra, com as organizações de massa do movimento operário europeu vivendo a euforia do crescimento permanente, que assegurou todas as conquistas sociais. Mas, o ressurgimento da crise e do desemprego em massa mostrariam o quão efêmeros foram essas conquistas. Com isso a crise deveria facilitar:

o distanciamento da classe operária da influencia ideológica burguesa. Ela arranca os véus que lhe tinham em parte escondido a verdadeira face do capitalismo no período de prosperidade relativa. Favorece, portanto, a elevação da consciência de classe proletária, estimulando o combate anticapitalista. No entanto, essa tomada de consciência deve ser científica, não carregando nem mentiras, nem lendas, nem mitos, mas se apoiando em fatos reais e em sua explicação rigorosa³³⁵.

A determinação da consciência de classe é dada pela posição no processo produtivo, entretanto em decorrência dos distintos processos de alienação da sociedade capitalista não é possível atingi-la, mas sob determinadas condições objetivas, como a catástrofe de uma crise econômica, junto com a ação da vanguarda mais e mais trabalhadores poderiam adquirir uma concepção científica sobre a natureza dessas relações. Pode-se perceber que se estreita “os laços entre a lógica reprodutiva do capital e as condições revolucionárias da emancipação”³³⁶. Para as organizações do movimento operário as crises entravam em destaque na medida em que são relevantes para o cálculo tático e estratégico para acelerar o

³³⁴ Bensaïd observa que a fórmula do *Programa de Transição* de Trotsky de que a crise da humanidade se reduz a crise de direção é correta para um determinado período, mas ao ser tomado como generalidade atemporal tornou-se fonte de paranoia política, pois “se as condições objetivas decretadas excelentes não levam a sucessos significativos, é preciso procurar a razão nas capitulações ou nas traições da vanguarda”. Bensaïd, Daniel. *Trotskismos*, op. cit., p.73.

³³⁵ MANDEL, Ernest. *A crise do capital*, op. cit., p.8.

³³⁶ MELO, Rúrion Soares. *Sentidos da emancipação*, op. cit., p.25.

fim do domínio capitalista. A formulação de Mandel sugere que a própria luta de classe também possuiria uma dinâmica parecida com as ondas longas, quer dizer, de tempos em tempos a sociedade capitalista enfrentaria um acirramento da luta de classes. Renovam-se os diagnósticos sobre as condições objetivas, mas, apesar de todas as advertências teóricas que o próprio Mandel faz, o surgimento da consciência de classe tem quase uma conexão direta e exclusiva com as crises³³⁷. A força da explicação de Mandel converte-se, ao mesmo tempo, na sua fraqueza, uma vez que um potente método para teorizar sobre os movimentos do capital, trabalho, crédito, etc., se mostra incapaz para apreender as implicações sociais e políticas que geram a possibilidade real para que se produzam as lutas e movimentos sociais³³⁸. Como comenta Claus Offe:

Mesmo que houvesse teorias científicas mais ou menos promissoras sobre o percurso do processo de acumulação, da taxa de lucro e da mudança tecnológica, ficaria hoje em dia totalmente aberto em que lugar – e se de todo – uma tal crise econômica seria acompanhada de um estado de consciência que pusesse em questão a organização econômica da sociedade. Pois sabemos hoje que as crises econômicas não somente reforçam as motivações para uma oposição radical, mas também induzem à adaptação e a integração³³⁹.

Essa concepção que na forma pode parecer semelhante à formulação da assincronia entre os fatores objetivos e subjetivos difere porque questiona não apenas as correlações mecânicas, mas também abre espaço para questionar os fundamentos normativos da teoria,

³³⁷ Tal crítica já fora formulada por MARRAMAO a Grossmann e Mattick, mas pode ser perfeitamente estendida a Mandel. Cf. MARRAMAO, Giacomo. *O político e as transformações*, op. cit., p.156. É interessante lembrar que Grossmann também pertenceu à primeira geração de teóricos do Instituto, mas como marxismo ortodoxo foi criticado pela exagerada ênfase na estrutura material da sociedade. Cf. JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923 – 1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p.98.

³³⁸ Cf. SÁNCHEZ-PINILLA, Mario Domínguez. *Distintos significados de la crisis*, op. cit.

³³⁹ OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, pp.253-4.

evidenciando o quanto ela é tributária do paradigma produtivista³⁴⁰. Com isso pode-se sugerir que a rigidez do instrumental teórico relegou às sombras transformações importantes no século XX, determinando, portanto, as atitudes e concepções sobre uma época, bem como o diagnóstico dos problemas sociais e econômicos.

A ideia de assumir a responsabilidade nomeadamente por uma mudança histórica decisiva, observa Cohn comentando o livro de André Gorz *La morale de l'histoire*, em nome de uma força histórica, no caso de uma classe, é algo novo na história, que se efetiva pela primeira vez com a Revolução Russa em 1917. Outros casos de mudança histórica decisiva, como, por exemplo, a Revolução Industrial não tem um autor reconhecível. Mas, a importante iniciativa de alguém, em nome de algo, transformar a realidade em um determinado sentido, e com determinada finalidade, em nome de uma classe, tem uma contrapartida³⁴¹,

A contrapartida é a de que aquele que se apresenta como sujeito desse processo pode estar equivocado. Aliás, pode estar equivocado em vários registros, tanto sobre a sua condição de representante efetivo desse sujeito histórico como também sobre o processo que dirige³⁴².

O Instituto de Pesquisas Sociais também desde o início enfrentou a questão da relação entre teoria e prática. Apesar disso, o Instituto em qualquer momento se filiou a algum partido ou grupo de esquerda³⁴³. Com o intuito de continuar a obra de Marx, a teoria crítica que considera necessário indicar todos os pontos na obra de Marx que não sejam

³⁴⁰ Sobre as implicações do paradigma produtivistas para os projetos emancipatórios, ver capítulo 1 de MELO, Rúrion Soares. *Os sentidos da emancipação*, op. cit.

³⁴¹ Cf. COHN, Gabriel. Razão e história. In: VIGENAVI, Tullo [et al.]. *Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995, p.26.

³⁴² Idem.

³⁴³ Cf. JAY, Martin. *A imaginação dialética*, op. cit., p.52.

mais suficientes para analisar o presente³⁴⁴, não podia se furtar de analisar as transformações do capitalismo e do proletariado, desde a análise de Marx no século XIX. Diante das modificações históricas a teoria crítica considerava que não seria possível continuar sustentando que o proletariado era a única força política interna ao sistema³⁴⁵. Por isto, uma das preocupações iniciais do Instituto, sob a direção de Horkheimer, foram os sinais de integração do proletariado à sociedade capitalista. Ela causou uma crescente perda de confiança no potencial revolucionário do proletariado³⁴⁶. Se em *Teoria tradicional e teoria crítica* a possibilidade prática de transformação da realidade aparece bloqueada historicamente pelo nazismo, mas com a possibilidade de uma intervenção transformadora do mundo ainda presente no horizonte, que se abriria com a derrota do nazismo, na *Dialética do Esclarecimento* o diagnóstico de época aponta para um bloqueio estrutural da prática transformadora³⁴⁷. Nesse ponto fica clara uma significativa diferença de interpretação comparada com a do marxismo ortodoxo, exposta mais acima, pois, por mais que reconhecesse a redução da força revolucionária da classe trabalhadora, jamais abriu mão da ideia do proletariado como única força política interna ao sistema. Aos olhos do marxismo ortodoxo, esta perspectiva sobre a luta de classes foi considerada uma degeneração. Para Slater, as principais análises do Instituto haviam sido superestruturais, mas faltava-lhes uma teoria econômica adequada.

A falta de [uma] teoria econômica na obra da Escola de Frankfurt significa, em última análise, não só o abandono da luta de classes, como também uma idealização tendencial dos valores que a ‘teoria crítica da sociedade’ tirou da ideologia liberal. O próprio Horkheimer enfatizou que quando os conceitos de

³⁴⁴ Cf. NOBRE, Marcos. Max Horkheimer: a teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. In: *Curso livre de teoria crítica*, op. cit., p.35.

³⁴⁵ Cf. Idem, p.37.

³⁴⁶ Cf. Idem, p.86.

³⁴⁷ Cf. NOBRE, Marcos. Max Horkheimer, op. cit., pp.46-7.

liberdade e igualdade são usados, sem ‘referência clara ao presente histórico e à práxis’, esses conceitos ‘degeneram em puro ideais’. Infelizmente, essa acusação feita contra a teoria social-democrata também se aplica ao próprio Horkheimer. Já na década de 30 sua ‘teoria crítica da sociedade’ perdera o nexo teoria-práxis (na sua dimensão materialista). No decorrer do tempo, o idealismo tendencial foi sendo progressivamente realizado³⁴⁸.

Ao nosso entender esse julgamento, tanto sobre a ausência de uma teoria econômica quanto a acusação de idealismo, se mostra injusto com o edifício teórico da primeira geração do Instituto, mesmo com as aporias que existem em seus escritos, o diagnóstico de que a práxis havia sido bloqueada “não pode e não deve ser confundido com a ausência de potencial crítico”³⁴⁹.

O deslocamento que a primeira geração do Instituto realizou da economia para os fenômenos culturais, afirma Habermas, se justificam diante da grande capacidade do capitalismo de se adaptar, uma ordem “de flexibilidade incrível, que ainda possui significativas reservas culturais e motivacionais”³⁵⁰. Desde a chegada do Instituto nos EUA, por causa do exílio, na década de 1930 eles “perceberam que o que precisava de explicação não eram tanto os fenômenos da crise econômica capitalista quanto os mecanismos da integração cultural capitalista”³⁵¹.

No seu diagnóstico do capitalismo tardio Habermas detecta que a intervenção estatal para evitar as disfunções que o capitalismo produz, quando entregue às suas próprias forças, repolitiza o quadro institucional. O quadro institucional não coincide mais

³⁴⁸ SLATER, Phil. *Origem e significado da Escola de Frankfurt: uma perspectiva marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978, p.131-2.

³⁴⁹ NOBRE, Marcos. Max Horkheimer, op. cit., p.52.

³⁵⁰ HABERMAS, Jürgen. O conservadorismo e a crise do capitalismo. In: SADER, Emir (org.). *Vozes do século: entrevista da New Left Review*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.117.

³⁵¹ Idem.

diretamente com as relações de produção³⁵². “Contudo a repolitização do quadro institucional não é acompanhada por uma retomada dos velhos modelos de justificação da ordem existente”³⁵³. Além disso, o sistema universal de valores, os direitos civis, inclusive os direitos de participar das eleições políticas, se generalizam. Dessa forma somente em situações temporárias e excepcionais a legitimação pode prescindir do sufrágio universal para obter legitimação. Para que a contradição não seja tematizada, isto é, que o processo de participação dos cidadãos não leve à consciência a contradição entre a produção socializada administrativamente e um modo de apropriação e emprego da mais-valia que continua sendo privado, o sistema deve ser suficientemente autônomo do processo de formação da vontade. “As instituições e os procedimentos da democracia formal têm sido desenhados para que as decisões do governo possam ser adotadas com suficiente independência dos motivos específicos dos cidadãos”³⁵⁴. A mudança estrutural da esfera pública burguesa cria as condições para os cidadãos adquiram o status de cidadãos passivos. A complementação para que particulares autônomos continuem decidindo de forma autônoma sobre os investimentos se encontra no privatismo civil e político.

Junto a isso a tentativa de manter em estado latente os conflitos de classe em suas zonas críticas teve sucesso. Os países capitalistas avançados conseguiram dilatar os ciclos e transformar as fases periódicas de desvalorização em crises inflacionárias; e ainda deslocar os problemas disfuncionais da crise para quase-grupos. Esses elementos engendraram uma *dissolução* da identidade de classe e uma *fragmentação da consciência de classe*³⁵⁵. No

³⁵² HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”, op. cit., p.328.

³⁵³ REPA, Luiz. *A transformação da filosofia em Jürgen Habermas*, op. cit., 58.

³⁵⁴ HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, op. cit., p.73.

³⁵⁵ Idem, pp.76-7.

capitalismo tardio os fenômenos de alienação se separaram do pauperismo³⁵⁶. Todas essas alterações indicam que as contradições da sociedade capitalista podem ser deslocadas do subsistema econômico para o político, com isso se torna questionável a teoria do valor. Se nas condições do capitalismo liberal Marx podia afirmar que a Economia Política era adequada para delinear a anatomia da sociedade capitalista, no capitalismo tardio isso já não era mais possível. Assim sendo, as transformações históricas do capitalismo mudaram as condições do esclarecimento político³⁵⁷.

Isto suscita problemas à pretensão de desenvolver uma teoria com intenção prática, isto é, uma teoria que visa ilustrar seus destinatários sobre sua situação efetiva, sobre seus interesses reais e sobre suas possibilidades práticas. Conseqüentemente, uma teoria que só se poderia confirmar na prática, ou seja, com a emancipação e prossecução dos processos de formação³⁵⁸. Habermas no desenvolvimento de suas concepções não recomenda à teoria crítica uma abordagem puramente teórico-preditiva da análise da sociedade contemporânea. Todavia, em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* o argumento de Habermas parece ir no sentido contrário à sua própria recomendação³⁵⁹. Habermas ao deslocar o foco das crises da economia para o âmbito sociocultural, com mudanças nas estruturas normativas e nos padrões de motivação, deixa de fazer apelo à autoconsciência prática de algum grupo, nem parece que seja necessário fazer apelo a algum³⁶⁰.

Na verdade, há uma falta evidente de um sujeito revolucionário no argumento de Habermas; apesar do fato de que Habermas reconhece a necessidade da teoria ser capaz de identificar o sujeito da emancipação, o sujeito revolucionário. Assim

³⁵⁶ Idem, p.212; Ver também HABERMAS, Jürgen. Entre ciencia y filosofía: el marxismo como crítica. In: *Teoría e Praxis*. Madrid: Tecnos, 2002, p.216.

³⁵⁷ REPA, Luiz. *A transformação da filosofia em Jürgen Habermas*, op. cit., p. 31.

³⁵⁸ Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit. 435.

³⁵⁹ Cf. idem.

³⁶⁰ Cf. idem.

permanecemos no escuro sobre a natureza da transformação real. Outra consequência da ausência de um sujeito revolucionário é a dificuldade para tirar qualquer conclusão política sobre o argumento de Habermas. As implicações práticas de sua teoria da crise são deixadas sem desenvolvimento³⁶¹.

Apesar de não ser aparentemente esta a intensão de Habermas, nem ser esta a relação delineada nos seus escritos metodológicos anteriores, a argumentação de *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* segue nessa direção³⁶². Isto está relacionado com certas características do seu pensamento.

A primeira característica de sua teoria a ser apontada como razão para essa dificuldade vem da tentativa de unificar num mesmo marco de referência convenientemente integrado a teoria dos sistemas e a teoria da ação. Apesar da sugestão de algumas linhas mestras, em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* essa ligação ainda era incongruente. Por isso em alguns momentos da obra os conceitos e supostos da teoria dos sistemas foram utilizados sem uma reconstrução, o resultado é que a atividade prático-política dos agentes sociais tende a passar para o segundo plano³⁶³.

Um segundo aspecto diz respeito à modificação da concepção habermasiana de teoria social. Habermas ao fazer uso das noções de discurso racional e discurso para interpretar os interesses reprimidos dentro do capitalismo tardio se aproxima mais da concepção kantiana de teoria do que da marxista. Segundo McCarthy, uma “reelaboração da noção kantiana de ‘espaço público’ mais do que uma identificação de ‘interesses de

³⁶¹ HELD, David; SIMON, Larry. Habermas’ theory of crisis in late capitalism, op. cit., p.253. “In fact, there is a glaring lack of revolutionary subject in Habermas’ argument; and this despite the fact that Habermas recognizes the need for a theory such as his to be able to identify the subject of emancipation, the revolutionary subject. We thus remain in the dark as to the nature of actual transformation. A further consequence of the absence of a revolutionary subject is that it is difficult to draw any political conclusions from Habermas’ argument. The practical implication of his crisis theory are left undeveloped”.

³⁶² Cf. MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, op. cit., p.436.

³⁶³ Cf. idem, pp.436-7.

classe”³⁶⁴. O interesse pela comunicação não distorcida é um interesse quase-transcendental, ao passo que os interesses generalizáveis são interesses históricos.

O terceiro aspecto diz respeito à mudança estrutural da esfera pública, causada pela alteração na relação entre Estado e sociedade. O abandono da ideia de racionalizar o poder através da discussão pública é que constitui o ponto de partida da crítica habermasiana à ciência e à técnica como ideologia. Ao fazer isso, ou seja, transformar as questões práticas em questões técnicas, a opinião pública é privada de sua função crítica. No capitalismo autorregulado, que elimina a distinção entre o prático e o técnico, é essencial o espaço público despolitizado, cuja legitimação é fornecida pela ideologia tecnocrática. A teoria crítica, nesse contexto, deve ir mais além da análise de posições particulares e pôr a descoberto o interesse humano básico por comunicação livre de distorção. A situação histórica fez com que o interesse generalizado reprimido se torne ao mesmo tempo um interesse quase-transcendental. Consequentemente, a teoria crítica não se dirige mais para um grupo social específico, mas para os homens como tais³⁶⁵.

Essa crítica de McCarthy trata de imprecisões teóricas de Habermas na década de 1970 e coloca o problema da ausência de um grupo em particular a quem se dirigir. Para poder apontar como isso foi equacionado por Habermas devemos avançar para além dos marcos de nossa pesquisa indicando como isso aparece numa abordagem específica de Habermas sobre a crise do Estado de bem-estar, por isso não poderemos passar de indicações sobre essa nova abordagem. No início da década de 1980, com a *Teoria da ação comunicativa*, Habermas constrói um marco teórico mais preciso para justificar a passagem do paradigma da produção para o da comunicação. Com isso a “própria ideia de sujeito (e

³⁶⁴ Idem, p.438.

³⁶⁵ Cf. Idem, p.441.

portanto de destinatário) da teoria crítica parece deixar de fazer sentido, pois com a passagem da ação para a comunicação, o que era subjetividade passa a ser intersubjetividade”³⁶⁶. Na *Teoria da ação comunicativa* as patologias da Modernidade podem ser atribuídas “à invasão da racionalidade econômica e burocrática em esferas do mundo da vida, às quais essas formas de racionalidade não são adequadas e, por isso, levam a perdas de liberdade e de sentido”³⁶⁷.

Em *A nova intransparência* (1985) Habermas observa que após a Segunda Guerra Mundial todos os partidos que alcançaram a maioria estavam permeados pela “insígnia dos objetivos sócio-estatais”³⁶⁸. Eles estavam imbuídos pela utopia de uma sociedade do trabalho, isto é, pela ideia de emancipação do trabalho heterônomo. Isto porque o trabalho abstrato, que moldou a estrutura da sociedade burguesa, penetrou também no domínio das expectativas utópicas³⁶⁹. Por isso elas também:

pueram dirigir-se à esfera da produção, em suma, para a emancipação do trabalho da determinação externa. As utopias dos primeiros socialistas condensavam-se na imagem do Falanstério: uma organização social fundada no trabalho livre e igual dos produtores. Da própria produção organizada de maneira justa deveria resultar a forma de vida comunal dos trabalhadores livremente associados. A ideia de autogoverno dos trabalhadores ainda inspirou os movimentos de protesto do final dos anos 60. Com toda a crítica ao primeiro socialismo, Marx também perseguiu, no primeiro tomo da *Ideologia Alemã*, essa mesma utopia de uma sociedade do trabalho³⁷⁰.

³⁶⁶ SILVA, Josué Pereira. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*, op. cit., p.48.

³⁶⁷ REESE-SCHÄFER, Walter. *Compreender Habermas*. Petrópolis: Vozes, 2009, p.46.

³⁶⁸ HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 18, 1987a, p.106.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Cf. Idem.

Apesar de no Estado social o trabalho heterônomo não se transformar em autoatividade, as condições de emprego são modificadas. Não se supera as condições do trabalho heterônomo, mas é estabelecido compensações para contrabalancear os riscos do trabalho assalariado.

Daí resulta a consequência de que todos os aptos ao trabalho devem ser incorporados ao sistema de empregos, assim lapidado e amortecido – isto é, meta do pleno emprego. A compensação funciona apenas se o papel de assalariado por tempo integral converter-se em norma³⁷¹.

A intervenção estatal no sistema econômico deve proteger o crescimento capitalista, atenuar as crises, proteger a capacidade de competição internacional das empresas e a oferta de trabalho. Habermas observa que o *lado metodológico* desse projeto repousa no compromisso do Estado social de atenuar os conflitos de classe por meio de um poder estatal democraticamente eleito. O *lado substancial* nutre-se do que restou das reservas da utopia do trabalho, que com os direitos civis têm a oportunidade de levar uma vida em liberdade, com justiça social e prosperidade. Com isso, considera-se possível a coexistência pacífica entre democracia e capitalismo³⁷².

Mas, duas questões se colocam aqui. A primeira das tensões entre capitalismo e democracia. O Estado sempre mostrou dificuldades na execução do programa keynesiano diante dos imperativos do mercado mundial e do programa de investimentos das multinacionais. No âmbito interno, essas contradições do Estado social se tornaram mais manifestas, uma vez que se evidenciam os limites do poder e da capacidade de intervenção estatal. Existe a resistência dos investidores privados aos indicativos de planejamento. Aumenta também a tendência em investimentos de racionalização devido aos custos

³⁷¹ Idem, p.107.

³⁷² Cf. Idem.

crecentes dos salários e encargos trabalhistas, que, por conseguinte, acarretam uma redução da força de trabalho empregada. Com a greve de investimentos e estagnação econômica, crise nas contas públicas, etc. se tornam claros os limites estruturais que deram base para a criação e manutenção do Estado social³⁷³.

A segunda remete à tentativa de produzir novas formas de vida por meios de instrumentos burocráticos-administrativos. Ao regular o crescimento natural do poder econômico para evitar que o mundo da vida dos trabalhadores dependentes fosse afetado pelos efeitos de um crescimento econômico sujeito à crise³⁷⁴. O poder de governar, que a princípio aparece como inocente e ao mesmo tempo indispensável, começou a intervir não somente no *ciclo econômico*, mas também no *ciclo de vida dos seus cidadãos*³⁷⁵. Ao analisar esse efeito se percebe a unilateralidade desse projeto, o qual esse *médium* não era neutro. Pode-se dizer que:

os instrumentos jurídico-administrativos de implementação do programa sócio-estatal não conformam um *médium* passivo, por assim dizer desprovido de significações. Pelo contrário, a esses instrumentos concatenou-se uma práxis de singularização dos fatos, normatização e vigilância, cuja brutalidade reificante e

³⁷³ Como constatava Habermas no início da década de 1970, em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio*, os problemas surgidos no sistema econômico se transferem para o Estado transformando-se em crise de racionalidade e de legitimação, mas nesse período não havia a ideia de a intervenção estatal estava ligada à utopia da sociedade do trabalho.

³⁷⁴ Idem, p.108.

³⁷⁵ Habermas em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* detecta algo nesse sentido, mas não explicado como uma patologização do mundo da vida, ao mostrar que a expansão da intervenção estatal tem impacto na tradição cultural, pois a expansão do sistema político se dá em detrimento do sistema cultural. Isso produziria uma tematização de assuntos que antes eram equacionados pela tradição cultural. Isto poderia significar uma “politização de âmbitos da vida que até o momento correspondiam à esfera privada. Mas isto significa um perigo para o privatismo civil, assegurado informalmente mediante as estruturas da esfera pública”. HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimação en el capitalismo tardío*, op. cit., p.128. Isto aguçaria o déficit de legitimação, visto a necessidade de uma esfera pública despolitizada, o que levaria a um abalo nas motivações vindas do sistema sociocultural. A erosão do sistema cultural, capaz de fornecer motivos suficientes para o sistema político, evitando assim uma crise de legitimação, poderia ser compensada de duas maneiras, ou com a reestruturação da estrutura de classes latente no capitalismo tardio, ou deixando de lado a necessidade de obter legitimação para o sistema administrativo. Idem, p.160.

subjetivante Foucault perquiriu nas capilaridades mais tênues da comunicação cotidiana. As deformações de um mundo da vida regulamentado, analisado, controlado e protegido são, certamente, mais refinados do que formas palpáveis de exploração material e empobrecimento. Mas nem por isso os conflitos sociais deslocados e internalizados no psíquico e no corpóreo são menos destrutivos³⁷⁶.

Em resumo, há uma contradição entre o objetivo de perseguir formas de vida estruturadas igualmente por meio de instrumentos burocráticos-administrativos³⁷⁷.

Ao se apontar essas duas questões constata-se que se a tarefa antes era conter somente as disfunções do crescimento capitalista, agora se soma também o desafio de conter o próprio Estado intervencionista. Trata-se agora de proteger o mundo da vida não só dos imperativos desumanos do sistema de emprego, mas também dos contraproducentes efeitos colaterais do poder político-administrativo.

Com isso evidencia-se o beco sem saída do Estado social. Pois seu programa, calcado na utopia da sociedade do trabalho, perde sua força de criar condições para uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada. Um novo projeto em que o Estado não se dirigisse apenas para a moderação da economia capitalista, mas também à domesticação de si mesmo, só poderia prosperar caso ocorra também uma nova partilha de poder.

As sociedades modernas dispõem de três recursos que podem satisfazer suas necessidades no exercício do governo: o dinheiro, o poder, e a solidariedade. As esferas de influência desses recursos teriam de ser postas em um novo equilíbrio. Eis o que quero dizer: o poder de integração social da solidariedade deveria ser

³⁷⁶ HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência, op. cit., p.109.

³⁷⁷ Idem.

capaz de resistir às “forças” dos outros dois recursos, dinheiro e poder administrativo³⁷⁸.

Dessa forma, Habermas não espera que uma classe se levante, mas uma mudança na relação entre espaços públicos autônomos e os setores comerciais orientados por dinheiro e poder³⁷⁹. O poder gerado comunicativamente pode conter os outros recursos, sem o intuito de conquista, através de um *pool* de fundamentos que o poder administrativo não pode ignorar, enquanto Estado de direito³⁸⁰.

³⁷⁸ Idem, p.112.

³⁷⁹ HABERMAS, Jürgen. Que significa socialismo hoje? Revolução recuperadora e necessidade de revisão da esquerda. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 30, 1991,

³⁸⁰ Idem, p.58.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho discutimos dois diagnósticos de época do capitalismo tardio e mostramos como eles se ligam a projetos emancipatórios tendo como elo as crises. Sugerimos que a leitura ortodoxa de Mandel sobre o projeto emancipatório se constituiu num limitador para compreender novas questões postas pelo período. Mas, isso não tira a importância de sua iniciativa de retomar as discussões sobre o capitalismo no campo marxista, não aderindo, portanto, a interpretações que afirmavam que o capitalismo pouco havia mudado nas três décadas que sucederam o pós-guerra, ou a interpretação soviética do beco sem saída para o capitalismo. Porém, sabia que se afirmasse que o período funcionava sob leis e tendências completamente diferentes das descobertas por Marx haveria importantes implicações políticas. Talvez, sua obra teria escapado da ortodoxia se questionasse também esse último ponto, e falamos isso sem pressupor abrir mão do projeto emancipatório. Como sugerimos nos capítulos 1 e 3, para Mandel, a crise aparece como momento favorável para as relações de classe realmente gerarem uma consciência de identidade mútua de interesses, ou uma propensão à organização ativa baseada nos interesses de classe. A contingência na ação e consciência de classe, nos períodos de expansão do capital, daria lugar, com a crise, para formação da consciência de classe proletária. Essa ideia pode até significar um avanço nas pesquisas sobre a consciência de classe, ao aplicar o modelo abstrato da estruturação de classes às condições históricas específicas, e observar, dessa forma, a utilidade do conceito. Porém ao que tudo indica parece ser ainda um conceito muito rudimentar para explicar a complexa situação que se constitui durante as crises dentro do capitalismo. A questão, aqui, não é negar enfaticamente a possibilidade da formação de uma consciência de classe ou a possibilidade,

mas de esclarecer as condições sociais desse complicado evento. Esclarecer em quais condições poderia ocorrer uma transparência sobre a estruturação de classes da sociedade capitalista³⁸¹.

Outra questão a ser abordada sobre a teoria de Mandel são as ondas longas. Segundo elas, o sistema sócio-histórico do capitalismo se desenvolve sob leis unitárias, no caso a lei do valor, gerando inclusive um movimento ondular no desenvolvimento histórico³⁸². Contudo, para explicar que no capitalismo contemporâneo ainda vigora a lei do valor não é necessário admitir que o desenvolvimento do capitalismo se dê segundo o modelo das ondas longas. Ainda que Mandel não estabeleça de forma mecânica a passagem de um momento da onda para outro, com a teoria das ondas longas a linha tendencial do desenvolvimento capitalista já está pré-traçada. Todavia, como observa Grespan, com o estudo da obra de Marx percebe-se que a articulação dos conceitos “resulta na *indeterminação* quanto à forma de movimento do capital, ao mesmo tempo em que demonstra cabalmente a natureza processual que ele possui enquanto relação social historicamente circunscrita”³⁸³.

Voltando nossa atenção agora para Habermas, pode-se dizer que sua iniciativa é valorosa na medida em que visa articular uma quantidade de novos conhecimentos com o intuito de produzir um renovado quadro teórico para a teoria crítica e uma concepção distinta sobre a emancipação.

³⁸¹ GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes nas sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, pp.137-8. Certamente que tal programa está permeado por aquilo que Habermas chamou de paradigma produtivista.

³⁸² ALTVATER, Elmar. O capitalismo em vias de recuperação? Sobre teorias da “onda longa” e dos “estágios”. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 1983, vol. 3, n° 2, pp.19-20.

³⁸³ GRESPAN, Jorge. *O negativo do capital*, op. cit., p.272 (grifo nosso).

Como vimos no capítulo 2, na base da argumentação de Habermas está a distinção entre trabalho e interação. Contudo, a concepção de trabalho atribuída a Marx por Habermas ainda é um ponto de intensas controvérsias. Pois, Habermas teria atribuído a Marx um conceito de trabalho que:

seria deficiente em si e não corresponderia de modo algum à perspectiva que Marx efetivamente articulou, pois o trabalho não poderia ser reduzido a uma dimensão instrumental, porquanto teria uma profunda dimensão expressiva, que tendia a se perder precisamente sob o capitalismo³⁸⁴.

Porém, avaliar esse aspecto e determinar se houve algum prejuízo para a teoria de Habermas requereria outro trabalho. Só podemos indicar que a ideia de problemas na integração sistêmica que conduzem a problemas na integração social foi construída a partir daquela distinção.

Outra questão a ser levantada é que Habermas parece ter depositado excessiva confiança na capacidade do Estado keynesiano de manejar a economia para evitar as crises econômicas, deslocando-as para outros âmbitos. Ou, pelo menos, foi com essa hipótese que trabalhou em *Problemas de legitimação do capitalismo tardio*, como atesta a passagem: “não excluo a perspectiva de que a crise econômica possa ser contida a longo prazo, embora os imperativos contraditórios de autocontrole, determinados pela compulsiva necessidade de valorizar o capital, gerem uma série de novas tendências à crise”³⁸⁵. Entretanto, a crise econômica iniciada em fins de 1973 deixou claro que ela não poderia ser contida, não obstante a economia não desabou como em 1929, já que os elementos estabilizadores eram muito mais fortes do que os disponíveis em 1929. Porém, a própria

³⁸⁴ DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociológicas no século XX*, op. cit., pp.89-90. Ver também HELLER, Agnes. Habermas y el marxismo, op. cit., pp.304ss.

³⁸⁵ HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación el en capitalismo tardío*, op. cit., p.79.

capacidade de intervenção do Estado começou a ser solapada. E também, nesse contexto, surgiu um tipo de desemprego que não era conjuntural, mas sim estrutural. Diante desse quadro o argumento de Habermas sobre o deslocamento da crise parece não ter sido invalidado, o que mostra que sua tese não era necessariamente dependente da capacidade do Estado keynesiano de manejar a crise, mas ligado às transformações estruturais que essa intervenção produziu ao longo do tempo. Por isso, ainda que esses instrumentos falhassem o capitalismo não voltaria a operar como antes. Conforme ele declara em 1979:

(...) as origens da crise ainda permanecem no sistema econômico do capitalismo, porém a previdência social já não permite o surgimento de uma forma *imediatamente* econômica resultante da crise. Em vez disso, quando há recessão e desemprego em larga escala os sintomas da crise são deslocados para tensões na ordem cultural e social. Os últimos anos têm confirmado minha convicção de que hoje o início de uma crise econômica, em geral, não conduz a uma resposta política nem por parte dos trabalhadores organizados nem por parte dos sindicatos (...) com organização racional. Em seu lugar, as reações à crise tomam exatamente a forma intermediária de uma sobrecarga dos mecanismos de integração social e cultural. O resultado é uma “descarga ideológica” muito maior do que nos períodos de desenvolvimento capitalista, caracterizados por alta taxa de emprego³⁸⁶.

A ideia aqui, como observado no capítulo 3, é de uma patologização do mundo da vida, a infiltração do capital em âmbitos da vida que antes estavam protegidos contra ele. Apesar de todos os esclarecimentos e contribuições de Habermas sua obra conduz a dificuldades para interpretar as condições contemporâneas para emancipação. Porém, ela é um ponto de referência essencial para aqueles que queiram, ainda hoje, seguir pensando a emancipação.

³⁸⁶ HABERMAS, Jürgen. O conservadorismo e a crise do capitalismo, op. cit., pp.111-2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ALBARRACÍN, Jesús; MONTES, Pedro. Late Capitalism: Mandel's Interpretation of Contemporary Capitalism. In: ACHCAR, Gilbert (org.). *The legacy of Ernest Mandel*. London: Verso, pp.28-74.

ALTVATER, Elmar. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. vol. 8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a, pp.79 – 127.

_____. A teoria do capitalismo monopolista de Estado e as novas formas de socialização capitalista. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. vol. 12. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b, pp.283 – 340.

_____. O capitalismo em vias de recuperação? Sobre teorias da "Onda longa" e dos "Estágios". In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 1983, vol. 3, nº 2, pp. 5-30.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. *Crise: O movimento dialético do conceito de crise em O Capital de Karl Marx*. São Paulo: Tókye, 2009.

_____. *As determinações das crises do capital na concepção de Karl Marx*. Campinas: Dissertação de Mestrado, Dep. de Filosofia, IFCH, UNICAMP, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

BANNWART Jr., Clodomiro José. *Estruturas normativas da teoria da evolução social de Habermas*. Campinas, Tese de Doutorado, Dep. Filosofia, IFCH, UNICAMP, 2008.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. A desestruturação da ordem econômica mundial. In: *O senhor e o unicórnio. A economia dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1984. pp.42 – 52.

_____. Três crises do capitalismo. In: *O senhor e o unicórnio. A economia dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp.27 – 41.

BERNSTEIN, Richard J. Introducción. In: GIDDENS, Anthony [et al.]. *Habermas y la modernidad*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994, pp.13-61.

BLACKBURN, Robin. The unexpected dialectic of structural reforms. In: ACHCAR, Gilbert (org.). *The legacy of Ernest Mandel*. London: Verso, 1999, pp.16-23.

BRAGA, Ruy. *A nostalgia do fordismo. Modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CAMARGO, Silvio César. *Modernidade e dominação. Theodor Adorno e a teoria social contemporânea*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

CAMPOS, José Roberto. *O que é trotskismo*. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1986.

CARNEIRO, Ricardo. A crise atual do capitalismo. In: *Presença*. São Paulo, 1984, nº 4, pp.43 – 52.

CASTRO, Antonio de Barros. A crise atual à luz da evolução do após-guerra – notas para discussão. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 11, 1975, pp.7 – 33.

COGGIOLA, Osvaldo. 1938 – 2008: setenta anos da fundação da IV Internacional. Em defesa de Leon Trotsky. In: *Projeto História*. São Paulo, 2008, nº 36, pp.145 – 183.

_____. *As grandes depressões (1837 – 1896 e 1929 – 1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. Introdução. In: MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995, pp.11-19.

_____. *O capital contra a história. Gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 2002.

_____; KATZ, Claudio. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.

COHN, Gabriel. A teoria da ação em debate. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez, 1993, pp.63-75.

_____. Razão e história. In: VIGENAVI, Tullo [et al.]. *Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995, pp. 23 – 36.

COLLIOT-THELÈNE, Catherine. Habermas, leitor de Marx e de Weber. In: *Crítica Marxista*. Campinas, 2001, nº 12, pp. 41-58.

COUTINHO, Maurício Chalfin. Incursões marxistas. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, 2001, vol. 15, nº 41, pp.35-48.

DOBB, Maurice. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Presença, 1977.

DOMINGUES, José Maurício. Integração social e integração sistêmica. In: *Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, pp. 39-64.

_____. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FAUSTO, RUY. *A esquerda difícil. Em torno do paradigma e do destino das revoluções do século XX e alguns outros temas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FREITAG, Barbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GARVY, Georg. Kondratieff's theory of long cycles. In: *The Review of Economic Statistics*. 1943, vol. 25, nº 4, pp.203 – 220.

GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. Sobre trabalho e interação em Habermas. In: *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico contemporâneo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998, pp.297-312.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia: que é sociologia?* São Paulo: Difel, 1974.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GROSSMANN, Henryk. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1984.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: e a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 1987a, nº 18, pp. 77-102.

_____. Conhecimento e interesse. In: HORKHEIMER, Max [et al.]. *Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp.301-312.

_____. *Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press, 1975.

_____. O conservadorismo e a crise capitalista. In: SADER, Emir (org.). *Vozes do século: entrevistas da New Left Review*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a, pp.111-123.

_____. *Para reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*. Madrid: Cátedra, 1999.

_____. Que significa socialismo hoje? Revolução recuperadora e necessidade de revisão da esquerda. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 30, 1991, pp.43-61.

_____. Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: HORKHEIMER, Max [et al.]. *Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp.313-343.

_____. *Teoría de la acción comunicativa*. Tomo I – “Racionalidad de la acción y racionalización social. Taurus: Madrid, 1987b.

_____. Trabalho e Interação. In: *Técnica e Ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1997b, pp.11-43.

_____. Um perfil filosófico-político. In: SADER, Emir (org.). *Vozes do século: entrevistas da New Left Review*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 111-123.

HADDAD, Fernando. Habermas: herdeiro de Frankfurt? In: LOUREIRO, Isabel, MUSSE, Ricardo. *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, pp.121-143.

HELD, David; SIMON, Larry. Habermas’ theory of crisis in late capitalism. In: *The Frankfurt School. Critical assessments*. London: Routledge, 1994, pp.241-256.

_____. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paideia, 1987.

HELLER, Agnes. Habermas y el marxismo. In: *Crítica de la Ilustración. Las antinomias morales de la razón*. Barcelona: Ediciones Península, 1984, pp.285-318.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, pp.501-552.

HORKHEIMER, Max. Filosofia e teoria crítica. In: HORKHEIMER, Max [et al.]. *Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp.116-154.

_____. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, Max et alli. *Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp.155-161.

INGRAM, David. Fundamentos históricos da teoria da ação comunicativa. In: *Habermas e a dialética da razão*. Brasília: Ed. UNB, 1993, pp.19-38.

JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra. Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KATZ, Claudio. Ernest Mandel e a teoria das ondas longas. In: *Revista soc. bras. economia política*. Rio de Janeiro, 2000, n° 7, pp.-74-103.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LÖWY, Michael. Habermas e Weber. In: *Crítica Marxista*. Campinas, 1999, n° 9, pp.79-86.

_____. A escola de Frankfurt e a modernidade. Benjamin e Habermas. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 1992, n° 32, pp. 119-127.

MAAR, Wolfgang Leo. O “primeiro” Habermas: “Trabalho e interação” na evolução emancipatória da humanidade. In: *Trans/Form/Ação*. São Paulo, 2000, n° 23, pp. 69-95.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

_____. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.

_____. *Introducción a la teoría económica marxista*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1973.

_____. La situación de los obreros dentro del neocapitalismo. In: *Ensayos sobre el neocapitalismo*. Ciudad del México: Ediciones Era, 1971, pp.68-86.

_____. *La teoría leninista de la organización*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1976.

_____. *Long waves of capitalist development. A Marxist interpretation*. London: Verso, 1995.

_____. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. O neoliberalismo e a alternativa socialista na atualidade. In: VIGENAVI, Tullo [et al.]. *Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995, pp.115 – 128.

_____. *Tratado de economía marxista*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1977, 2 volumes.

MANTEGA, Guido. A lei da taxa de lucro: a tendência da queda ou a queda da tendência. In: *Estudos CEBRAP*, n° 6, pp.29-64.

MARCUSE, Herbert. Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. In: *Cultura e Sociedade*. vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.113-136.

MARRAMAIO, Giacomo. *O Político e as transformações. Crítica do capitalismo e ideologia da crise entre os anos vinte e trinta*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. Política e “complexidade”: o Estado tardo-capitalista como categoria e como problema teórico. HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. vol. 12. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp.131 – 220.

MARX, Karl. Manifesto do partido comunista. In: AARÃO, Daniel (org.). *O Manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, pp.7-41.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *O Método da economia política: introdução [a crítica da economia política] (1857)*. Campinas: Unicamp/IFCH, 1996 (Primeira Versão, nº 71).

MATTICK, Paul. El capitalismo tardío de Ernest Mandel. In: *Crítica de los neomarxistas*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

MCCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*. Madrid: Tecnos, 1998.

MELO, Rúrion Soares. *Sentidos da emancipação: para além da antinomia revolução versus reforma*. São Paulo: Tese de doutorado, Dep. de Filosofia, FFLCH, USP, 2009.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Marxismo Ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MIRANDA, Orlando. Introdução. In: *Leon Trotski: política*. São Paulo: Ática, 1981, pp.7-44.

MUNTADA, Jose María Carabante. Proyectos provisionales de teoría de la sociedad. Análisis de la categoría sociológica de “crisis social”. In: *Las grandes categorías conceptuales de la teoría de la sociedad de Jürgen Habermas*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2009. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/11721/> (acesso em 12/09/2011).

NAPOLEONI, Claudio. *O pensamento econômico do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

NETTO, José Paulo. Crise global contemporânea. In: VIGENAVI, Tullo [et al.]. *Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995, pp.183 – 199.

NETTO, José Paulo. Nótula à teoria da ação comunicativa, de Habermas. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez, 1993, pp.49-61.

-
- NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- _____. Capítulo 1. In: *A dialética negativa de Theodor Adorno: a ontologia do estado falso*. São Paulo: Iluminuras, 1998, pp.21-58.
- _____. Introdução. Modelos de teoria crítica. In: NOBRE, Marcos. (org.) *Curso de teoria crítica*. Campinas: Papyrus, 2008, pp.9-20.
- _____. Max Horkheimer: a teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. In: NOBRE, Marcos. (org.) *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papyrus, 2008, pp.35-52.
- _____. “Permanecemos contemporâneos dos jovens hegelianos”. Jürgen Habermas e a situação de consciência atual. In: *Revista Olhar*. São Carlos, 2000, nº 4, p.1-8. Disponível em <http://www.cech.ufscar.br/rolhar/olharN4.htm> (acesso em 12/08/2011).
- NOWERSZTERN. As análises de Trotsky e o capitalismo de hoje. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Trotsky hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994, pp.143 – 150.
- O’CONNOR, James. *USA: A crise do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVÉ, León. Crisis de legitimación según Habermas. In: *Estado, Legitimación y crisis*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985, pp.142-195.
- PARSONS, Talcott. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PERROUX, François. *O Capitalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- PLANT, Raymond. Jürgen Habermas and the idea of legitimation crisis. In: *European Journal of Political Research*. Amsterdam, 1982, nº 10, pp. 341-352.
- REPA, Luiz. *A transformação da filosofia em Jürgen Habermas: os papéis de reconstrução, interpretação e crítica*. São Paulo: Tese de doutorado, Dep. de Filosofia, FFLCH, USP, 2004.
- _____. Jürgen Habermas e o modelo reconstutivo de teoria crítica. In: NOBRE, Marcos (org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papyrus, 2008, pp.161-182.
- REESE-SCHÄFER, Walter. *Compreender Habermas*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- RIEZNIK, Pablo. Trotsky e a crise da economia mundial capitalista. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Trotsky hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994, pp.131 -139.
- ROCKMORE, Tom. The concept of ideology and the crisis theory. In: *Habermas on historical materialism*. Indianapolis: Indiana University Press, 1989, pp.111-127.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da UERJ, 2001.

ROWTHORN, Bob. Capitalismo maduro. In: *Capitalismo, conflito e inflação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, pp.89 – 118.

_____. Inflação e crise. In: *Capitalismo, conflito e inflação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, pp.119 – 135.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RUGITSKY, Fernando Monteiro. Friedrich Pollock. Limites e possibilidades. In: NOBRE, Marcos. (org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papirus, 2008, pp.53-72.

_____. *O movimento dos capitais. Contribuição à crítica das teorias do ciclo econômico*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, USP, 2009.

SÁNCHEZ-PINILLA, Mario Dominguez. Distintos significados de la crisis. In: *Nómadas*, Madrid, nº 1, 2003. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/nomadas/1/mdominguez1.htm> (acesso em 12/09/2011).

SECCO, Lincoln. Os ciclos de Kondratiev: notas para uma história. In: SOUZA, Luiz Eduardo Simões (org.). *Ideologia e ciência econômica: estudos de caso*. São Paulo: LCTE Editora, 2006, pp.117 – 134.

SHAIKH, Anwar. A crise econômica mundial: causas e implicações. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 1983, vol. 4, nº 1, pp. 4-45.

_____. Uma introdução à história das teorias de crise. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 1985, vol. 6, nº 1, pp. 33-56.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SILVA, Josué Pereira da. Trabalho e integração social. In: BOITO Jr., Armando (org.). *Marxismo e Ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003, pp.269-279.

_____. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.

SLATER, Phil. *Origem e significado da Escola de Frankfurt: uma perspectiva marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____; BARAN, Paul A. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

TEIXEIRA, Aloísio. Capitalismo monopolista de Estado: um ponto de vista crítico. In: *Revista de economia política*. São Paulo, 1983, vol. 3, nº 4, pp.85 – 105.

TROTSKY, Leon. A arte da insurreição. In: *Leon Trotsky: Política*. São Paulo: Ática, 1981, pp.108-116.

_____. Como as mudanças econômicas afetam a consciência das massas. In: *Lenin/Trotsky: A questão do programa*. São Paulo: Kairós. 1979, pp.53-59.

_____. *El pensamiento vivo de Karl Marx*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1943.

_____. Introdução à revolução permanente. In: *Leon Trotsky: Política*. São Paulo: Ática, 1981, pp.187-190.

_____. La curva del desarrollo capitalista. In: *Una escuela de estrategia revolucionaria*. Buenos Aires: Ediciones del Siglo, 1973, pp.145 – 158.

VEIGA, Jose Eli. As ondas longas do capitalismo industrial. In: *Revista soc. bras. economia política*. Rio de Janeiro, 1998, nº 3, pp.59 – 79.

WELLMER, Albrecht. Razón, utopía, y la dialéctica de la ilustración. In: GIDDENS, Anthony [et al.]. *Habermas y la modernidad*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994, pp.65-110.